



Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre

Filiada à Associação Psicanalítica Internacional desde 1963 e
à Associação Brasileira de Psicanálise

Presidente

Paulo Fonseca

Secretário

Gerson Isac Berlim

Secretário Científico

Antônio Carlos J. Pires

Tesoureiro

Raul Hartke

Conselheiros

Carlos Gari Faria
Isaac Pechansky

Diretor do Instituto

Luiz Carlos Mabilde

Secretário do Instituto

Ruggero Levy



ISSN 1413-4438

Revista de Psicanálise

da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre

Rua Gen. Andrade Neves, 14 conj. 802-A

90010-210 - Porto Alegre-RS

Tel/Fax: 051 224-3340

Volume VII - Nº 1 - Abril - 2000

Editor

José Carlos Calich

Co-Editor

Jussara S. Dal Zot

Conselho Consultivo

Carlos Gari Faria - SPPA • Carmen Médici de Steiner - APU • Elias Mallet da Rocha Barros - SBPSP • Elizabeth T. de Bianchedi - APdeBA • Joel Nogueira - SPPA • Jorge L. Ahumada - APdeBA • Juan Francisco Jordán Moore - APCh • Julio Moreno - APdeBA • Leopold Nosek - SBPSP • Maria Olympia de A. F. França - SBPSP • Mauro Gus - SPPA • Ney Couto Marinho - SBPRJ • Norberto C. Marucco - APA • Paulo Fonseca - SPPA • Paulo Martins Machado - SPPA • Plínio Montagna - SBPSP • Raquel Zak de Goldstein - APA • Ricardo Bernardi - APU

Conselho Editorial

Alfrio Torres Dantas Junior - SPR • Arnaldo Chuster - SPRJ • Bruno Salésio da Silva Francisco - SPPel • Carlos Edson Duarte - SPRJ • Cláudio Laks Eizirik - SPPA • David Epelbaum Zimmerman - SPPA • Flávio Rotta Corrêa - SPPA • Germano Vollmer Filho - SPPA • Isaac Pechansky - SPPA • Juarez Guedes Cruz - SPPA • Luiz Carlos Mabilde - SPPA • Marlene Silveira Araújo - SPPA • Nilde J. Parada Franch - SBPSP • Paulo Fernando B. Soares - SPPA • Raul Hartke - SPPA • Roaldo Naumann Machado - SPPA • Roberto Gomes - SPPA • Roosevelt Moises S. Cassorla - SBPSP • Ruggero Levy - SPPA

Comissão de Redação

Anette Blaya Luz • Carmem Emília Keidann • César Luís de Souza Brito • Luisa Maria R. Amaral • Magali Fischer • Patrícia Fabrício Lago • Paulo Henrique Favalli • Paulo Oscar Teitelbaum • Paulo Seganfredo • Viviane S. Mondrzak

Secretária Executiva

Irma Angela Manassero

Revisão

Clotilde Favalli

Capa

Quanta Design

Composição

Luiz Cezar F. de Lima

Impressão

Gráfica Editora Pallotti



Figura da capa: Montagem realizada pela Quanta Design, utilizando uma escultura de Xico Stockinger da série “Guerreiros”. Em segundo plano, detalhe das Ruínas de São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul, Brasil.

R 454 Revista de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre /
Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre. – Vol. VII, nº 1 (abr., 2000)
– Porto Alegre: SPPA, 2000, –

Quadrimestral

ISSN 1413-4438

1. Psicanálise – Periódicos I. Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre.

CDU: 159.964.2 (05)
616.89.072.87 (05)

CDU: 616.891.7

Bibliotecária Responsável: Mônica Nodari Borges
CRB/10 - 900



Vol. VII - Nº 1 - Abril /2000

SUMÁRIO

EDITORIAL

José Carlos Calich / 5

PALAVRA DO PRESIDENTE

Paulo Fonseca / 7

ARTIGOS

Que inconsciente?

Antonio Imbasciati / 9

A interpretação das configurações edípianas na análise de crianças

Florence Guignard / 35

Lilith: a outra face de Eva

Isaac Pechansky, Alda Dorneles de Oliveira, Ingeborg Magda Bornholdt, Mery Pomerancblum Wolff, Tula Bisol Brum, Antonio Carlos S. Marques da Rosa / 53

A psicanálise na sociedade pós-moderna

Elisabetta Gennari de Rocca / 65

Aceleração, simultaneidade, globalização, transformação sócio-econômica no fim do século: seus efeitos psíquicos

José Cukier / 71

PAINEL: PSICANÁLISE E CULTURA

Algumas questões atuais entre psicanálise e cultura

Cláudio Laks Eizirik / 91

Considerações sobre o caráter onírico da narrativa joyceana

Donald Schüler / 101

Freud e a cultura ou em busca de uma certa racionalidade...

Elias M. da Rocha Barros / 111

Debate / 123

ENTREVISTA

Ethel Spector Person / 137

CEM ANOS DE CINEMA E PSICANÁLISE

Comentário sobre o filme *A ostra e o vento*

Lúcia Thaler / 153



Atenção montador
a página 4 é branca





Editorial

Este necessariamente será um editorial diferente dos habituais desta Revista. Isso por ser o primeiro número de uma nova Editoria e, portanto, espelhar um momento de transição com todas suas nuances, incertezas, imperfeições, projetos futuros e agradecimentos, o que ocupará o lugar da apresentação do conteúdo deste volume. Além disso e, principalmente, por ser a primeira mudança de Editor e Co-Editor, desde a criação da Revista de Psicanálise da SPPA, há 6 anos.

Evidentemente, o convite a mim dirigido pelo colega Paulo Fonseca, atual Presidente da SPPA, para que assumisse tal função muito me orgulhou. Porém, de imediato, lembrei-me de suas próprias palavras em seu discurso de posse, quando ressaltava saber que, passado o momento de envaidecimento, viria o trabalho árduo. Assim o é e o será.

No entanto, tal encargo traz consigo um desafio de grande responsabilidade. A gestão eficiente e bem-sucedida da equipe liderada por Mauro Gus, que, com a parceria de Joel Nogueira, implementou, fez crescer, tornando conhecida e respeitada a Revista, dimensiona o tamanho da tarefa.

Considero que minha participação na equipe anterior contribuiu para a escolha de meu nome. Isso me levou a buscar entre os componentes daquele grupo a colega Jussara S. Dal Zot para a função de Co-Editora. Nossa tarefa certamente será facilitada pela permanência de muitos dos colegas que trabalharam conosco, que prontamente aceitaram continuar a fazê-lo pela Revista (Anette Blaya Luz, Carmem E. Keidann, Patrícia F. Lago e Paulo Oscar Teitelbaum). A estes colegas, somaram-se outros seis (César Luís de S. Britto, Luisa M. R. Amaral, Magali Fischer, Paulo Henrique Favalli, Paulo Seganfredo e Viviane S. Mondrzak) de reconhecidas qualidades. A todos, meus agradecimentos, por muitos motivos, entre os quais, dedicarem uma importante parcela de seu tempo à Revista e compartilharem esta responsabilidade.

Neste número, conseguimos realizar um antigo projeto, a mudança da capa. O trabalho realizado pela equipe da Quanta Design atende às expectativas de modernidade, beleza e significado. A Intenção é fazer da Revista também um veículo de algo de nossa cultura. Pretendemos, a cada número, utilizar uma obra de arte de um artista gaúcho e um elemento paisagístico ou arquitetônico de nosso Estado.

A capa desta edição traz, em primeiro plano, um dos guerreiros do escultor Xico Stockinger e, em segundo plano, um detalhe de uma das torres nas ruínas de um povoado das Missões. Francisco (Xico) Stockinger, que, de modo gentil e afetivo, nos permitiu utilizar sua obra, é nascido austríaco, tendo atualmente 80 anos, quaren-



José Carlos Calich

ta e seis dos quais vividos em Porto Alegre. Muito sensível às influências culturais, tornou-se de início conhecido, local e depois internacionalmente, através de seus guerreiros, cavalos e touros, que encontram significado nos mitos da cultura gaúcha. Como diz a Professora Maria Amélia Bulhões, em um ensaio sobre Stockinger: “*Com o olhar do estrangeiro, daquele que chega, Stockinger pôde abordar esse mito com uma poética despojada dos estigmas estilísticos de uma tradição regionalista*”¹.

Outra modificação é a dos conselhos Editorial e Consultivo. Iniciamos uma reformulação em sua estrutura, visando ampliá-los e definir melhor suas funções, de modo a torná-los mais adequados às crescentes necessidades da Revista.

O Conselho Editorial terá primordialmente a função de avaliação dos trabalhos encaminhados para publicação, incluindo agora colegas de outras sociedades, no intuito de viabilizar-se o sigilo e a imparcialidade nessa tarefa. O Conselho Consultivo será solicitado basicamente em situações polêmicas ou especiais. Participarão dele, também, colegas de outros países da América Latina (alguns já constam da nova relação), uma vez que temos tido um número crescente de trabalhos de fora do Brasil. A isso se soma estarmos procurando incorporar, aos Conselhos, colegas que dominem diferentes áreas do pensamento psicanalítico, a fim de qualificarmos nosso processo de avaliação. Desde já, meus agradecimentos a todos que deles aceitaram participar, já que, com sua experiência e conhecimento ajudarão no aprimoramento deste periódico.

Enfim, nosso objetivo é de continuarmos o trabalho da equipe anterior e poderemos oferecer uma leitura qualificada, interessante e útil. Conclamamos os colegas a que participem deste projeto, enviando seus trabalhos, comentários e sugestões, procurando assim consolidar a Revista como um ativo fórum de discussão e atualização da Psicanálise, bem como um instrumento de divulgação de nosso pensamento psicanalítico.

Neste número, além de excelentes artigos, temos uma Seção Especial com o painel Psicanálise e Cultura, ocorrido na SPPA em 23.03.2000, com o rico debate que o sucedeu.

Desejo a todos uma boa leitura,

José Carlos Calich

Editor da Revista de Psicanálise da SPPA

1. Maria Amélia BULHÕES: A Sedução de um Inquietante Estranhamento. In: Governo do Estado do RS e Prefeitura Municipal de Porto Alegre: *Stockinger*. Catálogo da Exposição Comemorativa aos 80 anos do artista, 1999.





Palavra do Presidente

Este é o número da Revista de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre que passa a contar com uma nova dupla de editores. Substituindo o Dr. Mauro Gus como Editor, temos agora o Dr. José Carlos Calich e como Co-Editora, a Dra. Jussara Schestatsky Dal Zot, substituindo o Dr. Joel Nogueira.

E nessa oportunidade, penso que não poderia deixar de ser esse o tema dos meus comentários. Que me remetem, saudosista, aos inícios de 1993, quando o Mauro convidou-me para fazer parte da comissão de redatores da que viria a se constituir na Revista de Psicanálise de nossa Sociedade.

Lembro com muito carinho aquelas reuniões iniciais, às quartas-feiras, quando aquele grupo de colegas lançava as pedras de alicerce de uma construção-proposta que todos desejávamos duradoura e consistente. E naquelas reuniões lá estava o saudoso Meneghini, então Presidente da SPPA, com seus comentários e sugestões, apostando naquele desafio, já que sempre foi dele a idéia de que a Sociedade viesse a ter uma revista.

Aqui, desde logo, cabe um parêntese e um registro: o Meneghini, naquela ocasião, foi duplamente feliz: por um lado, por saber aproveitar a oportunidade de, então Presidente, buscar concretizar um de seus sonhos e, por outro lado, e principalmente, por ter escolhido como Editor o Dr. Mauro Gus. Indiscutível honra ao mérito!

O Mauro, de forma competente, com tenacidade e dedicação, multiplicou-se. E, em fins de 1993, por ocasião do 30º aniversário de nossa Sociedade, lá estava sendo lançado o primeiro número da Revista. (O Meneghini, satisfeitíssimo).

Desde então, com uma circulação regular e sempre com um elogiado conteúdo científico, nossa Revista vem-se apresentando para o reconhecimento de seus leitores, divulgando a produção científica de membros de nossa Sociedade e testemunhando a vitalidade do pensamento psicanalítico em nosso país. Com sua eficiência e idoneidade, nossa publicação tem recebido reconhecimento nacional e mesmo internacional, passando a se constituir em veículo de integração e divulgação inextinguíveis.

O mérito, sem dúvida, tem que ser estendido à maturidade de sua equipe de redatores e nesse sentido, dirijo-me a todos para os cumprimentos e agradecimentos da nossa Sociedade.

Quando, no início do ano, Mauro e Joel solicitaram suas substituições, indicaram-me nomes de sua equipe para que dentre eles pudesse escolher seus substitutos. A escolha recaiu sobre o Calich e a Jussara, e todos sabíamos, desde o início, do



Paulo Fonseca

desafio que representava e representa para os dois tal substituição. Mas, em nenhum momento, tal se constituiu em fator de atemorização, mas, pelo contrário, em estímulo para virem a fazer frente à tarefa que lhes estava sendo proposta. E para a qual contam com a irrestrita colaboração da Diretoria da Sociedade.

Com tal desafio em mente, formaram a sua equipe, puseram mãos à obra... e aqui está o primeiro número. Que se apresenta promissor por representar a permanência da qualidade adquirida e, ao mesmo tempo, firmando a presença de sua marca renovadora.

Boa sorte.

Paulo Fonseca
Presidente





Artigos





Atenção montador
a página **10** é branca





Que inconsciente?

Antonio Imbasciati*, Milão

Considerando os estudos sobre o desenvolvimento mental primitivo da criança, o autor propõe a comparação de alguns conceitos psicanalíticos com os dados com que nos chegam as ciências cognitivas e apresenta uma série de interrogações sobre qual possa ser, hoje, o conceito de inconsciente. O autor tende a demonstrar como muitas das teorias psicanalíticas são mantidas por tradição e não por uma efetiva e atual utilidade clínica. As interrogações e as relativas argumentações convergem para indicar a essência do inconsciente em um continuum de processos simbolopoéticos, em cujo término, em qualquer caso, pode-se manifestar a função que chamamos de consciência. Neste quadro o autor prospecta uma revisão de muitos conceitos psicanalíticos tradicionais e a necessidade de que os psicanalistas esclareçam suas teorias, seja no enfrentar-se com outras ciências, seja no seu trabalho clínico, com o objetivo de usar da melhor forma possível as descobertas psicanalíticas das últimas décadas. O autor propõe, além disto, um resumo teórico próprio para enquadrar as origens e a “construção” do sistema mental.

* Membro Efetivo da Sociedade Psicanalítica Italiana.



1. Por que o inconsciente? Ou por que as consciências?

O primeiro desenvolvimento psíquico, no recém-nascido e no bebê, foi estudado seja pela psicanálise mais recente, seja por outras ciências psicológicas, especialmente pelas chamadas ciências cognitivas. Se compararmos alguns dados provenientes de uma matriz científica em especial, mais que de outra, surgem muitas perguntas a respeito dos conceitos e das teorias que nós, psicanalistas, usamos. O objetivo deste trabalho é, pois, oferecer uma reflexão sobre a utilidade de alguns dos nossos modelos e uma especial reflexão sobre qual é, atualmente, o novo conceito de inconsciente.

Freud parece partir da pergunta “por que o inconsciente?” e de trás para a frente, através da consciência passa a explorá-lo. A psicanálise nasceu assim, “descobriu” o inconsciente, revolucionando o apregoado, que imperava na psicologia da época, que a mente tivesse que coincidir com a consciência. Podemos, aqui, nos colocar uma primeira pergunta: até que ponto o *método* fundado por Freud condicionou a nossa concepção de inconsciente? Uma coisa é o método de pesquisa e outra é o processo que é descoberto com tal método. Em outras palavras, a exploração pelo método freudiano da consciência de trás para a frente, sujeita a obstáculos, significa que devemos presumir um processo psíquico contrário? Um “fluxo”, como Freud preferia imaginar, que vai do inconsciente para a consciência? E que a ela chegaria, se não encontrasse algo que o bloqueasse? E se este “algo” não existisse, poderíamos supor que tudo chegaria à consciência sempre? A não ser que se apelasse, como remédio, à remoção primária. Creio que Freud e os primeiros psicanalistas se fizeram tais perguntas e lhes deram uma resposta, mas quem sabe, hoje, seria oportuno refazê-las a luz dos novos conhecimentos adquiridos em um século de psicanálise.

Penso que o fulcro de uma atual reproblemática consiste em esclarecer melhor quais são as modalidades, além das causas, pelas quais aconteceria a mencionada progressão, do inconsciente ao consciente, além de nos perguntarmos quanto do que observamos no desenvolvimento das crianças se mantém dentro da estrutura mental adulta, e que assim sendo se justifique a reconstrução que dela costumamos fazer na análise. Mais detalhadamente, podemos colocar-nos as seis perguntas seguintes:

1) O fato que exista uma forma de exploração, como a tradicional freudiana, ainda hoje fulcro das análises dos adultos, significa necessariamente que o percurso explorativo ao revés corresponda a um processo psíquico contínuo que devemos conceber como procedente do inconsciente para a consciência?

2) Se pensamos que assim é, não deveríamos rever melhor as razões (ou, ainda





melhor, as causas) pelas quais postulamos uma dinâmica psíquica que procede do inconsciente?

3) Este inconsciente reconstruído através da nossa via de exploração é aquele que verdadeiramente regula a conduta e o desenvolvimento do indivíduo?

4) Quem sabe hoje não temos outras vias de exploração, além das tradicionais análises dos adultos, que nos permitem observar mais diretamente, em *statu nascendi*, este inconsciente? Refiro-me aos vários procedimentos de observação oferecidos pelos novos settings psicanalíticos da análise de grupo, da análise de crianças e, mais ainda, das observações psicanalíticas da relação gestante/feto (ecografia) e mãe/recém-nascido (observação de bebês).

5) Estas outras vias de exploração levam-nos à mesma concepção de inconsciente que herdamos da tradição?

6) Até que ponto damos como intrínsecas da natureza “psíquica” certas estruturas – como as que encontramos nos nossos pacientes “tradicionais” – ao invés de considerarmos *se, como, quando*, ou mesmo *não* teriam sido estruturadas durante o primeiro desenvolvimento infantil?

Freud explica a “progressão para o inconsciente” com a teoria da libido: o fluxo energético encontra o obstáculo da remoção, e esta parece, mesmo com muitas distinções, ligada sobretudo à frustração imposta aos instintos pela realidade. Este último aspecto evidencia-se mais em alguns epígonos de Freud. A energia contrária da remoção bloqueia o fluxo, a descarga compulsiva. Os instintos alcançam a consciência somente através de “derivados”.

Hoje temos a certeza deste modelo? Temos a certeza de que é assim? Ou, pelo menos, de que é este o melhor modo de entender como se desenvolve a mente? Se dermos valor explicativo a este modelo, supondo que realmente é assim (valor explicativo de uma teoria científica), devemos sem dúvida responder que não. As supostas cargas energéticas que Freud desejava descobertas pela bioquímica no futuro (Freud, 1882-95; p.347; 1901; p.394 sg.; 1905, p.479 sg.; 521 sg; 524 sg.; 1906, p.223 sg.; 1914, p.448; 1915, p.21; 1915-17, p.478) não se comprovaram. Se, por outro lado, esquecendo a veracidade explicativa, limitamos o valor da teoria a um simples “modelo”, válido como tal somente em nível descritivo e heurístico, também aqui temos algumas dúvidas. Muitos autores refutam explicitamente a utilidade do modelo energético e, com isso, a teoria estrutural de Freud, a “Bruxa Metapsicologia” (Fabozzi, Ortu, 1992; Imbasciati, 1998a, b; Klein G., 1976; Gill, 1976; Eagle, 1984).

Alguns propuseram uma psicanálise sem psicodinâmica (Schaefer, 1975). E, por outro lado, as atuais diretrizes, tanto as inspiradas em Bion, por exemplo, quanto aquelas, geralmente, relativas à análise infantil ou às patologias graves, parecem procedentes, sem que se revele a utilidade de uma referência ao modelo compulsivo.



Antonio Imbasciati

Não poderemos, então, reorientar a pergunta inicial de Freud? Por que razões devemos nos perguntar “por que o inconsciente”? Quem sabe supomos que a mente deveria ser toda consciente? Isto era o que supunham os contemporâneos de Freud, e por esta razão, hoje histórica, ele fez muito bem em colocar o problema a partir daquela pergunta. Mas hoje, no atual estado das ciências psicológicas, quando ninguém mais defende a primazia da consciência, não poderemos, com maior utilidade, nos perguntar “por que jamais a consciência”?

Com o objetivo de ilustrar a utilidade da pergunta, vamos considerar mais detalhadamente o desenvolvimento infantil. Quando, para esse, se pode começar a falar de consciência? Somente progressivamente e lentamente. A concepção energética freudiana do inconsciente parece nos levar a pensar na consciência como uma dimensão categórica (a não ser para depois falar de pré-consciência) mais do que como um continuum. A concepção tópica persiste e nos encanta pela sua simplicidade, mas, quem sabe, nos desvia da estrada. A criança torna-se consciente muito lentamente, no segundo ano de vida, paralelamente com a linguagem. Mas não estamos completamente certos de que isto aconteça com o surgimento da linguagem. Certamente a simbolização verbal parece abrir a via para um primeiro conhecimento de si, mas quem sabe podemos encontrá-la até antes e depois independente da linguagem.

E não seria melhor usar o termo conhecimento (Imbasciati, 1989), ao invés de consciência, com todas as suas ambigüidades (a aceção de consciência moral) e a áurea antipsicanalítica?

Quando se entende que a criança “entende” o que adquiriu? Ela possui “símbolos”? Podemos chamá-los proto-símbolos. Quando, por exemplo, a criança se dá conta que existe o objeto que lhe esconderam, tem uma representação. Podemos pensar que seja “consciente”? E podemos chamá-la “representação”? Certamente a representação que a criança tem do objeto desaparecido (os psicanalistas falam, em termos afetivos e, para épocas ainda mais precoces, de “objetos ausentes”) não é igual àquela que teve o adulto.

Retornemos ainda mais. Quando a criança aprendeu a chamar a atenção com certos lamentos, ou a entender o chamado do adulto, o que adquiriu? Uma representação sonora? Podemos chamá-la “consciente”? Se acompanhamos o desenvolvimento infantil, a consciência nos aparece como um verdadeiro continuum, desde uma dimensão zero, difícil de estabelecer (ao nascer ou antes ainda?), por milésimos, até chegar-se a algo que claramente revele o caráter consciente. Não nos parece uma qualidade do psíquico, mas, mais exatamente, uma tonalidade, uma cor, por assim dizer.

Mas, antes de prosseguir falando sobre o desenvolvimento dos recém-nascidos, é necessário esclarecer o que se considera representação.





2. Representações e processos de simbolização

Geralmente atribuímos ao termo o conceito que se refere à representação que pode ter o adulto: representação consciente ou, pelo menos, ligada à consciência, adequada ao objeto real, adequada à específica *sensorialidade* (visual, sonora, motora, etc.). Tal conceito é apto para definirmos as simbolizações que adquire um recém-nascido ou uma criança? Quem sabe estas são homologáveis àquelas, mas nem um pouco iguais. As representações da criança nunca são adequadas à realidade e muitas vezes estão misturadas nas várias sensorialidades confundidas entre si, resultando mais comparáveis com as sinestésias obtidas de forma experimental que com as percepções no verdadeiro sentido. Também é assim com as percepções: na criança (mas também no adulto, como, a partir dos anos 30, os experimentalistas demonstraram) ela nunca é adequada. A percepção não é um processo automático ligado ao funcionamento neuro-sensorial. Os estudos de perceptologia indicam como é um processo “ativo”, que pressupõe funções propriamente mentais e adquiridas, em especial o fato de adquirir uma estrutura funcional que seja capaz de “ler” o *input* neural em relação a *engramas* de reconhecimento; estes também devem ser adquiridos. Voltaremos outras vezes a este tema.

Os vários autores, psicanalistas e não psicanalistas, definem de forma diferente a representação. Para uma resenha sobre o argumento veja-se Fraiberg (1969) e Taylor (1987). Neste trabalho farei alguns breves comentários a respeito. Werner e Kaplan (1963), por exemplo, falam de proto-símbolos, que “apresentam” significados, e de simbolizações verdadeiras, que “representam” tanto objetos quanto significados. Os psicanalistas geralmente insistem em ressaltar que os “objetos internos” não são representações de nenhum objeto real. Mas Money Kyrle (1968), justamente, e de forma pioneira, ressaltou como os objetos internos servem à criança para representar-se o mundo. Então esses objetos têm um valor de representação e, portanto, cognitivo. Existe um continuum entre os objetos internos e as verdadeiras representações? Veja-se a respeito disso meus trabalhos anteriores (1991, 1994, 1998a). Sempre com alguns exemplos, Blum (1978) enfatiza como os objetos *transicionais* constituem uma fase inicial da simbolização: eles são a apresentação dos objetos internos e, ao mesmo tempo, percepção – e representação – de objetos reais. As representações pré-simbólicas tornaram-se, em seguida, representações. O objeto *transicional* é um objeto percebido e representado como real e, simultaneamente, fica inscrito na mente como se fosse um objeto interno; então é uma transição entre as representações pré-simbólicas e uma representação efetiva? Então o objeto interno comporta uma proto-representação? Existe um continuum entre objetos internos, objetos *transicionais* (mesmo aqueles menos evidentes e menos estudados) e as repre-



sentações adequadas à realidade?

A maior parte dos autores, psicanalistas, define a representação baseada no fato de que a criança vive o objeto como se estivesse separado do eu. Mas isto não implica, por si só, em uma representação *sensu strictiori*, como acontece com o adulto, mas sim refere-se a algo que mais facilmente pode ser enquadrado em termos afetivos como “vivido”, exatamente. Mas até que ponto o “vértice afetivo” oferece um esclarecimento útil? Podemos afirmar que a vivência facilitará, quem sabe em uma etapa sucessiva, a representação? Mas não são exatamente estas vivências que servem para a criança representar para si mesma o mundo? Obviamente de maneira muito distorcida, – basta pensar nas situações persecutórias da posição esquizoparanóide – é como o adulto consegue representá-lo para si. Então, são ou não são representações? Pode-se, da mesma maneira, falar de representações, quando a criança consegue “representar para si mesma” aquilo que chamamos de objeto ausente? Quando se fala em representações de objetos, o que se entende sobre a representação no sentido mais tradicional? E Anna Segal, que tipo de representações diferentes ela subentende, quando fala (1957, 1978) de equações simbólicas mais que de equivalências?

Vamos voltar ao nosso recém-nascido, ainda mais no início do seu desenvolvimento. Quando ele “reconhece” um objeto que lhe mostram, parece ter uma representação visual que lhe permite esse reconhecimento. É uma representação efetiva? Esta pista mnêmica é adequada para as qualidades formais do objeto? Ou, quem sabe, se trata de um tipo de representação do objeto, mas totalmente inadequada para aquelas formas, de modo que se torna difícil para o adulto imaginar o quanto seja disforme ou lábil? E ainda: quando uma criança mostra que se tornou capaz de pegar (intencionalmente, não pelo reflexo de pegar) e manter na mão um objeto, o que adquiriu? Um esquema motor, digamos. Piaget falou de inteligência sensomotora. Podemos chamar este algo que ela adquiriu de representação? Independente do fato de a criança ter alguma representação daquele objeto, devemos convir que, mesmo assim, ela adquiriu uma pequena parte dos movimentos coordenados necessários para pegá-lo. Esta pequena parte de um *pattern* motor pode ser chamada de representação? Certamente estas “proto-representações” não podem ser consideradas conscientes.

Mais ainda, quando a criança aprende o controle esfíncteriano, o que está adquirindo? Quando aprende a engatinhar, não é porque estabilizou na memória um esquema seqüencial daquelas coordenações de vários setores musculares que antes não podia usar? Esta é uma representação? Obviamente não é consciente. Todo o desenvolvimento da motricidade procede através de aprendizados. As vias neurais já estão todas maduras nos primeiros dias após o nascimento, mas não é este amadure-





cimento que determina o desenvolvimento; este ocorre através de um aprendizado funcional. Por isso se chama psicomotor. Então é necessário que a mente construa dentro de si as bases correspondentes. Mesmo estas podem-se dizer representações? E ainda, nas primeiras semanas de vida, quando o recém-nascido aprende a seguir o olhar dos outros, o que adquiriu?

O *excurso* que prospectei sobre os precursores da representação entendida *sensu strictiori* o que nos diz do surgimento do conhecimento e, em um quadro de *ressistemização* teórica, a respeito do continuum entre o inconsciente e a consciência? As observações relativas a recém-nascidos e crianças normais não parecem indicar travas ou bloqueios concebidos a partir do modelo da remoção, que se oporia a *vis naturalis* de um desenvolvimento baseado em uma “natureza” (que chamamos de instinto ou compulsão?); ao contrário, quantas dificuldades para progredir utilizando a experiência na criação de novas funções, de novos símbolos! Ou de novas funções *simbolopoéticas*, isto, é funções que permitem processos de simbolização ainda mais articulados. E já não é a inscrição, na mente, de tais novas funções, por si só, um novo símbolo? As dificuldades que observamos no desenvolvimento aparecem mais como dificuldades em desenvolver-se que como dificuldades para o desenvolvimento. E um desenvolver-se de uma certa maneira que, eventualmente, definiremos patologicamente, mais do que outro, que, na enorme variabilidade entre os indivíduos, julgaremos como parte da norma.

Vemos então que o que era inconsciente, isto é, indiferenciado, parece articular-se progressivamente, assumindo maior clareza, melhor, ficando mais adequado à realidade, ou seja, à possibilidade de desenvolver “operações inteligentes”. Tudo segundo a perspectiva, antes citada, por aprendizagem, em vez de uma retrospectiva análoga à que “descobre” o desenvolvimento inconsciente partindo da introspecção adulta consciente. O que é a consciência, então? Por que e como se chega a ela? Ou antes, com que modalidades e variabilidades entre os indivíduos se chega ao que o adulto sente como introspecção consciente?

Vejamos, ainda, alguns precursores do pensamento na criança com menos de um ano. Quando ela aprende, com os gestos ou com a mímica, a expressar algo, o que adquiriu? Um tipo de representação, tanto do seu estado interno quanto do modo de expressá-lo em um *pattern* (motor, sonoro) que possa ser “lido” pelos cuidadores? Sobre isto existem todos os estudos de Brazelton (1990) e aqueles, ligados à psicanálise, de Lichtenberg (1989). Quando a criança aprende as conexões entre as coisas (objetos primeiro, depois fatos), parece adquirir uma certa representação precursora da causalidade, algo que antecipa a aquisição verbal dos verbos, isto é, uma representação pré-verbal não só dos objetos – por exemplo, a que ocorre no reconhecimento destes –, mas dos verbos, ou seja, das conexões entre as coisas. A ação é antes de





Antonio Imbasciati

tudo concebida como simples conexão e esta quase sempre é reversível: *como e sou comido*. Só sucessivamente se adquire o sentido da transitividade, isto é, uma capacidade de distinguir o ativo e o passivo. Sabemos que isto é correlacionado com a separação eu – objetos.

Como chamamos a todos estes símbolos? Esquemas adquiridos? *Patterns*? Representações? Funções de simbolização?

É necessário refletir como, na maioria das vezes, pensamos na simbolização somente para os estágios mais evoluídos e não para certas funções primitivas que nos parecem mais intrínsecas, quase ontologicamente, para a mente, do que adquiridas. Por exemplo, quando Bick trata (1968, 1975) da necessidade de adquirir uma elementaríssima idéia de um espaço para poder se sentir contido e, então, conter uma primeira idéia de um eu (e depois de uma mente), quem sabe não nos fala de uma primeira aquisição simbólica? Paradoxalmente trata-se de uma aquisição que permitirá uma primeira simbolização de um eu. Quando Bleger (1967) se refere ao “núcleo aglutinado”, nos introduz na descrição de uma experiência muito primitiva (anterior à posição esquizoparanóide) sobre a qual estamos trabalhosamente construindo as bases para as primeiras simbolizações. A conclusão, de que nos falam ele e outros autores com outros termos e conceitos, nos diz que, para que possa nascer um aparelho mental, é necessário uma primeira diferenciação de um “dentro” e de um “fora” (que, a seguir, nos permitirá aquela entre o eu e o não-eu e, ainda depois, aquela entre o eu e um “objeto”). Mas esta primeira diferenciação, que acontece em um estado indiferenciado, não é ela mesma uma aquisição que devemos chamar de simbolização?

Assim também a descrição de Winnicott a respeito da transformação do *holding* materno em um espaço que é assumido como próprio (antes com o corpo e depois mentalmente) pela criança e que lhe servirá para sentir-se contida, para ter limites (e depois um eu), nos fala das primeiras aquisições que, ainda que chamemos de pré-simbólicas, não podem ser excluídas do que, com um termo mais amplo, chamamos de simbolopoesis, ou, pelo menos, início da simbolopoesis. Geralmente todos os estudos de psicanálise infantil (gostaria de citar aqui os trabalhos de Ferro, 1966, e de Vallino, 1990) mostram-nos, através da descoberta da falta (patologia do déficit) de alguma capacidade muito elementar, como, no início da vida mental, não existem as diferenciações que são os pressupostos sobre os quais podem se desenvolver processos simbólicos. Mas não são elas próprias, estas diferenciações primárias, aquisições de funções da experiência (*corpóreo-relacional*), ou seja, processos de simbolização primordial? Este uso impróprio do termo *cisão* não é talvez o uso indevido de um modelo *adultomorfo*?

E, para concluir o título do parágrafo, o que aprendemos com a psicanálise





infantil, com a observação do recém-nascido, com a observação do feto (Negri, 1993) não nos diz algo sobre a representação em uma época anterior àquela em que podemos falar de objetos internos? Mesmo assim estamos acostumados a considerar que as representações dos objetos seguem, no processo evolutivo, a formação do objeto interno. Nesta situação o que acontece com o conceito original de inconsciente? E que sentido tem falar de compulsões e remoções?

3. A cadeia dos significantes

Independente de como nomeamos todas as diferentes simbolizações de que falamos brevemente, começa a formar-se um modelo de base: um aprendizado (da experiência, entendamos, e não um expressar-se passivo dos fatos externos na mente¹ e, acrescentemos, aprendizagem racional) produz uma aquisição que torna possível ainda um aprendizado ulterior específico (condicionado pelo primeiro); uma função que simboliza permite conceber ainda uma outra. Como chamamos estas aquisições? Se a palavra representação parece restritiva, podemos chamá-las significantes. Começa, então, a surgir uma cadeia, progressivamente articulada e ramificada (quem sabe em rede) de significantes. Também podemos chamá-los de vivências, mas, creio que, com este termo, não levaremos em conta o fato de que estes têm a função de significadores – significantes, então – para significar a realidade; ou melhor dizendo, têm a função de unidades de leitura que permitem à estrutura funcional a leitura da multiplicidade dos *inputs* recolhidos e transmitidos pelas vias sensoriais; uma leitura, cabe acrescentar, que é em função da qualidade das unidades de leitura significantes que possui naquele momento a estrutura funcional; leitura que, portanto, não corresponde necessariamente ao que chamamos de leitura do real. Por outro lado, sem uma leitura feita por algum significativo, os *inputs* permaneceriam sem nenhum sig-

1. Permanece na nossa cultura, até científica, a errada e obsoleta concepção do aprendizado entendido como o *imprimir-se* da experiência sobre uma estrutura biológica, concebida como uma chapa fotográfica. Igualmente permanece a idéia que a pista mnêmica seja, ela também, um tipo de reprodução do fato ou dos objetos percebidos e que assim permaneça quase estaticamente. Tal concepção (conforme o princípio da constância de Katz, 1946, também conforme Imbasciati, 1994, 1998) vê a mente como um tipo de aparelho fonofotorreprodutor. Ao contrário do aprendizado, é um processo ativo operado pelas funções mentais constituídas naquele momento. Esta resposta psicofisiológica dá razão ao aprender “pela” experiência, de memória bioniana: não se aprende a experiência em quanto tal, mas pela experiência, por aquele tanto que as funções mentais naquele momento ativadas - ou seja, as funções por sua vez aprendidas - permitem. As afirmações bionianas são amplamente esclarecidas também pelos estudos da psicologia experimental. Assim a pista mnêmica é o resultado, continuamente remanejado (reserva mnêmica funcional, dinâmica, não como um lugar para estocar), dos aprendizados. As próprias funções mentais, ou seja, as funções de simbolização, são aprendidas. Pista, então, significa, sobretudo, pista de funções mentais.



nificado e não poderiam nem ser memorizados. Os potenciais ativados nos receptores perdem-se na rede neural.

Muitos autores (não psicanalistas) falam da aquisição de esquemas cognitivos. Eu acho que poderíamos chamá-los também de proto-representações, para unificar o conceito de aquisição de esquemas funcionais com aquele de aquisição de representações que nos representam os objetos da realidade. Naturalmente, usando o termo representações, devemos levar em conta que serão representadas, na mente, não somente formas de objetos concretos, mas formas de operações, esquemas operacionais, ou cognitivos como queiramos chamar; quem sabe, também podemos dizer, sinais funcionais de “operações inteligentes”, a não ser em referência aos sinais daquelas funcionalidades avaliadas como patológicas. Para todas estas aquisições também é necessário pressupor sinais mnêmicos correspondentes (conforme a nota 1 precedente). Tudo em uma progressão, portanto uma permite constituir uma outra. Constituir ou construir?

Prefiro o segundo termo (1998), para ressaltar o processo ativo, de autocrescimento das funções mentais: a mente como construção progressiva de símbolos sempre mais complexos, simbolopoesse, no sentido que a aquisição de um símbolo torna possível a gênese – a poiesis – do próximo e condiciona a qualidade. Neste quadro, como colocamos o inconsciente? E a consciência? Ou melhor, como os concebemos?

Quando se fala de objetos internos, onde os colocamos no quadro acima mencionado? Diz-se que os objetos internos não são representação de nenhum objeto real. Mesmo assim eles têm um valor de representação, servem à criança para representar “de certa forma” o mundo, o *seu* mundo. Penso que seja muito pouco heurístico catalogar como “afetivos” os objetos internos, separando-os de tal forma do que sabemos sobre as representações como funções cognitivas. Não podemos mais, no atual estado das ciências psicológicas, separar afeto e cognição, a não ser para permitir uma *reificação* da concepção freudiana de libido e de compulsão consideradas como “energia” e, então, vistas quase como “substância”, do tipo afetivo, que distinguiria o afeto da cognição e que interviria no desenvolvimento cognitivo, de outro modo preestabelecido biologicamente. Esta concepção é, quem sabe, influenciada pelo pensamento de Freud? Um desenvolvimento cognitivo ligado ao biológico, modulado pela energia compulsiva, dependendo de que a experiência do real frustrate ou permita a descarga instintiva? Ou, quem sabe, esta é uma falsa concepção pós-freudiana que se difundiu entre os psicanalistas?

Penso que deveríamos esclarecer melhor as dispersas, mas muito numerosas, descobertas que em cem anos de psicanálise foram acumuladas, esclarecê-las em uma sistematização mais orgânica e compará-las com aquelas de outras ciências psicológicas. A experiência não é exatamente um filtro colocado pela realidade em um





fluxo biológico, a experiência é uma oportunidade que permite a organização dos *inputs* numa “construção” de estruturas mentais. Aprender através da experiência significa que um conjunto de funções, adquiridas em um certo momento², permite um certo tipo de aprendizado, através da própria experiência. A grade bioniana é ligada a uma concepção de construção progressiva de funções. E provavelmente podemos assumir que a *diacronia* do desenvolvimento infantil permaneça e se repita na sincronia do funcionamento mental evoluído. Então a consciência se prospecta como uma dimensão que surge gradualmente, direcionada ao terminal, por assim dizer, dos processos simbolopóéticos.

O inconsciente, então, estaria nos significantes com forma menos definida, menos diferenciados, nos quais podemos imaginar menos ramificada e menos diferenciada a articulação das diferentes cadeias simbólicas. Se, porém, considerarmos útil adotar este modelo de uma simbolopoesse progressivamente diferenciada, articulada, ramificada, desde os significantes mais disformes a outros mais “formatados”, configuramos o inconsciente como a própria simbolopoesse, pelo menos na maior parte de sua extensão. Podemos, então, nos perguntar o quanto esta palavra – inconsciente – não possa – e não deva – ser reformulada.

É apropriado usar a palavra inconsciente como substantivo? É útil usá-la como adjetivo qualificativo, ou qualitativo? É oportuno usá-la assim freqüentemente, quase um deus *ex-machina* como às vezes fazemos, para indicar os processos internos mais indiferenciados? Quem sabe mais primitivos? Não seria mais útil servir-se mais de termos como “vivências” (primárias) e indicar mais simplesmente “processos”, “funções”, “*engramas*”, ou outros? Não se prospecta, no quadro apresentado, uma nova visão de inconsciente? Ou melhor, não existe mais a necessidade histórica de ressaltar, como no tempo de Freud, o desconhecimento do mental. Devemos, portanto, nos interrogar sobre como conceber e melhor descrever, de um lado, o desenvolver-se de uma “mente” e, de outro, o conhecimento. Ou melhor, quanto e como é mais útil descrever, no desenvolvimento, aquelas características ou aqueles fenômenos que parecem fazer chegar ao indivíduo o que até agora denominamos consciência. Creio que ainda se deve indagar muito sobre esta característica tão específica do ser humano. Provavelmente ainda se tem muito para reformular, pretendendo uma melhor compreensão sobre a extrema variabilidade interindividual, que encontramos clinicando, sobre a capacidade do sujeito de ter acesso às suas partes internas.

2. Permanece em aberto o problema de como acontece a primeira aquisição de alguma função, que permita, posteriormente, usar a experiência para construir sucessivas funções (Imbasciati, 1994, 1998). Quanto ao “quando”, estamos certamente no período fetal.





4. Sinal mnêmico do afeto?

O que é, então, o inconsciente freudiano? Quais conceitos e termos hoje nos são mais úteis? A que inconsciente estamos acostumados na profissão? Ao concebido por analogia ao mundo das “paixões” do adulto, indagadas pelo vértice retrospectivo da primeira psicanálise? A análise é arqueologia ou construção? Freud já se colocara o problema. Se a análise é construção, deveremos considerar não simplesmente a reconstrução que pensamos fazer no trabalho analítico, mas a construção com a qual foi construída originalmente aquela mente. Quem sabe a teoria energético-pulsional nos transtornou. O inconsciente que vemos nas crianças combina com este último enquadramento? Especialmente em crianças com menos de um ano de vida?

Falamos de angústias, mais geralmente de afetos: até que ponto nós usamos estes termos, tomados da clínica do adulto, de maneira imprópria? O conceito de afeto é tirado de uma psicologia da consciência, postulando depois o afeto inconsciente. Em um velho, mas interessante artigo visto no *International Journal*, Pulver (1971) ressaltava que, para Freud, “*affects must be conscious*”: o afeto inconsciente é um conceito que Freud derivou por necessidade lógica (indevida analogia da teoria com a clínica?) daquele de compulsão, assim como o inconsciente está, para Freud, indissolúvelmente ligado ao conceito de remoção (remoção primária, até chegar a postular) e àquele de energia.

Não obstante Freud, quando nós falamos de afetos inconscientes, fazemos uma inferência: do consciente (do adulto) a algo que não o é e que, quem sabe, com a análise, se tornará. O que distingue o afeto de outros processos mentais é somente a tonalidade diferente, afetiva, portanto, e a introspecção com a qual o adulto vive alguns de seus processos mentais em relação a outros que se apresentam, contrariamente, mais acéticos e simples, como “cognitivos”. Se isto acontece na consciência, o que acontece por trás do conhecimento é realmente de uma natureza que se pode distinguir e determinar como afetiva? E, se a interferência pode ser útil no atendimento dos adultos, o quanto é oportuno falar com tais conceitos e termos, considerando as crianças? Sobretudo se elas têm menos de um ano de vida. O que são, ao invés, nas crianças pequenas, estes “afetos”? Têm, quem sabe, razão aqueles autores (Plutchick, 1980) que os chamam de esquemas cognitivos primários. O que sabemos, nós adultos, do que experimenta uma criança de poucas semanas para indicá-lo com o termo afeto? É uma analogia adultomorfa, sobre a qual sabemos somente através de interferências e cabe mais nos atermos exclusivamente a estas e, se necessário, aperfeiçoá-las. E mais ainda: por que “experimenta”? O termo se refere a conhecimento, que o recém-nascido ainda não possui.





Certamente o que chamamos afeto é o modo como a criança se orienta no mundo. Tem, então, a ver com a representação? Sobretudo se usamos este último termo em senso lato, ou se usamos (como eu já faço nos meus trabalhos) o termo de proto-representação, ou se ressaltamos o valor representacional dos objetos internos (1991). Pode-se, então, falar de afetos e igualmente de objetos internos em termos de sinais mnêmicos? Se o afeto é uma ligação, se o objeto interno é gerado na relação, quer dizer que ambos têm a ver com um aprendizado através da experiência. São, então, aprendizados; terão, pois, um “sinal”. O afeto aprendido!? O sinal do afeto!? O objeto interno aprendido!? Isto pode com frequência espantar muitos analistas. Se este espanto acontece, devemos nos perguntar, visto que a lição bioniana, e a de tantos outros autores, aconteceu há um bom tempo.

Ainda existem velhos preconceitos sobre o que seja um sinal mnêmico. Um sinal não é uma impressão fiel da realidade externa na interna, mas sim qualquer modificação das possibilidades funcionais que acontece na estrutura mental após um aprendizado. Tal concepção encontra-se em sintonia com os atuais estudos das ciências cognitivas, combinada com o fato que a memorização acontece segundo um código bioquímico, em contínua metabolização.

As perguntas recém-feitas sobre o modo de conceber os afetos também podem ser usadas no que se refere à angústia. E às “fantasias”. Até que ponto, ao concebermos a “*phantasy*” kleiniana, transpomos impropriamente a experiência ciente do adulto? É sobre o modelo da “*fantasy*”, extravagância, que foi postulada uma “*phantasy*”. Até que ponto este conceito está, além disto, muito impregnado de teoria? Não seria mais útil usar, aqui também, outros termos? Por exemplo, proto-representações, esquemas cognitivos, esquemas operacionais, modos de representar conexões entre objetos internos. Mas, neste caso, deveremos nos acostumar a conceber diversamente o mesmo objeto interno: não tanto como objeto de afetos (os quais, sendo afetos inconscientes, seriam somente derivados lógicos da postulação teórica das compulsões), quanto como representações *sui generis*, ou proto-representações, diferentes de qualquer representação de objetos reais, e tendo, mesmo assim, na funcionalidade da mente, um importante papel de representação.

Sou levado a pensar que o foco colocado pelos psicanalistas sobre o enquadramento afetivo dos objetos internos, independente de uma devida atenção ao seu valor de representação, possa ser devido ao fato que durante um bom tempo – quem sabe muito – a nossa aproximação à teoria das compulsões tenha sido paralela ao persistir (inconsciente?) de uma idéia de afetividade como “algo” substancialmente diferente dos processos mentais que conduzem à percepção, à representação, ao aprendizado, à memória, em uma palavra, à cognição. Este persistir não é, quem sabe, devido a uma



Antonio Imbasciati

simplista e indevida analogia com a experiência ciente do adulto?³ Que o objeto interno seja objeto de amor (ou, pelo menos, de afeto) é consequência, não causa, do fato que este seja, assim, importante na elaboração dos processos mentais, ou seja, na simbolopoesse entendida como aqui foi descrita.

É por uma simbolopoesse que se cria a capacidade de amar, não por uma qualquer suposta força natural ou por uma consequência que parece lógica somente para o adulto. Trata-se de uma simbolopoesse muito mais complexa do que a que estamos acostumados a conceber, que faz com que uma proto-representação do objeto se torne objeto de amor. Em certos desconhecimentos, aos quais estamos acostumados, existe, segundo meu parecer, uma aderência excessiva a uma teoria, creio eu, que levou a entender-se erradamente, trazendo prejuízos para a psicologia dos séculos passados.

Pensar que o objeto interno seja, por si só, um objeto de amor (ou, pelo menos, de afetos) significa concebê-lo projetando a realidade do objeto externo (a mãe adulta que ama a sua criança) que geralmente está no centro da experiência que o origina. Mas o amor, no recém-nascido, ou outro afeto são vivências que nós lhe atribuímos “adultomorficamente”. É discutível chamar afetos os fatos mentais que ocorrem com o recém-nascido. Ao contrário, a densidade de significados do objeto interno é devida ao fato que este é uma primeira construção mental (*endopsíquica*, embora gerada pela experiência) de fundamental importância para todos os sucessivos processos simbolopoéticos: é a “causa”. Por isso é importante que o analista possa imaginá-la. Atribuir-lhe uma etiqueta de “afetiva” comporta, deixando de lado o adultomorfismo, o risco de colocar em segundo plano o papel cognitivo do modulador para a construção das sucessivas estruturas mentais – inconscientes obviamente. Que depois o objeto interno da criança se torne a base sobre a qual o sujeito construirá sucessivamente a sua capacidade de amar é algo que faz parte da progressiva simbolopoesse, mas não é uma qualidade intrínseca do objeto interno. E que este se torne a base para cada outro fato afetivo do adulto obedece ao princípio geral que cada função adulta se apóia em operações protomentais, aquelas mesmas que se fazem “sentir” quando o adulto “sente” afetos.⁴

Cada conceito, e cada termo, que a ciência com o passar do tempo vai formulando, é necessariamente ligado, ou pelo menos impregnado, de alguma teoria. Um grau de “parentesco” assim deveria ser suficientemente elástico para permitir aos

3. Além de, obviamente, a ignorância sobre os processos cognitivos primários, atribuídos simploriamente a propriedades intrínsecas da estrutura biológica. A assim chamada maturação neurológica é fruto da experiência: o aprendizado incide não somente sobre a estrutura funcional, mas também sobre aquela anatômica; a estrutura histológica do cérebro depende das aprendizagens.

4. Sobre estes argumentos a discussão é muito mais complexa do que se pode resumir em um artigo. Sugiro alguns dos meus textos (1991, 1998).





cientistas vislumbrarem novas e mais úteis teorias, abandonando as velhas. Em cada ciência as teorias mudam. São as descobertas que ficam e da mesma forma o método, que, porém, se transforma e se aperfeiçoa. A distinção entre as descobertas, o método e a teoria, que aqui não caberia recomençar (sugiro os meus trabalhos de 1993, 1994, 1998), é de vital importância para o progresso de uma ciência. Na minha opinião, na psicanálise, pelo fascínio da grandiosa obra do mestre, os psicanalistas ficaram excessivamente ligados às suas teorias e conseqüentemente limitados para desenvolverem o método e fomentarem as descobertas e a formulação de novas teorias, que, conseqüentemente, favorecessem seja o método, seja as descobertas. Uma teoria não é nem verdadeira, nem falsa: é somente útil em um certo período de cada ciência. Uma ligação excessiva com as teorias já formuladas impede a pesquisa. Quanto os psicanalistas ficaram prisioneiros da teoria energético-compulsiva? O mesmo discurso também poderia ser dirigido a outras teorizações sucessivas, por exemplo, certas formulações kleinianas.

Se esclarecermos algumas ambigüidades de conceitos, certas diferenças no uso dos mesmos termos e a sua referência teórica, poderemos entender melhor clinicamente alguns fenômenos, ou acontecimentos, mentais, que poderiam ter sido ofuscados pelo uso não claro dos conceitos e dos termos. Por exemplo, poderemos entender melhor, formulando conceitos novos e abandonando (decisivamente!) os velhos, a essência de certas vivências infantis, dos recém-nascidos, que permanecem escondidas, mesmo no adulto. Assim, Bollas (1987, 1992) introduziu o conceito do “conhecido e não pensado” e do “estado de ser”, para nos fazer entender melhor certas situações clínicas dos adultos muitas vezes relacionadas a patologias, se não graves pelo menos pouco acessíveis através de análise, sendo tais análises ainda pouco dotadas de instrumentos idôneos. Muitos autores ressaltaram como se pode especificar uma patologia de déficit em contraposição à clássica, de conflito (seria necessário perguntar se, em uma nova visão como a que estou pesquisando, o conceito de conflito conserva ainda a importância que lhe demos) e descreveram estados mentais “assimbólicos” (ou pouco simbolizados) e, portanto, inefáveis, impossíveis de exprimir com as palavras que nos adultos descrevem os afetos, difíceis, pois, de captar, pelo analista, a não ser que o mesmo aperfeiçoe a sua capacidade de viver e enfrentar a contratransferência. Quem sabe, fatos mentais como aqueles dos poucos exemplos acima mencionados poderiam ser melhor captados, se contássemos com um vocabulário técnico menos equivocado, com uma evocação mais clara dos conceitos e teorias, permitindo assim uma maior flexibilidade em relação aos esquemas teóricos seguidos até então. Citei Bollas, mas muitos autores poderiam ser citados sobre esta temática, Bleger (1967) e o próprio Bion, entre outros.

Neste quadro, o quanto atrapalha a teoria tradicional do inconsciente? Os





Antonio Imbasciati

mencionados conceitos de Bollas, por exemplo, podem ser enquadrados na visão tradicional do inconsciente e da remoção? Segundo meu parecer, não, porquanto são melhor captados no quadro do desenvolvimento simbolopóético como estou tentando descrever. Noto aqui, como Bollas também afirma (1992 p.72 ed. It.), que temos necessidade de uma “teoria da recepção”, ao invés de uma teoria da remoção, ou seja, como é necessário conhecer as modalidades com as quais as experiências são recebidas, para serem elaboradas e estruturar o inconsciente e como, a respeito do “conhecido não pensado”, devemos nos acostumar a considerar, nas análises, mais que os bloqueios e as remoções, a necessidade, intrínseca dos processos inconsciente, de “fugir de uma consciência prematura” (p.97).

Quem sabe somos prisioneiros das teorias e dos conceitos que, além de não serem mais úteis, são paralisantes, quando se trata da nossa acolhida aos progressos feitos pela psicanálise nos últimos cinquenta anos. Conceitos, além disto, que hoje se encontram superados em relação ao progresso das outras ciências psicológicas. Não existe somente a psicanálise, mas, pelo menos, umas trinta disciplinas psicológicas diversas, que, junto com as neurológicas, fizeram grandes progressos. Já falei brevemente sobre os prejuízos a respeito do conceito de pista mnêmica e fiz uma menção rápida a respeito daquele de percepção que aqui me parece útil retomar.

Permaneceu (nos psicanalistas, quem sabe?) o costume de considerar a percepção como um processo automático, dependente dos órgãos sensoriais e também do amadurecimento neurobiológico⁵. Tais usos hoje se traduzem em um verdadeiro prejuízo anticientífico. A percepção parece automática na consciência do adulto. Na realidade esta é uma leitura de configurações relativas (*inputs* sensoriais), feita somente quando existem no aparelho mental de quem vai perceber certas funções, que tal leitura torna possível. E é em relação ao tipo de tais funções de elaboração que resulta um certo tipo de percepção. Para que tais funções operem é indispensável que, no “sistema-mente”, estejam disponíveis unidades de leitura correspondentes, ou seja, “certas representações”. Se, como na criança, essas não têm a forma daquelas que permitem as assim chamadas percepções do real (na realidade uma percepção completa e fielmente realista nunca existe, nem nos adultos, como é demonstrado pelos clássicos estudos de perceptologia a partir daqueles sobre as ilusões ótico-geométricas), teremos uma leitura deformada, então uma percepção totalmente diversa, que, porém, não podemos chamar de anômala, enquanto fisiológica e em idade

5. É oportuno notar, junto com a aceitação científica de percepção, como, também na nossa linguagem especializada, continuamos usando o termo percepção mesmo naquela aceitação da língua italiana que a liga à introspecção, e à intuição, esta última aceitação, hoje, está totalmente fora da linguagem das ciências psicológicas.





evolutiva e na processualidade interna adulta.

A percepção é um processo ativo, de montagem de todos os *imputs*, segundo certas configurações “construídas” por funções correspondentes aprendidas progressivamente. Cada uma destas funções depende das precedentes e está conectada às sucessivas, de um modo funcional de “construção” progressiva. Cada função é detectada pela existência de uma pista: pistas de funções, não de objetos; pista de programas funcionais, que operam em sincrônica sucessão em cada ação perceptiva. Em relação às funções que tenham sido aprendidas e em relação às unidades de leitura que tenham sido estocadas à disposição da função, teremos uma leitura diferente dos *imput* e, então, uma percepção diferente. Se lembramos deste quadro, temos uma idéia melhor de como os objetos internos descritos pela psicanálise são unidades de leitura para a percepção do mundo. É óbvio que esta percepção é totalmente “inadequada à realidade”, isto é, totalmente diferente daquela do adulto, assim como é óbvio que estas unidades de leitura não são representações da realidade: a leitura resultante é completamente *sui generis*. Então devemos nos despir do preconceito que diz que *perceber* significa *perceber a realidade* e que, quando isto não acontece, algo incomodou ou interferiu nos mecanismos biológicos, gerando a alucinação. Isto que chamamos de alucinação do recém-nascido é o seu modo costumeiro de perceber. O que devemos nos perguntar não é o porquê da alucinação, mas como a criança maior chegará a perceber de forma adequada o real.

Em termos de simbolização, ou melhor, de simbolopoesis, a capacidade de percepção é uma aquisição progressiva de símbolos e de modalidades de processá-los em relação aos *imput*: é então adquirida, progressivamente, uma capacidade de fazer certas montagens, isto é, de ler de modo correspondente representações que servem como significantes para outros tantos significados, a miríade de *imputs* das mais variadas sensorialidades. Uma “análise da percepção” mais detalhada (veja outros trabalhos meus: 1994, pp-384-387; 1998, pp-47-52 e 86-89) pode ser útil, não somente como integração teórica entre psicanálise e outras ciências psicológicas, mas também, a meu ver, para a própria clínica psicanalítica. Sobretudo pela compreensão de muitas patologias infantis, dos déficits intelectuais não orgânicos e, em geral, para todas as patologias ditas de déficit, mesmo nos adultos. Diz-se que as patologias de conflito estão desaparecendo na população atual dos pacientes, com o crescimento das patologias de déficit, ou que, de certa forma, a patologia dos pacientes está mudando. Mas estamos certos de poder falar de “quem sofre”, mais do que de “quem não consegue”?

Ou seja, falar de quem não conseguiu construir um funcionamento mental suficientemente comparável a quanto encontramos em outros, ou, pelo menos, a quanto seria desejável ou bom. Acho que uma visão construtivista da mente pode não ser





Antonio Imbasciati

simplesmente integrada por outras ciências psicológicas, mas também fundamentada em um modo especificamente psicanalítico. Em meu último texto, “Nascimento e Construção da mente” (1998), fiz esta tentativa.

5. O inconsciente como “simbolopoesa”

Pela perspectiva que tentei delinear, simbolopoesa parece ser o inteiro desenvolvimento mental, o construir-se progressivo de uma estrutura funcional capaz de elaborar, de modo específico para cada um, a experiência. Uma tal construção aparece com maior evidência, quando se consideram os primeiros dois anos de vida, mas mesmo assim subsiste, mesmo nos anos sucessivos, por toda a vida do homem, até que o exercício do pensamento gere outras capacidades de pensar. Poderíamos dizer que simbolopoesa é o desenvolvimento do intelecto, sendo o que até o momento chamamos de desenvolvimento afetivo a base da inteligência, base condicionante, da estrutura da qual dependerá a qualidade da construção de todas as sucessivas. Isto, não porque os afetos modulariam um processo que de outra forma seria predeterminado organicamente, como no fundo parece levar a pensar a formulação enérgico-compulsiva, mas sim porque os afetos são as primeiras construções de funções mentais, as primeiras a serem aprendidas e a servirem de estrutura para as sucessivas. Destas depende o que, da experiência, será usado para a construção de todo o sistema-mente.

Creio que possa ser útil para os psicanalistas falar de inteligência – e melhor seria, quem sabe, reintroduzir o velho termo intelecto – sob um novo vértice, diferente daquele *antipsicológico*, do qual inevitavelmente falava Freud. Não existe motivo para separar afeto e cognição; a distinção é relevante somente na consciência, lúcida, de um adulto e, muitas vezes, é necessário que este adulto seja suficientemente culto para notá-la. Então ela aparece como distinção, por vezes espúria, de dois *epifenômenos* distinguíveis somente em certas condições, quem sabe dependendo de que cadeias de significantes estejam prevalentemente operando, se aquelas mais “básicas” (diremos funções mais primitivas ou indiferenciadas?), ou aquelas mais sofisticadas.

Não existe pensamento consciente sem pensamento inconsciente, nos diz Bion, nem para o cálculo algébrico como sugere a sua grade. Apliquemos profundamente esta instituição! O inconsciente, então, é o próprio pensamento humano, pelo menos na sua essência, e todo o pensamento é simbolopoesa, então este é todo o inconsciente. Em algum “terminal” de alguma cadeia simbolopoética, surge de algum modo a consciência. Quem sabe com ela cessa a simbolopoesa?! Quem sabe esta serve para ver, retrospectivamente, algum resto da simbolopoesa que percorremos. Quanto mais





tivermos presente que o nosso pensamento, a nossa própria mente, são inconscientes, menos teremos a necessidade de usar o adjetivo “inconsciente”. Quanto ao que chamamos de consciência, se tivermos conhecimento do quanto funcionamos sem estarmos cientes dela, tanto menos teremos necessidade de nominá-la.

Podemos novamente nos perguntar por que surge a ciência do fato: ela é o instrumento que permite ao ser humano refletir sobre si mesmo, “olhar-se”. A pergunta sobre como ela surge pode, por outro lado, nos levar a indagar melhor sobre a progressão simbolopoética. Existem sujeitos capazes de olhar dentro de si, outros que se revelam quase completamente incapazes de fazê-lo. Já falei do conceito de *alexitimia* e nos referimos a sujeitos muito “na defensiva”. Poderemos questionar melhor a natureza das defesas, se, abandonando os esquemas teóricos comuns, houvesse a possibilidade de enquadrá-los na perspectiva das cadeias simbolopoéticas. Para alguns indivíduos a capacidade de olhar para si próprios é setorial: uma pessoa pode ter grandes capacidades introspectivas, mas ser cego e surdo para algumas das suas áreas. Definimos estas áreas como cortadas. O que aconteceu no desenvolvimento simbolopoético? Pode esta interrogação nos levar a formular de modo diferente o conceito de cisão e, mais em geral, o de defesa?

Este conceito liga-se, de fato, a uma concepção dinâmica dos afetos. Defendemo-nos com uma força contra uma outra força que nos ameaça, estamos próximos de assumir o conceito de força como básico. Estamos, pois, em psicodinâmica e, portanto, no modelo pulsional. Como teoria explicativa, aquela energético-compulsiva permaneceu sem ser demonstrada. Ela ainda nos é útil como modelo heurístico? Como metáfora para a clínica? No modelo existe sempre a idéia de “forças” em oposição entre si; esta idéia é útil na nossa profissão?

Temo que, chegando a este ponto, alguém possa exclamar: “Em suma, se casarmos os conceitos de conflito, de defesa, de remoção, o que sobra da psicanálise?” E mesmo assim, a psicanálise é, depois de cem anos, muito mais que o conjunto destes conceitos aos quais somos tão afeiçoados. Falar de ruptura dos princípios fundamentais da psicanálise, como por vezes ouvi, soa, então, como anunciar uma hereesia. Há décadas, ilustres autores, depois de terem criticado a teoria pulsional, propuseram uma “psicanálise sem psicodinâmica” (Schaefer, 1975). Veja a respeito a bela matéria elaborada por Fabozzi e Ortu (1996).

Vamos tentar considerar o que até agora enquadrámos como conflito, defesa, remoção⁶ e também ruptura em um quadro diferente: naquele da simbolopoesse como aqui foi descrita. Nas cadeias e nas redes dos significantes nas quais cada um destes

6. George Klein definiu (1976) a remoção como “estrutura cognitivo-afetiva separada que exercita uma influência seletiva sobre o comportamento”.



Antonio Imbasciati

gera outros (poiesis), podem-se encontrar transformações que aumentam o poder significativo – de certa forma, então, o “sentido” do sistema –, a sua eficiência, a sua continuidade, a sua capacidade de produzir outros símbolos e outras que, ao contrário, diminuem o sentido, que o confundem, que pervertem os significados com significantes aparentemente contínuos, que criam fraturas, hiatos, contradições, diminuições de ritmo, paradas e isto em todo o sistema da significação interna. Isto parece pouco para os psicanalistas? Os ratos enlouquecem, se colocados dentro de um sistema contraditório. Por que os homens não deveriam enlouquecer? A contraditoriedade esquizofrenogênica na comunicação interpessoal, sobre a qual muito escreveram os autores da Escola Sistêmica e, por vezes, até alguns psicanalistas, o contraste entre mensagens opostas (mensagens e metagensagens) de que fala a Pragmática da Comunicação Humana, são altamente patógenos. Quando, segundo o meu parecer, cultivam e contagiam uma potencial contraditoriedade interior, interiorizada no desenvolvimento das cadeias e das articulações da progressiva simbolização, elas introduzem “mentiras” na simbolopoesis, zonas isoladas da rede de comunicação intrapsíquica (rupturas), que fazem entrar em crise aquele enorme e maravilhoso computador que é o Sistema-Mente. Estes “defeitos” na construção simbolopoética, ou seja, na estrutura mental, podem fazer com que partes inteiras do sistema fiquem pouco evidentes, permaneçam isoladas, ou desapareçam, como se em um computador fossem destruídos programas inteiros, que aconteçam eventos que podem ser definidos como implosões, autocanibalismo (termo usado por Bollas), ou, segundo a expressão introduzida por mim (1981), e que continuo a usar, de autonomia.

Creio que poderemos deixar de lado o conceito de remoção. Este parece exclusivamente teórico e, além disto, ligado a uma teoria que não é mais útil. Resistência é, ao contrário, um conceito clínico. Os de conflito e de defesa aparecem no meio do caminho entre a clínica e a teoria. Com um enquadramento teórico diferente, não poderemos concebê-los como contradições do sistema de significação? E a defesa, ou melhor, se nos limitarmos à prática, a resistência não pode ser concebida como a intrínseca dificuldade de uma construção mal-feita que precise de “reforma”?

Eu já recordei como Bollas ressaltou, na análise do conhecido não pensado, a necessidade para o paciente de “eludir uma consciência prematura” e de experimentar antes novos estados de ser. Então a consciência não é aquela estrutura que se alcança, se retiramos os obstáculos que imaginamos com a teoria da remoção. A construção simbolopoética que estamos refazendo com a análise deve respeitar a sua evolução gradual, começando pela construção das estruturas mais elementares. É impossível saber (ou isto é falso!) se as várias passagens anteriores a esta são descontínuas ou mistificantes e não se pode chegar a observar o conhecido não pensado, se antes não se construiu, através da reexperimentação de estados de ser, um espaço





interno para pensar. E este espaço tem pouco sentido classificado como inconsciente. A necessidade de eludir uma consciência prematura indica, para mim, o fato intrínseco da progressão simbolopoética, que cada significante construído deve estar em continuidade com o precedente e com os sucessivos. Ou então poderemos ter aquelas análises em que o paciente parece ter aprendido todos os insights possíveis com palavras, mas, infelizmente, não muda. A falta de continuidade e as contradições constituem e explicam a patologia, assim como falsas passagens, verdadeiros saltos na progressão simbolopoética estão na base de certas patologias, perversas, ou de um falso eu, ou hiatrogênicas da análise. Quem sabe a noção de contraditoriedade dentro do sistema de significação, ou a de interrupção, de “buraco”, de vazio, nos parecem insuficientes para entender certos fatos patológicos, porque as comparamos com o mito fascinante das forças *infernas** (infernas, não simplesmente internas, pois *inferna* em língua italiana significa infernal) personificadas pelas compulsões. Creio que tal subavaliação das incongruências seja devida ao fato que a mente adulta (relativamente “sã”) está acostumada a intelectualizar a contraditoriedade, a esterilizá-la, separando-a da vivência. Quem, por outro lado, a vive sem perceber é exatamente quem está psiquicamente mal: o indivíduo patológico, que, muitas vezes, também é *logopático*, ou seja, – limitando-se ao étimo – sofre porque não pode nos dizer o quanto sofre. Conseqüentemente temos dificuldade de entendê-lo, ainda mais se não estamos suficientemente equipados.

O que inferimos como conflito pelo tratamento é, quem sabe, o nosso modo mais fácil e tradicional de dar forma compreensível à contraditoriedade dentro do sistema protomental. Presumir o desenvolvimento mental como simbolopose e o funcionamento mental como atividade do sistema de significação instituído nesta, quer dizer, segundo o meu parecer, dispor-se a escutar, entender, inferir, seguir as articulações dos significantes, daqueles protomentais, sobretudo, e de vislumbrar as passagens de uma “má construção”. Quer dizer, segundo penso, enquadrar por que a capacidade de um indivíduo de olhar para dentro de si pode ser tão variada, diferente, descontínua. Digamos pelo velho modo: “entender os meandros do inconsciente”. Através da resistência? Usando um conceito mais abrangente, apropriado ao nosso quadro, como aquele por mim denominado “permeabilidade intrapsíquica” (1983), poderemos reformular a resistência como dificuldade, maior ou menor dos indivíduos, de serem impermeáveis ao fato de que os significantes mais diferentes entrem em contato com os sucessivos. Os tipos de progressão simbolopoética podem originar a construção de sistemas nos quais cada significante tem continuidade, quase contato, com os sucessivos e outros, ao invés, nos quais existem fraturas, descontinuidade,

* Aqui há um duplo sentido em que se sobre põe o sentido de forças internas com forças infernais, que, em italiano, se dizem “infernas”. (N. do T.)





Antonio Imbasciati

segregações, reviravoltas de significado. Creio que entre estas duas polaridades se encontra o grau com o qual o indivíduo pode ser mais ou menos, ou setorialmente, permeável, ou seja, capaz de olhar para dentro de si e, em contrapartida, o grau com o qual o analista pode ser permeável e, nesta medida, ajudar o paciente a se tornar, ele também, mais permeável. Isto acontece na medida em que o analista tem a sua disposição bagagem suficiente e idônea para entender melhor que o paciente a impermeabilidade, quer dizer, a captar as passagens da simbolopoesis nas quais o paciente “não conseguiu”, nas quais ele “sofreu” e pelas quais ele se tornou “logopático”.

Do ponto de vista do paciente, por capacidade de olhar para dentro de si (olhar, digo, não ver) entendo não tanto o tornar-se ciente dos significados dos quais antes não o era (esta é, se for, uma “construção” posterior, que, por outro lado, sempre corre o risco de ser de condescendência verbal com as “palavras” do analista), quanto de aumentar a sua comunicação intrapsíquica de que não tem ciência. Trata-se de algo que eu colocaria ao lado do que Bollas (1992) chama de “elaboração do idioma”, referindo-o ao “estado de ser”, que pode ser captado pelo analista bem equipado (contratransferência) e, desta forma, capaz de tornar o próprio paciente capaz de elaborá-lo. Quem sabe, na medida em que um analista é capaz de trabalhar na permeabilidade intrapsíquica, a sua e a do paciente, poderá ser capaz de diminuir os riscos de uma prematura e excessiva ciência verbal (sobre a qual eu falava acima) e chegar aos momentos geradores (“generativo”, descreve Bollas, como negativo do trauma) da análise, aqueles momentos nos quais, além das palavras, das interpretações e do conhecimento, o paciente se transforma e se encaminha para a geração de um movimento e de uma mudança analítica fundamental e, quem sabe, com sorte, regenerar um novo gerador simbolopoético. □

Summary

Underlining some studies on the origin and development of mind in babies, the author proposes a comparison between some psychoanalytic concepts and data from experimental cognitive sciences and “he states a series of questions about our nowadays concept of unconscious. The author tries to show how some of our psychoanalytic theories are still preserved owing to the tradition, and not for their effective clinical utility in our days. The questions and its argumentations tend to point how the essence of unconscious can be identified in a *continuum* of symbols production (*symbolopoiesis*), at whose terminal, sometimes, may appear that function which we call conscience. In this frame the author proposes a revision of some traditional psychoanalytic concepts and points out how psychoanalysts may usefully





Que inconsciente?

clarify their theories by confronting them with other sciences. Such a clarification may be useful in clinical work, in order to a deepen the use of last decades psychoanalytic discoveries. Besides the author proposes his own theoretical outline by which the origins and *the construction* of the mind-system may be framed.

Tradução de **Cláudia Antonini**
Revisão técnica de **Ruggero Levy**

Antonio Imbasciati
Via Celio, 2
20148 – Milão – Itália
www.alfapi.com/imbasciati

© Revista de Psicanálise – SPPA





Atenção montador
a página **34** é branca





A interpretação das configurações edipianas na análise de crianças*

*Florence Guignard***, Paris



* Texto apresentado em seminário temático na SBPSP, em agosto de 1999.

** Membro Efetivo da Sociedade Psicanalítica de Paris.





Florence Guignard

Introdução

Falando de seu trabalho cotidiano, todo psicanalista de crianças evoca espontaneamente sua escuta de um material dito “edípiano” de seus pequenos pacientes. Mas o que ele entende exatamente por isso?

A aplicação do método psicanalítico ao tratamento de crianças levanta muitos problemas teóricos que não podem ser descartados sob pretexto de sua eficácia na clínica. Esses problemas podem ser agrupados em torno do enunciado *princeps* de Freud: o complexo de Édipo. De que modo essa configuração se apresenta nas crianças antes da puberdade e especialmente nas crianças muito pequenas?

Este trabalho se propõe examinar essa questão em uma criança de três anos, idade reconhecida por Freud como a do início da constituição do complexo de Édipo. Centrar-se-á na exposição de uma breve vinheta clínica, colocada propositalmente fora do contexto histórico particular da criança em questão. A autora fez esta opção na tentativa de evitar, na medida do possível, os efeitos perversos, na reflexão teórico-técnica, daquilo que ela chama de tentativa de “causalidade curta” ou, invocando Molière: “*Aí está justamente o que faz com que sua filha seja muda*”¹ (Molière, 1666).

A causalidade desempenha, de fato, um papel importante no trabalho do psicanalista, tanto no plano das interpretações que se apresentam a seu espírito durante a sessão, quanto no plano da reflexão pessoal mais teórica buscada em seu modo de funcionamento cotidiano. A causalidade mantém ligações complexas com o “juízo de atribuição” a respeito do qual Freud estabeleceu a necessária anterioridade em relação ao “juízo de existência” (Freud, S., 1925)².

Todo analista deve, então, examinar com cuidado em que nível ele se situa, quando sente necessidade de estabelecer relações de causalidade entre o material de seu paciente e um determinado parâmetro teórico de sua disciplina. Rigorosamente, somente a causalidade psíquica deveria ser levada em conta. Mas isso não soluciona

1. Na peça *Le Médecin Malgré Lui*, Molière faz uma sátira à medicina. No trecho referido, Molière descreve uma consulta médica em que um pai leva sua filha muda ao médico, para que este a cure. O doutor, um impostor, evoca as mais diversas e estapafúrdias causas para explicar, num linguajar empolado e absurdo, o porquê da mudez, no fundo sem dizer realmente nada. Trata-se de uma alusão a diagnósticos óbvios, somente descritivos, que tentam seduzir, impressionar, sem qualquer seriedade na fundamentação científica. (N. do T.).

2. Em 1925 (*A Negativa*), Freud propõe que a função de julgamento tem 2 decisões a adotar: atribuir juízos sobre a realidade, afirmando ou negando certas características do objeto e admitir ou não a existência desse objeto na realidade; o sujeito pode negar a existência de conteúdos que lhe são potencialmente desagradáveis. (N. do T.).





o problema, uma vez que existem muitos níveis possíveis de significação, até mesmo dentro da causalidade psíquica. Segundo a tonalidade da relação transferencial-contratransferencial e as opções teóricas do analista, um ou outro desses níveis será privilegiado por ele.

Por exemplo, não há uma definição do conceito de objeto com a qual todos os analistas concordem: fala-se da pessoa externa ou de um objeto interno? Tentar conciliar todas as tendências propondo considerar o objeto interno como resultado da interiorização do objeto externo conduz a uma confusão ainda mais deplorável em que, nas representações contratransferenciais do analista, se misturam as que provêm da narrativa ou da expressão lúdica do paciente na sessão com as que provêm de seu *insight* sobre a natureza e as qualidades dos objetos internos do paciente. A isto se somam, para o psicanalista de crianças, as percepções diretas, relacionadas ao necessário contato que ele deve ter, penso eu, com os pais reais da criança. Apesar de serem frutíferos no estabelecimento de uma aliança terapêutica com a criança e com aqueles de quem ela necessariamente depende, esses contatos não são isentos de riscos, principalmente contratransferenciais. Assim, o psicanalista de crianças deverá estar ainda mais atento que o psicanalista de adultos para não misturar as impressões provenientes de seu contato direto com os pais com as representações que pode fazer dos objetos parentais internos da criança através do material das sessões.

O leque de identificações inconscientes do psicanalista desempenha um papel não desprezível em sua escolha do nível de causalidade a ser interpretado. O analista de crianças conhece bem este problema e, principalmente, sua tendência a “sobrecarregar” os pais reais da criança com responsabilidades relativas à patologia dos objetos internos de seus pequenos pacientes, quando esta se torna demasiadamente conflitiva para sua contratransferência.

O leitor queira, pois, considerar as linhas que seguem como um exercício de rigor, senão de estilo. Seu conteúdo não tem nenhuma pretensão de comparar-se, do ponto de vista literário, ao de Raymond Queneau (1947); contudo, visa à questão do estilo pessoal de interpretação na polissemia do campo psicanalítico.

Reflexões sobre alguns marcos teóricos

a) Os estágios do desenvolvimento psicosssexual e o complexo de Édipo

Descrevendo os “estágios” do desenvolvimento psicosssexual – oral, anal, fálico e genital – (1905), Freud propôs uma primeira série de parâmetros que jamais renegou e à qual Karl Abraham (1924) agregou os desenvolvimentos que conhecemos.





Florence Guignard

Aliás, presente desde as primeiras trocas de correspondência com Fliess (Freud S., 1887-1902), o conceito de complexo de Édipo toma sua forma quase definitiva, em Freud, em 1910 (Freud, S., 1910). Organizando-se em torno do quarto ano de vida, esse complexo encontra sua resolução (Freud, S., 1924) em um conjunto de identificações, tanto na vertente direta como na invertida, com os objetos do desejo edipiano aos quais a criança deverá renunciar.

Entretanto, fazendo uma reflexão teórico-técnica, nem sempre é fácil definir a posição exata do encadeamento dessas duas séries de parâmetros: os estágios de desenvolvimento libidinal e a elaboração do complexo edipiano. A confusão se instala particularmente e muito freqüentemente entre o “pré-edipiano” e o “pré-genital”. Ora, se a prática do analista de adultos pode tolerar a manutenção do incerto e vago neste domínio, o analista de crianças é confrontado diariamente com esta problemática a respeito da qual é obrigado a fazer um julgamento que vai orientar toda sua atividade interpretativa.

b) *A sexualidade infantil “fálica” e o reconhecimento da diferença entre os sexos*

A questão se complica ainda mais, se recordarmos que Freud (1923) considerava que a sexualidade genital infantil se organizava sob o primado fálico. Essa concepção, que faz da sexualidade genital infantil uma organização unissex, opõe-se à descrição dos critérios de resolução do complexo de Édipo, entre os quais o próprio Freud incluiu o reconhecimento da dupla diferença, dos sexos e das gerações.

c) *A natureza das pulsões*

Esta aporia conduz a dois problemas centrais, não somente do ponto de vista teórico, mas igualmente do ponto de vista da compreensão do material clínico e das opções técnicas dela decorrentes, particularmente no domínio da interpretação.

O primeiro desses problemas diz respeito à *natureza das pulsões*. Como para Freud a libido era de essência masculina (Freud, 1907, 1909), a rocha da origem, que é a recusa do feminino por ambos os sexos (Freud, S., 1937) entrará em conflito com o reconhecimento da diferença entre os sexos, necessário para a resolução do complexo de Édipo. Se nos recordamos da necessária anterioridade do julgamento de atribuição em relação ao julgamento de existência, fica difícil perceber como é possível reconhecer a existência de um sexo feminino ao qual nada de especificamente libidinal é atribuído, a menos que se faça pura e simplesmente uma equivalência entre o feminino e a pulsão de morte. Esse maniqueísmo não tem nada de científico, quando muito aponta para um conflito neurótico com o materno e o feminino interno; do ponto de vista da teoria analítica, não faz jus às contribuições de Freud a essa





difícil questão das pulsões, ao longo de sua obra.

Assim como muitos outros autores, tentei (Guignard, F., 1997) abordar o problema reexaminando as pulsões em sua genealogia.

d) *As fantasias originárias*

Os desenvolvimentos freudianos relativos às *fantasias originárias* (Freud, S., 1914-1918 e 1915) também vêm instigar, sob um outro ângulo, a reflexão cotidiana do psicanalista de crianças. Na verdade, através dos quatro aspectos da fantasia originária, Freud estabeleceu o primado da fantasia genital desde os primórdios da vida psíquica, até como herança filogenética. Poderíamos considerar (Guignard, F., 1996) esses quatro aspectos da fantasia originária como se situando dois a dois numa relação de dupla inclusão:

– a fantasia de retorno à vida intra-uterina lado a lado com a fantasia de castração;

– a fantasia de sedução lado a lado com a fantasia da cena primária.

No material clínico, esses aspectos fantasmáticos se apresentam como formações defensivas contra os quatro componentes do destino humano que são o nascimento, a pertinência biológica a um sexo determinado, a pressão constante da pulsão e a diferença de gerações. Assim, a fantasia de retorno à vida intra-uterina será usada como recusa do nascimento; a fantasia de castração, que constitui sua versão complementar, como recusa à pertinência biológica a um sexo determinado, enquanto que a fantasia de sedução se situará como recusa à pressão constante da pulsão, numa relação de dupla inclusão com a fantasia da cena originária, que expressará, então, a recusa da diferença de gerações.

e) *As contribuições kleinianas*

Contrariamente à constante dicotomia entre *pré-edípiano* e *edípiano* e ao primado freudiano da falicidade, os trabalhos clínicos de Melanie Klein levaram-na a descobrir e elaborar uma versão das configurações edípianas que se iniciaria mais cedo do que propusera Freud (Klein, M., 1928). Ligando-a à sua descrição do desenvolvimento psicosssexual da menina e do menino, M. Klein (1923) considera que essa versão precoce do Édipo surge imediatamente após a descoberta da alteridade, no momento da instalação do que mais tarde ela denominará *posição depressiva* (Klein, M., 1931). As contribuições dessa autora obrigam qualquer psicanalista, tanto de adultos como de crianças, a reexaminar em sua clínica cotidiana uma série de parâmetros, técnicos e teóricos.

Efetivamente, levar em conta a atividade das pulsões genitais desde o período do “apogeu do sadismo” – que se tornará em seguida o “limiar da posição depressi-





Florence Guignard

va” – permitiu a M. Klein estabelecer a incontornável etapa da “fase feminina primária”, considerada como comum aos *infans* dos dois sexos. Ela descreve esta fase como constituída pela identificação – projetiva, hoje podemos precisar – do bebê ao desejo da mãe pelo pai e seu pênis e a designa como o lugar privilegiado do desenvolvimento das capacidades de introjeção. No final, no estudo da psicopatologia, ela estabelece aí o ponto de fixação da homossexualidade masculina.

f) *O espaço do “materno primário” e o espaço do “feminino primário”*

Sugeri (Bégoïn-Guignard F.,1987) chamar “espaço do materno primário” à configuração mais arcaica da relação, em que o recém-nascido estabelece sua identificação projetiva à *capacidade de rêverie da mãe* (Bion, W.R.,1961), e “espaço do feminino primário” à parte do espaço psíquico em que a fase feminina primária aparece como consequência. Relacionando essas duas configurações arcaicas do espaço psíquico, obtêm-se os parâmetros que permitirão o surgimento do Édipo inicial em seus dois aspectos, direto e invertido.

Um pouco de clínica

Assim que o praticante de psicanálise aplica sua arte a crianças pequenas, a representação que ele pode realizar dos diferentes parâmetros teórico-técnicos que sustentam sua atividade interpretativa vai ganhando, evidentemente, uma importância ainda maior. Ele terá que escolher não somente o nível e a forma transferencial a dar às suas interpretações, mas também o nível e a forma de sua verbalização, levando em conta as capacidades de simbolização da criança, que variam de acordo com a idade e a patologia.

Não abordarei novamente a questão da simbolização no trabalho analítico com crianças; espero centrar-me aqui nos aspectos da reflexão subjacente e permanente do analista relativos à pertinência de sua compreensão do material da sessão. Com esse objetivo e como exemplo, relatarei uma pequena vinheta clínica, tão clássica que se torna emblemática.

Paulo, de apenas três anos, entra correndo no consultório, pega as “panelinhas” e a massa de modelar e convida sua analista a comer com ele, proibindo energeticamente os personagens da brincadeira (bonecos) de participarem dessa refeição. Coloca água nas duas xícaras, ao mesmo tempo que molha copiosamente a mesa; confecciona, com a massinha, lingüiças e biscoitos redondos, oferece-os à terapeuta para que ela os “coma”, fazendo de conta que também os come. Logo depois, enfia vigorosamente um pauzinho em um dos biscoitos de massinha. O pauzinho se





quebra....Paulo pára, examina a fratura do pauzinho, olha perplexo para a terapeuta que lhe devolve seu olhar “em espelho”, silenciosamente atenta. Paulo escolhe o pedaço maior do pauzinho quebrado e torna a enfiá-lo na massinha, sempre com a mesma determinação, mas desta vez com mais concentração e delicadeza. Ele observa, agora como um artista, as fendas produzidas nos biscoitos de massinha e, com a maior atenção, pega delicadamente uma bolinha que lá estava para depositá-la em uma das fendas.

Enquanto a analista ainda se encontrava em estado de encantamento pelo que estava presenciando, muito compreensível, é preciso que se diga, uma vez que lhe parecia a expressão do desejo de Paulo de lhe fazer um bebê, o menino pegou o biscoito de massinha, atirou-o ao chão, pisoteou-o, depois sentou em cima dele e o esmagou conscienciosamente com seu traseiro, remexendo-se e fazendo ruídos com a boca que sugeriam uma defecação. Depois, com um ar triste e aflito, escolheu uma bonequinha de pano na caixa de brinquedos e instalou-se no divã, chupando o polegar, com a boneca sobre o coração.

Esta cena ocorreu no dia seguinte à separação do fim de semana e depois de mais ou menos três meses de tratamento analítico à razão de três sessões semanais. Talvez tenhamos compreendido que Paulo não é uma criança psicótica. Intencionalmente, não direi mais nada, nem sobre a patologia, nem sobre a história.

A tentativa de compreender o arranjo dinâmico dos diferentes aspectos do destino humano, tais como expressos nessa brincadeira, abre imediatamente uma multiplicidade de caminhos possíveis para a atividade interpretativa do analista na sessão. Uma primeira perspectiva geral requer que se leve em conta a dupla função do brincar: expressão da transferência e negação de sua significação (Diatkine, R., 1995).

a) O nível edípiano genital

Paulo parece ter encenado um desejo edípiano de relação sexual, de fecundação e de parto. Mas, se é assim, com quem, mãe ou pai, ele deseja ter essa relação nesse preciso momento da sessão? Qual a função econômica de suas fantasias originárias no aqui e agora dessa sessão de retorno do fim de semana? Com que personagem da cena primária ele está principalmente identificado nesse movimento do brincar?

Esta seqüência nos informa sobre a posição relacional e identificatória nos dois espaços psíquicos, do materno primário e do feminino primário?

Lembrando que a transferência diz respeito sempre e simultaneamente aos objetos paternos e maternos e comporta sempre uma valência positiva e uma negativa, podemos perceber no desenvolvimento do brincar de Paulo uma linha defensiva





Florence Guignard

geral contra a transferência? A analista pode fazer uma idéia de quais aspectos dos objetos internos de Paulo ela representa? Em função de quais critérios ela escolherá verbalizar o/os aspecto(s) da transferência que irá interpretar?

b) O material pré-genital

Na seqüência apresentada encontramos também muitas expressões pré-genitais do desejo de Paulo, expressões que são freqüente e equivocadamente designadas na literatura psicanalítica como “pré-edipianas”. Esta denominação errônea desconsidera a presença de pulsões genitais na criança, assinaladas por Freud desde os *Três Ensaíos* e cuja presença e anterioridade foi enfatizada por M. Klein.

Falta determinar a dinâmica defensiva das pulsões orais, anais, uretrais e fállicas no brincar de Paulo assim como a qualidade de sua expressão sádica. Com este objetivo, é importante avaliar o estatuto do objeto de seu desejo: Desejo de incorporação do seio e do pênis? Expressão de amor pela mãe maternal? Pela mãe sexual? Pelo pai fecundador?

Neste exercício de reflexão, seria muito tentador tomar aquela via que chamo de “causalidade curta”. Realmente, não é difícil encontrar elementos históricos, até mesmo traumáticos, a que relacionar a forma escolhida por Paulo para expressar seu desejo edipiano e assim introduzir informações estranhas à relação analítica como, por exemplo, as dificuldades na amamentação. A partir daí, a analista corre o risco de utilizar defensivamente esse pretexto para sair do domínio da causalidade psíquica na qual está tão diretamente implicada transferencial e contratransferencialmente, particularmente como objeto das pulsões genitais de seu pequeno paciente. Se ela evitar essa via estéril, poderá invocar de maneira mais pertinente um movimento de regressão surgindo em Paulo durante o processo psicanalítico. Mas, a partir daí, nossa reflexão teórica deverá ocupar-se da regressão tópica da criança na sessão, regressão ligada, para Freud, ao *setting* analítico divã-poltrona na análise de adultos.

Assim, nos defrontamos com o problema das diferenças e das semelhanças entre o tratamento analítico de adultos e de crianças....

Certamente, a visão kleiniana das configurações edipianas iniciais permite-nos avançar consideravelmente na compreensão dessa “refeição *tête-à-tête*” e, principalmente, deixar para trás a falsa alternativa entre o edipiano e o pré-genital. Efetivamente, a brincadeira de comidinha dá a Paulo a oportunidade de exprimir não somente o desejo sexual genital direto por sua terapeuta como também a problemática de castração que a ele se associa. Isso também lhe permite desenvolver, *simultaneamente*, no espaço analítico, a problemática da perda do primeiro objeto em sua expressão oral assim como suas tentativas de controle anal e fállico. Os componentes anais e uretrais de sua configuração edipiana aparecem na confecção das suges-





tivas lingüísticas e nas copiosas regas. Seu desejo de dominação fálica expressa-se via pauzinho, introduzido na brincadeira; a elaboração da problemática de castração manifesta-se, quando ele quebra o referido pauzinho, pára e, então, aceita funcionar com um bastão “menor”, evocando algo de aceitação da castração simbólica. Assim se perfilam todos os planos da sexualidade infantil, neste quadro clássico do pequeno Edipo diante do “Edipo freudiano”.

Entretanto, ainda não terminamos nossas interrogações. Assistimos, de fato, a uma brusca aceleração do ritmo da ação e a uma total desorganização da situação afetiva, quando Paulo, sensível ao entusiasmo de sua analista, pega seu “presente”, atira-o por terra e o pisoteia. O bebê oferecido à analista na brincadeira parece ter evocado o “bebê do fim de semana” e, então, o terceiro paterno que lhe roubou a analista. Paulo é confrontado com o fracasso de sua fantasia de sedução, com a castração e com sua impotência infantil: não, não é ele que é capaz de fazer bebês com a analista; ela o abandonou para ir fazê-los em outro lugar. A fantasia originária de retorno à vida intra-uterina é posta em xeque; Paulo é apenas um “bebê-cocô” que foi expulso analmente por uma mãe indiferente.

Observa-se, então, um duplo movimento: por um lado, Paulo regride a uma expressão anal de seu desejo genital e, por outro, identifica-se com o objeto perdido, imitando aquela extraordinária defecação-ser-posto-no-mundo de um bebê que só permanece “cocô” o tempo necessário para que ele reorganize sua encenação. A identificação com uma mãe que cuida de seu bebê alcança agora um grau a mais de regressão e introduz a oralidade para figurar a cena primária de que Paulo foi excluído. Ele, então, termina a sessão deitado, chupando o polegar, com a boneca sobre seu coração. O auto-erotismo vem tratar a ferida do narcisismo fálico de Paulo, no movimento de identificação com o materno e com o feminino da mãe, cuja natureza ele vai precisar decifrar no decorrer da análise...

Escutar, compreender, interpretar

Deixaremos estas preocupações com a analista de Paulo e voltaremos agora à nossa reflexão mais geral sobre os parâmetros suscitados por esta pequena vinheta clínica, iniciando pela questão da interpretação.

Na verdade, a compreensão deste material não garante a qualidade da *interpretação* do mesmo. Certamente, essa interpretação só poderá ser levada em conta, se for formulada *na transferência*. Talvez me fosse dito que isso deveria resolver minhas questões teóricas e apaziguar minhas inquietações. Essa não é minha opinião, porque nada é mais difícil de expressar do que os sentimentos e os desejos – a arte e





Florence Guignard

a literatura o comprovam. Além disso, é preciso uma dotação particular e um bom preparo para poder verbalizar desejos e sentimentos que, sem que o sujeito que os expressa ao analista o saiba, são endereçados *a este último enquanto representante de algum outro*.

Cyrano de Bergerac, de Edmond Rostand (1897), oferece-nos uma metáfora bastante boa da situação transferencial. Christian, belo rapaz inibido por quem Roxane é apaixonada, poderia representar a imago paterna idealizada e narcísica dessa jovem mulher; ele desaparecerá de cena ao morrer prematuramente na guerra. Cyrano, mais velho, feio, mas engenhoso e espirituoso, poderia muito bem ser a imagem do psicanalista em seu trabalho: ele respeitará Roxane até a morte, apesar de seu amor por ela e, colocando sua criatividade a serviço da paixão que ela sente por Christian, Cyrano vai, na cena do balcão, emprestar sua mente a Christian para que esse possa conquistar Roxane.

Assim se vão nossos pacientes após a análise, entregues a seus destinos edípicos clareados pelo trabalho analítico. Esta metáfora é ainda mais válida quando se trata de análise de crianças, que ainda apresentam uma necessidade vital de manter relações suficientemente adequadas com seu entorno familiar, relações que lhes permitam sobreviver e se desenvolver em condições em que não dominam nenhum dos parâmetros.

Antonino Ferro (1997) propõe uma concepção de interpretação que instala, de maneira notavelmente clara, o quadro relacional da atividade interpretativa do analista: “*A interpretação é pensada como alguma coisa que se constrói ‘a duas vozes’ e que é fruto da relação em que, de maneiras diferentes, participarão as duas mentes* (Bezoari, Ferro, 1991). *As intervenções do analista terão uma potencialidade semântica altamente insaturada, que poderá permitir uma participação ativa do paciente. É neste sentido que falamos, Bezoari e eu* (Bezoari, Ferro, 1989), *em ‘interpretações fracas’ – extrapolando este termo a partir das temáticas filosóficas do ‘pensamento fraco’ (Vattimo, 1983) – em contraste com as interpretações ‘fortes’, exaustivas, que determinam uma cesura.*”

Exercício de estilo

Para prosseguir na difícil questão da interpretação a partir da configuração da vinheta clínica descrita e comentada acima, pode ser interessante fazer variar os parâmetros estabelecidos pela realidade. Apesar do caráter absolutamente virtual de exercício, isto deverá nos permitir aprofundar a reflexão sobre as bases teóricas que presidem a atividade interpretativa do psicanalista de crianças.





a) Paula

Primeiramente substituamos Paulo por uma hipotética Paula, na mesma cena, e sempre com uma analista mulher. Quais seriam então os desejos genitais de Paula? Ela imaginar-se-ia com seu pai, a despeito do sexo real da analista, ou deveríamos pensar na prevalência de seus desejos homossexuais, na vertente invertida de seu Édipo?

Ou ainda, seria necessário ver em sua brincadeira de comidinha uma expressão estritamente oral de seus desejos pelo seio, entendendo-os como puramente pré-genitais, como nossa recusa inconsciente da sexualidade genital infantil nos pressionaria a fazer? Ao mesmo tempo, deveríamos supor uma tendência maior à regressão oral na menina do que no menino? Em todo caso, isso nos conduzirá a examinar as relações privilegiadas entre a oralidade e a genitalidade no Édipo da menina. As regas, e depois a utilização do pauzinho, seriam atribuídas a uma reivindicação fálica?

Qualquer que seja a resposta, qual via de interpretação a analista mulher deveria escolher? Deveria privilegiar a verbalização da ira e do desamparo da menininha que, depois de haver sido seduzida pela mãe – fantasia originária que lhe permitiria negar a existência de suas próprias pulsões –, não pode fazer filhos com ela?

Lá onde Paulo vivia suas angústias de castração e sua rivalidade edípica com um pai potente, a quebra do pauzinho representaria para Paula a desgraça de possuir somente um clitóris? Assim, apelar para a fantasia originária de castração lhe permitiria, evidentemente, atribuir sua impotência ao fato de pertencer somente ao sexo feminino e poder negar a diferença de gerações.

Deveria a analista escolher um nível mais regressivo de interpretação, falando a Paula sobre sua dor por não poder tomar o lugar do “bebê do fim de semana” para reentrar no útero materno, segundo a fantasia originária complementar que lhe permitiria negar o nascimento?

Saindo do Édipo invertido para retornar ao Édipo direto, teríamos aí uma indicação sobre as reclamações feitas à analista, em transferência paterna, de ter sido impotente para lhe fazer um bebê, a ela, Paula?

Como compreender a maneira como a massinha é atirada ao solo e esmagada? Além do movimento de despeito e de ciúme com relação ao “terceiro do fim de semana”, movimento que poderia naturalmente ser comum ao menino e à menina, uma menininha teria necessidade dessa encenação anal do parto? Se assim fosse, poderíamos compreendê-la como uma teoria sexual infantil fundamental de nascimento anal? Ou tratar-se-ia da utilização defensiva e regressiva da analidade, visando a negar a diferença de gerações ligada à fantasia da cena primária e a evitar os





Florence Guignard

perigos da rivalidade edipiana com uma mãe capaz de ter relações sexuais e de fazer bebês?

Em compensação, o final da seqüência clínica corresponderia logicamente a um funcionamento feminino, mas como compreenderíamos aqui o aspecto auto-erótico? Paula estaria num estado de espírito triunfante frente a uma mãe-analista à qual ela teria, a despeito de tudo, raptado seu bebê de fim de semana? Se assim fosse, a angústia e a culpabilidade, até mesmo a perseguição, não deveriam estar longe, e a analista deveria prever momentos difíceis nas próximas sessões...

b) E se o analista fosse um homem?

Como vemos, as opções interpretativas são muito diferentes, se consideramos Paulo ou Paula. A regra do jogo nos impõe agora imaginarmos que a mesma cena poderia se produzir, para Paulo num primeiro tempo e depois para Paula num segundo tempo, mas desta vez com um analista homem...

Como substituir a compreensão de todos os parâmetros evocados acima? A força da fantasia da cena primária teria permitido que Paulo dispensasse totalmente o princípio de realidade e, sem pestanejar, tomasse o analista homem como a mãe sexual, ou seria necessário pensar numa prevalência patológica de tendências homossexuais? Quanto a Paula, por que ela teria tido necessidade de tantos rodeios para expressar o desejo de ter um bebê do pai? Poderíamos compreender a brincadeira com o pauzinho como uma tentativa de controlar uma representação demasiado excitante da cena primária? Neste caso, a seqüência da cena representaria um movimento de integração de sua feminilidade, através da renúncia ao sexo que ela não tem, com o auxílio de um bebê que teria conseguido de seu pai, a despeito do reconhecimento da diferença de gerações?

As identificações

Essas múltiplas interrogações evidenciam que o analista de crianças não pode deixar de refletir sobre a problemática da identificação e, principalmente, sobre a questão das identificações edipianas nas crianças muito pequenas.

Sabemos que Freud designou a identificação como uma primeira forma de relação de objeto (1921). Entretanto, ele deixou imprecisas tanto as características dessa identificação primária como as relações de analogia, ou mesmo de oposição, que esta poderia ter com as identificações secundárias, pós-edipianas. As contribuições kleinianas e pós-kleinianas preencheram uma parte importante dessa lacuna, ao proporem à reflexão do analista parâmetros muito mais precisos, com o conceito de





objeto parcial (Klein, M., 1931) e com o desenvolvimento do conceito de identificação projetiva (Klein, M., 1946; Bion, W.R., 1961).

Contudo o psicanalista deverá reconhecer que a amplitude e a complexidade dessa problemática das identificações também favorecem a utilização do conceito com uma finalidade defensiva. Como acontece com toda nova descoberta sobre o psiquismo humano, o recalçamento das moções pulsionais irá trabalhar no sentido de neutralizar a importância da implicação pessoal do terapeuta a partir dessa perspectiva da relação analítica recentemente desenvolvida.

Por exemplo, como articular o que foi compreendido sobre o desejo edípiano, tanto genital como pré-genital de Paulo e/ou de Paula, com as trocas na relação transferencial-contratransferencial por meio da identificação projetiva, tanto da criança para com sua analista mulher e/ou analista homem quanto deste/desta à criança?

Certamente, o brincar de “comidinha” deve ser entendido como uma identificação projetiva da criança com a “alimentação psíquica” que a analista lhe propõe, o que coloca o analista, qualquer que seja seu sexo, como objeto de transferência de uma figura materna maternante. Mas é preciso também levar em conta os aspectos genitais da identificação projetiva edípiana da criança com a fantasia da cena primitiva, exacerbada pela separação do fim de semana.

É então a escolha do nível de interpretação dessa cena originária que se coloca em questão. Se o analista interpreta para a criança que ela encena aquilo que ele/ela imagina ter acontecido entre a analista e um terceiro durante a separação, como lhe descrever esta cena? Se ele se atém ao aspecto manifesto do brincar e fala de “Papai que dá coisas boas para Mamãe comer”, o analista evita a interpretação, por meio da paráfrase, com o objetivo inconsciente de evacuar do campo da relação analítica o componente genital precoce das pulsões. Certamente, o “Infantil” do analista (Guignard, F., 1996) ficará muito aliviado, mas o movimento pulsional da criança não será levado em conta em sua totalidade, e seu aspecto mais diretamente sexual – o genital – será vivido por ela como sendo tão proibido que é ignorado no discurso do analista.

Felizmente os pacientes são pacientes, e a repetição pode vir em auxílio dos pontos cegos do analista. No brincar de Paulo, o material não permite a esquiva por muito tempo, já que essa “comidinha” toma rapidamente uma feição mais nitidamente sexual, quando do aparecimento do pauzinho e da bolinha. Mas não há pior surdo do que aquele que não quer ouvir. Nestas circunstâncias, freqüentemente se observa, entre os analistas de crianças, um “agarramento” interpretativo à versão oral da cena primária, versão que tem uma significação equivalente à fábula do nascimento no repolho ou nas rosas, que se oferecia às crianças de antigamente. Até mesmo psicanalistas não se desvencilham muito facilmente da culpabilidade inerente à sexualidade, e ainda hoje continua sendo delicado falar dela com uma criança sem correr o risco





Florence Guignard

de seduzi-la. A esquivada, oriunda diretamente do “Infantil” do analista, está relacionada ao reconhecimento do desejo sexual da mãe, desejo que permanece no fundo de cada um de nós como o escândalo impossível de ser integrado, *horresco referens*...³ Na minha opinião, é exatamente esta sexualidade da mãe que gera a recusa do feminino em ambos os sexos, “rocha da origem” descrita por Freud (Freud, S., 1937).

Através da brincadeira da “comidinha” e de seus desdobramentos, Paulo coloca sua analista na situação de uma mãe que teria que falar de sua sexualidade ao filho, na ausência do pai, objeto rival de identificação edípica para Paulo, e objeto de desejo e de rivalidade edípica com a mãe, para Paula. Para sair dessa situação, Paula teria que se sujeitar a passar por uma revisão secundária de sua identificação primária com uma mãe maternal, subitamente descoberta mulher sexual.

Para um analista homem, à primeira vista a situação poderia parecer mais fácil, já que ele não teria que evocar diretamente sua própria sexualidade. Isto seria ignorar, uma vez mais, seu “Infantil” que, em identificação projetiva inconsciente com a criança, nega ao mesmo tempo seu próprio desejo infantil pela mãe e a revelação do desejo da mãe, que o excita e enlouquece.

Mesmo sem revisar toda a vinheta clínica do ponto de vista das identificações, é suficiente sublinhar que a avaliação do estado das identificações, primárias e secundárias, projetivas e introjetivas, na criança pequena, encontra sempre eventualidades e riscos ligados às identificações do analista, principalmente os da “contra-identificação projetiva” (Grinberg, L., 1985) nos momentos delicados da análise.

Conclusão

Posso escutar desde já as objeções que me poderão ser feitas quanto a meu exercício de rigor, senão de estilo e, principalmente, ao fato que, com uma criança não psicótica, não se pode esperar que o material seja o mesmo em se tratando de um menino ou de uma menina.

Não somente estarei totalmente de acordo com tal objeção, mas ainda acrescentarei uma segunda: penso que, com um paciente neurótico, adulto ou criança, um analista homem não suscitará o mesmo material que uma analista mulher – assim como o inverso –, qualquer que seja a amplitude dos movimentos regressivos do paciente na sessão. Ora, encontramos-nos diante de um paradoxo entre a teoria e a prática: em teoria, escuta-se muito dizer que, frente a competências analíticas iguais, o sexo do analista não tem importância, enquanto que, na prática, se escutam também

3. *Horresco referens* é uma expressão de Enéias, contando a morte de Laocoon e que significa: *Tremi, ao contar* (Virgílio, *Eneida* II, 204). (N. do T.)





com muita freqüência indicações de tratamento analítico “de preferência com um homem” ou “de preferência com uma mulher”.

Foi com o intuito de refinar a reflexão daqueles que se dedicam à prática de análise de crianças que propus este exercício de rigor analítico, destinado a explorar a complexidade dos parâmetros da interpretação das configurações edípianas. Na realidade, estou convencida de que o material obtido em uma sessão, referindo-se a um tema tão clássico e central como o Édipo, irá variar não somente em função da patologia do paciente, mas também em função das seguintes variáveis:

- sexo biológico do paciente;
- sexo biológico do analista;
- qualidade da identidade psíquica de base do paciente, menino ou menina, homem ou mulher;
- qualidade da identidade psíquica de base do analista, homem ou mulher;
- prevalência de processos de projeção ou de processos de introjeção no paciente;
- prevalência de processos de projeção ou de processos de introjeção no analista;
- normalidade ou patologia da identificação projetiva do paciente;
- normalidade ou patologia da identificação projetiva do analista.

Para concluir, gostaria de propor a idéia que, mesmo com a criança muito pequena, em que a questão da presença ou não de uma neurose infantil organizada permanece em aberto, é o encontro do “Infantil” do analista com o “Infantil” do analisando que permite constituir o *setting* interno da situação analítica e, simultaneamente, dar conta dos pontos cegos que se produzem em cada um dos dois protagonistas da situação analítica.

Enquanto analistas, somos responsáveis e temos que prestar contas do mau funcionamento de nosso aparelho psíquico na sessão, inclusive em seu aspecto inconsciente. Devemos, então, permanecer particularmente atentos para observar nossos pontos cegos, sobre os quais, por definição, só temos informações indiretas, já que são inconscientes.

Quando a interpretação que nos vem à mente nos parece luminosamente evidente, é provavelmente a urgência de interpretar que deveria nos alertar, em primeiríssimo lugar. Parece-me absolutamente necessário separar o sentimento de urgência em intervir da suposta evidência do conteúdo da interpretação que nos veio à mente. Repeti diversas vezes, e principalmente no *Journal de la Psychanalyse de l'Enfant* (Guignard, F.,1994), que os conteúdos interpretativos que aparecem como “evidentes” constituem, muito freqüentemente, aquilo que chamo de “interpretações-tam-





Florence Guignard

ção”. São um dos indicativos mais seguros de movimento defensivo, em nossa contratransferência, de um ponto cego no plano de nosso próprio “Infantil”.

Entretanto, temos também que dar a maior importância a esse sentimento de urgência em intervir. De fato, somente uma auto-análise *in situ* nos permitiria tentar avaliar a natureza desse sentimento: tratar-se-ia de uma urgência ligada a nosso próprio “Infantil” e exclusivamente a ele? Ou tratar-se-ia de um *insight*, obtido via processo de identificação projetiva normal, de um sentimento de desespero que surge do “Infantil” do paciente? Neste caso, poderíamos muito bem estar num desses pontos privilegiados de encontro entre os dois “Infantis”, o do paciente e o nosso. Ora, estes pontos privilegiados também implicam perigos, principalmente o da negação e do recalçamento de uma similitude de excitação sexual do analista e da criança. Apriornado neste conflito interno entre o respeito devido à criança e seu ideal de analista-intérprete, o psicanalista de crianças pode encontrar uma via intermediária, intervindo, não por meio de interpretações de conteúdo ou de interpretações diretas de transferência, mas buscando uma formulação verbal, o mais precisa possível, do afeto em questão.

Em minha experiência, esta situação ocorre muito mais frequentemente em análises de crianças e de adolescentes do que em análises de adultos e de maneira muitas vezes inesperada. É aqui que a definição de interpretação de Antonino Ferro, citada anteriormente, alcança todo o seu valor. Este é o ponto supremo da dificuldade e do prazer do nosso *métier* de analistas. □

Referências

- ABRAHAM, K. 1924. Esquisse d'une histoire du développement de la libido basée sur la psychanalyse des troubles mentaux, *Oeuvres complètes, T.II (1913-1925)*. Payot, 1966.
- BÉGOIN GUIGNARD, F. 1987. A l'aube du maternel et du féminin. Essai sur deux concepts aussi évidents qu'inconcevables, *Rev. Franç. Psychanal.*, LI, 6. Paris: PUF.
- BEZOARI, M. & FERRO, A. 1991. Percorsi nel campo bipersonale dell'analisi: dal gioco delle parti alle trasformazioni di coppia. *Riv. Psicoanal.*, 37.
- BEZOARI, M. & FERRO, A. 1989. Interpretazione e funzioni trasformativa nel dialogo analitico. *Riv. Psicoanal.*, 35.t
- BION, W.R. 1961. Une théorie de la pensée, *Réflexion faite*. Paris: PUF, 1983.
- DIATKINE, R. 1995. *L'enfant dans l'adulte ou l'éternelle capacité de rêverie*. Lausanne: Delachaux & Niestlé.
- FERRO, A. 1997. *L'enfant et le psychanalyste. La question de la technique dans la psychanalyse des enfants*. Paris: Érès, 1997.
- FREUD, S. 1895. *La naissance de la psychanalyse: lettres à W. Fliess, notes et plans, 1887-1902*. Paris: PUF, 1956.
- . 1905. *Trois essais sur la théorie de la sexualité*. Paris: Gallimard, 1962.





- _____. 1907 & 1909. In: *Les premiers psychanalystes, Minutes (I & II) de la Société psychanalytique de Vienne*. Paris: Gallimard, 1976 & 1979.
- _____. 1910. Un type particulier de choix d'objet chez l'homme, *OCF X*. Paris: PUF, 1993.
- _____. 1914-1918. À partir de l'histoire d'une névrose infantile, *OCF XIII*. Paris: PUF, 1988.
- _____. 1915. Communication d'un cas de paranoïa contredisant la théorie psychanalytique, *OCF XIII*. Paris: PUF, 1988.
- _____. 1921. L'identification, Psychologie des masses et analyse du moi, *OCF XVI*. Paris: PUF, 1991.
- _____. 1923. L'organisation génitale infantile, *OCF XVI*. Paris: PUF, 1991.
- _____. 1924. La disparition du Complexe d'Oedipe, *OCF XVII*. Paris: PUF, 1992.
- _____. 1925. La Négation, *OCF XVII*. Paris: PUF, 1992.
- _____. 1937. L'analyse avec fin et l'analyse sans fin, *Résultats, idées, problèmes*, vol. 2. Paris: PUF, 1985.
- GRINBERG L. 1985. Projective counteridentification, *The goals of psychoanalysis*. Londres: Karnac Books, 1990.
- GUIGNARD, F. 1994. Les pièges de la représentation dans l'interprétation psychanalytique, *Journ. Psychanal. de l'Enfant*, 15. Paris: Bayard.
- _____. 1996. *Au Vif de l'Infantile*. Lausanne: Delachaux & Niestlé.
- _____. 1996. Eprouvé d'amour, déni d'amour, *Rev. Franç. Psychanal.* LX, 3. Paris.
- _____. 1997. *Épître à l'objet*. Paris: PUF, Coll. "Épîtres", 1997.
- KLEIN, M. 1928. Les stades précoces du conflit œdipien. In: *Essais de Psychanalyse*. Paris: Payot, 1967.
- _____. 1931. Contribution à la théorie de l'inhibition intellectuelle. In: *Essais de Psychanalyse*. Paris: Payot, 1967.
- _____. 1932. *La psychanalyse des enfants*. Paris: PUF, 1959.
- _____. 1946. Notes sur quelques mécanismes schizoïdes, *Développements de la Psychanalyse*. Paris, PUF, 1966.
- MOLIÈRE, 1666. *Le médecin malgré lui*, acte II, scène 5.
- QUENEAU, R. 1947. *Exercices de style*. Paris: Gallimard.
- ROSTAND, E. 1897. *Cyrano de Bergerac*. Paris: Garnier.
- VATTIMO, G. 1983. Dialettica, differenza, pensiero debole. In: Vattimo, G.; Rovatti, P.A. (a cura di) *Il pensiero debole*. Milano: Feltrinelli.

Tradução de **Iara Bondioli de Souza Noto**

Revisão técnica de **Nilde J. Parada Franch** e **Paulo Henrique Favalli**

Florence Guignard

Square d'Orleans, Pavillon 7, 80 rue

Taitbout

75009 – Paris – França

© Revista de Psicanálise – SPPA





Atenção montador
a página **52** é branca





Lilith: a outra face de Eva*

Isaac Pechansky⁽¹⁾, Porto Alegre

Alda Dorneles de Oliveira⁽²⁾, Porto Alegre

Ingeborg Magda Bornholdt⁽²⁾, Porto Alegre

Mery Pomerancblum Wolff⁽³⁾, Porto Alegre

Tula Bisol Brum⁽³⁾, Porto Alegre

Antonio Carlos S. Marques da Rosa⁽⁴⁾, Porto Alegre

Através de uma personagem mitológica obscura e pouco conhecida, “Lilith”, e de seu contraponto amplamente difundido na cultura ocidental judaico-cristã, “Eva”, paradigma feminino da humanidade, os autores fazem considerações sobre alguns aspectos antagônicos do feminino. Cotejam o interjogo das duas personagens, em suas narrativas míticas, com a narrativa pessoal de uma paciente, através de uma vinheta clínica.

* Trabalho resultante da discussão em um Grupo de Estudos sobre a Sexualidade Feminina durante o ano de 1998. Apresentado na SPPA em 07/10/99.

⁽¹⁾ Membro Efetivo da SPPA e Coordenador do Grupo de Estudos.

⁽²⁾ Membro Associado da SPPA.

⁽³⁾ Graduada do Instituto de Psicanálise da SPPA.

⁽⁴⁾ Psiquiatra.





Durante nossas reuniões de estudo sobre a Sexualidade Feminina tivemos a oportunidade de debater sobre vários personagens da clínica, da literatura, da mitologia e de outras expressões artísticas. Nessa trajetória, surgiu a figura mítica e obscura de Lilith como contraponto a Eva, paradigma feminino da humanidade. São personagens que, na verdade, representam, ao nosso ver, funções cindidas do psiquismo feminino. Lilith surge como alguém que condensa em si os aspectos normalmente dissociados de Eva.

Assim, elas convivem, nem sempre em harmonia, no mundo interno das mulheres, no desempenho de papéis diversos e diferenciados, numa tentativa de manter o equilíbrio necessário ao desenvolvimento da mente.

A verdade mitológica

Zimmer (1957), um dos mais eminentes mitólogos da nossa época, dizia: “Ao tratar com símbolos e mitos de tempos remotos, estamos de algum modo, na verdade, falando com nós mesmos – com um aspecto nosso que, no entanto, nos é tão estranho ao ser consciente quanto o interior da terra aos estudantes de geologia. É por isso que a tradição mitológica nos proporciona uma espécie de mapa para a exploração e avaliação dos conteúdos de nosso ser interior, com o qual, conscientemente, nos relacionamos de modo muito ligeiro” (p.211).

Lilith é uma figura que surge em várias mitologias, tais como a sumeriana, babilônica, assíria, cananéia, hebraica e teutônica. A palavra Lilith é derivada da expressão assírio-babilônica “Lilitu”, que quer dizer “espírito do vento”. A fonte mais antiga de que se tem notícia é o “Alfabeto de Ben Sirah” (apud Koltuv, 1986). Essa obra é um *midrash*, uma meditação sobre os mitos bíblicos, diferentes de seu significado literal – é uma explicação rabínica do Antigo Testamento. Segundo Ben Sirah, que viveu no século VII a.C., “Deus criou Lilith, a primeira mulher, do mesmo modo que havia criado Adão, só que Ele usou sujeira e sedimento impuro em vez de pó ou terra. Adão e Lilith nunca encontraram a paz juntos” (p.38).

Segundo o Zohar (apud Koltuv, 1986), que em hebraico significa “Livro do Esplendor” e é a principal obra da Cabala, Deus teria criado duas grandes luzes, o Sol e a Lua. No início, ambos brilhavam em pé de igualdade, mas disputavam entre si. Para pôr um fim a essa discórdia entre a Lua e o Sol, Deus provocou uma separação, obrigando a Lua a tornar-se menor e sem luz própria, obtendo luz apenas do Sol. “A diminuição da Lua tem como resultado a *k’lifah* (casca do mal), da qual nasceu Lilith... Da cabeça até o umbigo, ela é uma bela mulher, mas daí para baixo ela é um





fogo abrasador. A partir desses mitos do Zohar, vemos que a energia de Lilith deriva do ressentimento e da diminuição da Lua. Ela é sombria, ardente e noturna” (p.20).

Por esta mesma fonte, existem, no *Velho Testamento*, duas versões discrepantes sobre o surgimento da mulher. Na primeira delas, “*Jeová cria Adão como um ser andrógino, com dois rostos, cada um voltado para uma direção. Mais tarde o Senhor serrou Adão em dois e deu-lhe duas costas, uma para cada um dos rostos. Lilith é a fêmea de Adão ou Adamah, a palavra hebraica feminina que designa terra ou chão. Assim, tanto o homem como a mulher provêm da mãe terra, moldados por Deus”* (p.28).

A segunda versão começa com Adão vivendo só: “*A unicidade de Adão é uma afronta a Deus, pois só Ele pode ser Uno. Jeová Deus então criou todos os animais selvagens e todos os pássaros do céu. O homem nomeou todas essas criaturas, mas nenhuma ajudante adequada para o homem foi criada para ele. Jeová Deus cria então uma companheira de sua costela e a reveste de carne. Adão chamou a esta companheira de mulher e deu-lhe o nome de Eva, pois ela seria a mãe de todos os que vivem”* (p.28).

Existem diferentes versões quanto a quem teria sido a primeira mulher de Adão. Para Unterman (1991), “*Eva estava ligada a Adão costa com costa, como um Andrógino, e foi depois separada, já que Adão precisava de uma companheira que ele pudesse encontrar face a face”* (p.95).

Segundo a lenda do Zohar, Lilith é a primeira esposa de Adão e, como ele, Deus a fez com a mesma terra. Embora essa possa ser considerada como uma das versões centrais sobre o mito de Lilith, muitas lendas e mitos foram concebidos a partir de outras fontes mitológicas, em diferentes momentos. Todas, entretanto, são unânimes em afirmar que Lilith foi a primeira mulher de Adão e que, portanto, precedeu Eva.

Após essas considerações, chama a atenção que uma figura tão importante como Lilith na origem mítica da humanidade, já que é a primeira mulher, tenha sido excluída da literatura ocidental e da *Bíblia Sagrada*, onde é citada apenas uma única vez (Isaías 34:14), ainda assim de forma indireta. Por que teria sido ela banida, se, na sua origem, foi comparada a um astro da mesma grandeza do Sol? Talvez possamos encontrar a resposta à medida que formos tomando conhecimento das vicissitudes pelas quais passou essa controvertida personagem.

Na versão de Lilith como primeira mulher, ela é caracterizada como alguém que exige igualdade, recusando-se a ser mera “terra” para Adão e a deitar por baixo dele na relação sexual. Quando sua reivindicação não é aceita, ela profere o inefável nome de Deus e foge. Passa a viver em cavernas do deserto, às margens do Mar Vermelho, gerando diariamente centenas de bebês demoníacos de seu casamento com





Samael, o diabo. Durante seu exílio nesses locais, Lilith torna-se um ser demoníaco, uma assassina de crianças e vampira que rouba o sêmen dos homens adormecidos, entrando em seus sonhos e produzindo-lhes poluções noturnas.

Adão ajoelha-se perante Deus e queixa-se de Lilith, que o abandonara. Ele, então, envia três anjos ao Mar Vermelho, a fim de trazê-la de volta, ameaçando eliminar cem filhos demoníacos por dia. Lilith assume o compromisso de poupar aqueles bebês em cujas casas encontre um amuleto com a imagem dos três anjos. Um lendário costume judeu advertia que, quando uma mulher está parindo, se escreva sobre o muro as seguintes palavras: “*Que Adão e Eva estejam aqui; que Lilith esteja fora*”; se uma criança ri durante a noite do Shabat ou da lua nova, é um sinal de que Lilith se diverte com ela (Unterman, 1991).

Segundo Koltuv (1986), “*toda a mitologia a respeito de Lilith é repleta de imagens de humilhação, diminuição, fuga e desolação, sucedidas por uma profunda raiva e vingança, na pele de uma mulher sedutora e assassina de crianças*”. É preciso ressaltar, porém, que antes da fuga Lilith era pura, possuía um brilho próprio e foi feita da mesma matéria que Adão para ser sua primeira e legítima companheira.

Ora, se tudo indica que Lilith foi a primeira e legítima mulher de Adão, por que houve a necessidade de destituí-la dessa posição original e em seu lugar colocar Eva? Essa origem aparentemente confusa de quem seria a primeira mulher, Eva ou Lilith, na verdade está indicando que poderia se tratar de uma única personagem, dissociada. Enquanto a parte Eva representa a inocência e a pureza, Lilith, a serpente, seria a portadora dos aspectos maus e enganadores, que induziram Eva ao pecado original. A História encarregou-se de traçar o destino das duas, marcadas por essa contradição do bem e do mal, através de personificações bíblicas e míticas que reforçam essas características. Assim, Lilith reaparece como o Demônio da Sexta-feira, a Lua Negra, o primeiro Vampiro da História, a Serpente do Paraíso, entre outras representações. Em contraste, Eva, em nenhum momento, perde seu atributo de ter sido a mãe da raça humana, após ser criada para a companhia de Adão. Pelo contrário, a Igreja Católica, no *Lumen gentium*, diz: “*Maria, a nova Eva, livremente obedeceu a Deus*”.¹

A necessidade de retirar de Eva a responsabilidade pelo pecado original, o que foi atribuído a Lilith – serpente, indica que existe aí um processo de dissociação e projeção, encobrendo a existência de aspectos antagônicos de uma mesma personagem.

1. Audiência Geral do Papa João Paulo II, em 18/09/1996.





A verdade clínica

Os fragmentos da seguinte vinheta clínica permitem fazer algumas reflexões sobre aspectos presentes nos conflitos do desenvolvimento emocional infantil, tendo por cenário a relação mãe-filha. Tal cenário, representativo do mundo interno, é revelador da problemática que ocorre quando aquilo que cada criança precisa elaborar no desenvolvimento normal é obstaculizado pela desintegração dos aspectos bons e maus do objeto e do self.

Bárbara, uma menina de seis anos, vem para tratamento por uma série de condutas que a desadaptam em casa e na escola. Em casa é muito agressiva, sobretudo com a mãe. Costuma gritar e impor suas vontades, tentando mesmo bater e morder a mãe. Na escola apresenta condutas fóbicas, vomita de ansiedade e em muitas ocasiões não consegue entrar. Quando entra, arma um sistema defensivo com o qual interage com as outras crianças, sendo especialmente arrogante, onipotente e agressiva, em especial com aquelas a quem imagina “mais fracas”.

Da história clínica destaca-se uma relação extremamente ambivalente compartilhada por mãe e filha. De um lado, encontra-se Bárbara natural e completamente dependente de ser cuidada pela sua mãe; é impulsiva e desafiadora. De outro lado, encontra-se a mãe. Percebeu o nascimento de Bárbara como um furto da própria liberdade e beleza física. Tenta amamentá-la, mas sente ser “sugada” pela filha, suspendendo a tentativa.

Sigamos o veio de onde brota a agressividade de Bárbara: os aspectos mal elaborados da própria incontinência, retroalimentados pela pouca capacidade de continência da mãe. Bárbara depara-se com a mãe-Lilith, não na agressividade dessa, mas na impossibilidade da mãe de exercer uma função continente para a filha. Tal dificuldade materna é vivida por Bárbara, pequena e dependente, como rechaço e, portanto, perigo à sobrevivência. Como Lilith, Bárbara não aceita a submissão; reage, mesmo que tenha que habitar nas trevas. Rapidamente, Bárbara parece identificar-se com os aspectos Lilith projetados (rouba, suga e ameaça matar a mãe). Quando a suga torna-se, na representação mental da mãe, a Lilith-vampira.

As demandas do bebê são vivenciadas como “ataques” dos quais a mãe se defende, evitando-a justamente nas situações em que é mais necessária para tranquilizá-la e para neutralizar as vivências persecutórias e angustiantes de Bárbara. Ao mesmo tempo, mãe e filha permanecem juntas durante o dia todo: “*Ela não é só uma sombra atrás de mim, é um peso!*”, queixa-se Lilith adulta.

Foi-se configurando no psiquismo da menina algo que revisita constantemente a relação com um objeto potencialmente perigoso, com quem Bárbara literalmente luta, no empenho da construção de uma identidade feminina própria.





Gradativamente, a menina passa a enfeitar-se, em franca disputa e tentativa de triunfo sobre a mãe: usa roupas femininas ousadas e sedutoras. Torna-se uma criança fantasiada de mulher adulta, sensual e provocante. Bárbara exige roupas caras, que ganha em abundância. Ocorre uma identificação com o agressor, e Bárbara se torna a Lilith ameaçadora. A fragilidade e insegurança interna da paciente ficam encobertas sob o manto da arrogância, competição e triunfo, atuados depois na escola.

Na repetição dessas relações, no consultório e na transferência, desdobram-se constantes atuações e dramatizações da luta travada no mundo interno.

Em uma sessão, Bárbara brinca que prepara café para vários bonecos da sua caixa. Senta-os à mesa e é aparentemente gentil com esses personagens, servindo-os como gostam. Vira-se para a analista, agora com nova expressão facial, olhos brilhantes e triunfantes, como se fosse outro personagem (Lilith), e diz: “... *as crianças não sabem. Imbecis, vão tomar café com bicho dentro. Vão ser comidos por dentro!*”. Vira-se de novo para os bonecos e, com um sorriso e voz suave, pergunta: “... *aceitam mais um pouco de café?*”.

Lilith entra em ação e mata crianças. Serão “*comidas por dentro*”. A paciente assume as fantasias de matar as crianças e representa plasticamente a formação reativa que também capta na mãe. Ao atuar seu aspecto Lilith, transforma-se em assassina de crianças e vampira. Tal como Lilith rouba o sêmen dos homens e gera bebês demôníacos, Bárbara apossa-se das interpretações, atacando-as e transforma a função analítica, assim como os cuidados maternos, em deboches.

Em outra sessão, brinca que é uma bruxa fantasiada de motorista escolar. Vai recolher crianças pela cidade. De fato, vai largá-las dentro de um hospital. Convida a analista, que deve representar um dos personagens engendrados em seu mundo interno, para visitá-la em sua casa “muito chique”. Lá, oferece uma deliciosa torta e gostosos sucos. A analista-visita ingere as guloseimas e vai-se alimentando de pequenos bichos que, crescendo dentro de sua barriga, irão “comê-la toda e matá-la”.

Podemos seguir acompanhando a evolução das fantasias de Bárbara. O que se observa é a falta de equilíbrio entre as fantasias agressivas e as amorosas, cujo resultado é o caminho para a morte tramada atrás da capa “chique, deliciosa e gostosa”.

Gradativamente, surgem pequenas tentativas de integrar esses aspectos antagonísticos. Lilith e Eva movimentam-se em direção uma à outra, todavia ainda não se integram.

Há ocasiões em que solicita à analista que personifique o aspecto mau. Ela deve fazer “bruxarias”. Mas a analista-bruxa-mãe-má-Lilith não está completamente cindida e desintegrada dos aspectos da mãe boa. Assim, a personagem bruxa-analista é também “amiga da Cinderela”. A Cinderela-mãe-boá-Eva faz um contraponto à bruxa que, todavia, ainda vence e acaba matando as crianças.





Em outra dramatização dos conflitos internos, constrói um restaurante na sala de jogos. Ela será o garçom e a analista uma cliente que vem banquetear-se. A cliente deve fazer seu pedido e aguardar, enquanto imagina as delícias que serão servidas. O garçom, no entanto, serve “comida podre”, que faz a cliente desmaiar. Assim, o garçom se revela: de fato, é um assassino que agora rouba os bens de sua vítima.

Os aspectos amorosos e bons, tanto os próprios quanto os do objeto, acabam sendo seqüestrados por essas tendências sádicas e más. Tal parte má e terrorífica do self e do objeto ainda domina Bárbara, permeia a relação com o objeto interno e é constantemente reativada e atuada na transferência e também nas relações externas.

Bárbara e Lilith assemelham-se em suas histórias. Ambas são cheias de conteúdos pulsantes que buscam espaços. Quando Bárbara convida a analista para visitar sua “casa muito chique”, abre as portas para conhecermos seu mundo, onde habita uma personagem que nos evoca Lilith. Ambas nos conduzem aos primórdios da vida.

Como se sabe, o ser humano é totalmente dependente de cuidados no início de seu desenvolvimento. Sua mente carrega um instinto, ou impulso, em direção à vida bem como em direção à destruição (Freud, 1940 [1938]). Não se encontra física e mentalmente em condições de dar conta disso sozinho. “*Falta em grande medida, coesão ao ego arcaico e... uma tendência à integração se alterna com uma tendência à desintegração...*” (Klein, 1946, p.23). Assim, a criança precisa, para crescer, ingerir “tortas e sucos gostosos” de uma boa mãe, para que possa dar conta da ambivalência de suas pulsões.

Em sua estruturação, o aparelho psíquico percorre diferentes etapas, desde uma descarga via arco reflexo, passando por uma maior organização das pulsões de autoconservação até a possibilidade de investi-la em órgãos e originar um processo representacional (Roitman, 1996). É a partir desse processo representacional que a criança passa a se relacionar com os objetos, tanto internos quanto externos. É exatamente esse aparelho psíquico do início da vida que se encontra, até mesmo para poder sobreviver, sob o domínio da onipotência e onisciência, capacidades que são de deuses, demônios, Eva, Lilith, bruxas e Cinderelas.

Na luta inicial pela sobrevivência, o ego arcaico procura cindir e expulsar a agressão, jogando-a para fora, para o objeto. A criança necessita desse objeto para proteger seu próprio ego, para conter sua agressividade e desenvolver formas de enfrentamento da agressão. No relacionamento com a mãe, busca viver o que se passa em seu mundo interno, e a participação da mãe deve conter toda essa gama de sentimentos e devolvê-los transformados, semelhante à relação analítica, que é compartilhada, mas assimétrica. Em condições saudáveis, há uma tolerância de “bruxas” e “Cinderelas”. A mãe sabe que as crianças crescem, e isso passa a fazer parte de suas lembranças. A criança, entretanto, ainda não sabe e depende do resultado dessa rela-





ção para descobri-lo. Se a criança, porém, não pode viver plenamente a dependência de um objeto externo bom, ou se não pode reconhecê-lo, isso aciona nela tendências tirânicas. Tende, então, à predominância da relação com a parte má do self.

Lilith ameaça a vida das crianças, como está ocorrendo com Bárbara. Ela precisa da mãe, assim como agora de sua analista. Esta deve fazer “bruxarias”; deve ser “Lilith”. Precisa ser capaz de sustentar dentro de si o “assassino” e o “ladrão”, ambos necessitados dos “bens”. É uma história a ser vivida tantas vezes quantas forem necessárias. Assim, vão acontecendo muitos “banquetes” de “comidas podres”. Para fazer frente à “bruxa”, Bárbara utiliza-se da Cinderela, precisa dela. Da mesma forma como na estória de Lilith, existe a Eva.

Na história em andamento, no mundo interno de Bárbara, a parte Cinderela ainda sucumbe. Nas identificações transgeracionais, os bebês que nascem podem representar continuidade e integração, ou ainda “vampiros” e “ladrões”, em uma grande gama de aspectos a serem elaborados e integrados.

Na sexualidade arcaica as fantasias agressivas se sobrepõem e as ansiedades persecutórias em relação aos objetos internos e externos predominam. As relações sexuais são vividas oralmente, como uma cena primária canibalesca (Heimann, 1952). Assim, a analista e os bonecos da caixa de brinquedos de Bárbara são seduzidos por uma menina falsamente gentil, levados a ingerir bichos e “... vão ser comidos por dentro”. Essa interpretação canibalesca da relação diádica e cena primária é terrorífica e conduz ao medo da morte dos pais e da própria criança.

Na verdade, uma só

Existe uma crença popular inglesa (Koltuv, 1986) que reforça a idéia de que seriam ambas, Eva e Lilith, a mesma pessoa. Os lírios, segundo essa lenda, originam-se de lágrimas que Eva deixou cair ao chão ao ser expulsa do paraíso e que simbolizam a pureza de Eva. Chama a atenção que o nome da flor em Inglês, “lily”, é quase idêntico ao de Lilith.

Outra evidência dessa unicidade é encontrada na estatuária sacra da Idade Média. Na mentalidade medieval do século XV, Lilith e Eva estavam associadas de tal modo em sua propensão para o pecado que eram freqüentemente moldadas em pedestais para estátuas da Virgem e o Menino, com a Virgem representando a nova Eva (Koltuv, 1986, p.91). Na arte sacra da época, encontramos nesses pedestais as imagens de Eva e Lilith, esta com rosto de mulher e corpo de serpente, enquanto Eva morde o fruto proibido.

Há uma parábola moderna (Jakov Lind, apud Koltuv, 1986) que ilustra, de





forma poética e inequívoca, o quanto Eva e Lilith, no desempenho de papéis tão distintos, são, na verdade, uma só:

Houve certa vez um homem que sofreu o assédio de Lilith. O demônio tinha se disfarçado com as roupas de uma mulher comum, humilde e agradável, e foi visitar Adão quando este se encontrava sozinho.

Por que está sozinho?, perguntou Lilith. Onde está a sua mulher, aquela que tomou o meu lugar?

Saiu, foi visitar alguns parentes, mas voltará logo. Ela não vai gostar de vê-la aqui, pois tem medo de você.

Por que minha irmã teria medo de mim?, perguntou Lilith. Sou tão humilde quanto ela. Amo meus pais e meus filhos tanto quanto ela. Mas não penso como ela; nossa diferença oculta-se em nossa mente, não em nossos corpos.

Acredito em você, disse Adão, e eu a amo, mas tenho necessidade de uma vida tranqüila.

Está bem, disse Lilith, viva a sua vida tranqüila. Mas eu sou a sua outra mulher e não o deixarei; eu o amarei como sempre o amei.

Adão fitou-a nos olhos e não disse mais nada. Os olhos dela eram como duas portas escancaradas que davam acesso a um mundo do qual ele já se esquecerá; e Adão penetrou nesse mundo.

Quando Eva retornou, encontrou seus corpos e suas bocas unidas. Lilith e Adão estão juntos, ela pensou. Hospede-se em minha casa, irmã. Eu lhe trarei sua refeição na cama. Ela lhes trouxe comida e bebida na cama, retirou-se para um canto mais afastado da casa e se agachou junto ao fogão a fim de se manter aquecida; entrou em transe. Abandonou seu próprio corpo e entrou no corpo de sua irmã Lilith; desse modo, abraçou e beijou Adão, e o sentiu amando-a como nunca sentira até então.

Mas eu sou a sua Eva, disse Lilith. Por que está me amando tão apaixonadamente? Você nunca me amou antes com tanta paixão.

Adão riu e disse: Você partirá ao amanhecer e não a verei mais por um bom tempo. Se ajo apaixonadamente é porque nossa felicidade é curta.

Como pode dizer isso?, perguntou Lilith. Estarei aqui amanhã e depois de amanhã e todos os dias até o fim da sua vida. Por que você está me amando tão apaixonadamente? Pensa que sou aquela que pareço ser? Eu sou Eva e estou falando pela boca de minha irmã.

Você está brincando, disse Adão, rindo; sei que você partirá ao amanhecer e não retornará durante um bom tempo.

Lilith, que agora era Eva, beijou-o e disse: Quem me dera fosse assim, mas não posso deixá-lo. Ficarei com você, porque você está incendiado de desejos por





esta outra mulher cujo corpo, de agora em diante, será meu. Olhe-me atentamente e diga-me se você não vê que sou Eva, sua esposa?

Eva está sentada naquele canto, disse Adão. Mas quando voltou o rosto nessa direção, nada havia ali, a não ser as chamas do fogão.

A verdade psicológica, uma busca

Do interminável enfrentamento das forças construtivas, das quais derivam amor e união, e das destrutivas, com os conseqüentes desatrelamentos e morte, emerge o desenvolvimento do psiquismo.

Nos primórdios da infância do indivíduo e da sociedade, os processos dissociativos predominam. O bom e o mau tendem a ser apartados e atribuídos a diferentes entidades, não integradas. A criança inicia projetando ora aspectos bons, ora maus, no objeto-mãe. Carece, no enfoque kleiniano, de tempo e trabalho de elaboração para atingir a posição depressiva e a partir dela unir e integrar aspectos bons e maus, de si e do objeto.

Tal fenômeno reproduz-se na sociedade, que também tende a classificar em categorias valorizadas e idealizadas de um lado e ameaçadoras e más de outro, sua concepção de personagens, de partidos, de instituições, de nações inteiras e assim por diante. As lendas e mitos, formas primitivas de concepção do mundo, registram e repetem essa tendência.

Dessa forma, Eva representa a mãe boa. Eva é aceita, é conhecida da humanidade. Eva aconchega, recebe, liga, cuida e é idealizada. Lilith é ameaçadora e provoca ansiedades persecutórias, pois mata, rouba, desfaz. É a mãe má da qual a humanidade quer se livrar. E de fato, embora anterior à Eva, é uma versão pouco conhecida do feminino.

Sabe-se que dos conflitos pode surgir tanto a patologia quanto a saúde. Crescer, ter acesso ao conhecimento é algo que move tanto Bárbara quanto Lilith-Eva. A curiosidade não intrusiva está na base desse movimento inquietante e que nos dirige para uma única direção: a busca da verdade psicológica, quaisquer que sejam seus percalços. Seguidamente somos tentados a interromper essa caminhada, tantos são os tropeços a expor angústias e aflições de nossos próprios mitos que, na verdade, revisitam os mitos universais. Quantas vezes a incerteza e a ignorância, como verdadeiros látigos do narcisismo humano, ao invés de se constituírem em estímulos no caminho da verdade, juntam-se aos nossos conflitos e assim, aliados, obscurecem a visão necessária para esse trabalho sempre árduo. Lilith e Eva são duas verdades de uma só, e de cada um de nós mesmos, constatação nada fácil de aceitar. Não é esta a





finalidade maior da ciência psicanalítica, apesar dos limites impostos pela natureza humana? □

Summary

Through an obscure and little known mythological character, “Lilith”, and her widely spread out counterpart in the Jewish-Christian western culture, “Eve”, the humankind feminine paradigm, the authors produce considerations on some aspects of the femaleness antithetical aspects. They compare the interplay between these two characters, through their mythic narratives, with a patient’s personal narrative, through a clinical vignette.

Referências

- FREUD, S. (1940 [1938]). Esboço de psicanálise. *E.S.B.*, vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1980.
- HEIMANN, P. (1952). Certas funções da introjeção e da projeção no início da infância. In: *Os progressos da psicanálise*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.
- KLEIN, M. (1946). Notas sobre alguns mecanismos esquizóides. In: *Inveja e gratidão e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- KOLTUV, B. (1986). *O Livro de Lilith*. São Paulo: Cultrix, 1997.
- ROITMAN, C. (1996). Narcisismo primario – Entramado pulsional y yoico en la infancia temprana. *Revista de Psicoanálisis*. Tomo LIII, nº 4, out-dec 1996.
- UNTERMAN, A. (1991). *Dicionário Judaico de Ciências e Tradições*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- ZIMMER, H. (1957). *A conquista psicológica do mal*. São Paulo: Palas Athena, 1988.

Isaac Pechansky

Rua Sinimbu, 129
90470-470 – Porto Alegre – RS – Brasil

© Revista de Psicanálise – SPPA





Atenção montador
a página **64** é branca





A psicanálise na sociedade pós-moderna

*Elisabetta Gennari de Rocca**, Buenos Aires

A cultura pós-moderna, caracterizada pelo domínio da imagem e velocidade e massificação da informação, sustenta aspectos eróticos e tanáticos. Entre os primeiros está a possibilidade de um acesso mais rápido e completo ao conhecimento global e uma conscientização cada vez maior da inexistência de verdades definitivas e completas, o que contribui para destruir dogmatismos estéreis e facilita o respeito pelo novo e pelo diferente. São fatores tanáticos a violência, a superficialidade, a pouca qualificação dos valores transcendentes e a excessiva importância que se outorga às possessões visíveis. O sujeito-ideal (termo com o qual Piera Aulagnier denomina a parte do superego que dá conta da incorporação dos valores predominantes no contexto sócio-cultural) é, em nosso tempo, um ser perfeito, completo e exitoso, o que supõe uma negação do limite e da castração. Ideal de completude narcisista, que permite qualificar a cultura atual de falocêntrica ou fálico-narcisista. Sabemos, como psicanalistas, que não aceder à castração conduz, real ou metaforicamente, à morte psíquica e/ou física. Se a Freud coube lutar contra os excessos da repressão, a nós cabe hoje – como o testemunham as novas patologias – combater a violência que implica a proposta onipotente da cultura atual, que tende a dificultar nossa tarefa, porque potencia o atrativo demoníaco da completude, sempre à espreita em algum canto do psiquismo. Dois aspectos da sociedade pós-moderna requerem atenção particular. São eles: o ataque ao processo do pensamento que supõem a intensidade e a rapidez excessiva dos estímulos que dificultam as representações claras e o acesso ao pensamento, gerando vivências de caos e vazio; a nulificação da

* Membro Efetivo da Associação Psicanalítica Argentina. Presidente do Centro Psicanalítico Dr. Celes Cárcamo.



Elisabetta Gennari de Rocca

história, vinculada à exigência de viver no imediatismo do presente, que, somada às profecias de previsões catastróficas para a sobrevivência da espécie humana, incrementa a culpa patológica e diminui a possibilidade reparatória e as esperanças de projetar-se ao futuro.

O ataque ao pensamento e a desvalorização da história são realidades fáticas que exigem uma atenção particular e uma reflexão mancomunada, porque constituem verdadeiros desafios para o desempenho do nosso trabalho.

Cultura pós-moderna, *sociedade transparente*, diz Gianni Vattimo, referindo-se ao universal e ao instantâneo da informação. Hoje vemos muitos acontecimentos, muitas avaliações diferentes dos mesmos fatos, e nos chegam, sem ordem nem hierarquização, as vozes das diversas sociedades e das subculturas que as compõem. Já não se pode sustentar uma cosmovisão unívoca, nem uma só história. Humberto Maturana, partindo da biologia, nega a possibilidade de uma só realidade e propõe substituir o termo *universo* por *multiverso*.

Giovanni Sartori, o politicólogo italiano que nos visitou há pouco tempo, sustenta, com uma visão um tanto pessimista, que o *homo sapiens* está sendo substituído pelo *homo videns*, e a palavra pela imagem. O ver muito não significa necessariamente a impossibilidade de se ascender à sabedoria; porém é verdade que a sobreposição e a fugacidade das imagens tendem a criar confusão. Mas é verdade também que depende do sujeito o submeter-se ou não ao estímulo mediático.

Ignacio Ramonet, num ensaio recente, recorda-nos que “mostrar não é explicar e ver não significa compreender”, posto que hoje se privilegia o impacto emocional em vez de se buscar e mostrar as causas e os efeitos e de se valorizar as notícias relevantes, o que resulta em um obstáculo para o acesso a uma informação veraz.

Todos destacam a prevalência do âmbito da comunicação generalizada que nos envolve, o peso dos *mass media*, o império da *telemática*, disciplina que integra a informática e a telecomunicação.

Nossa cultura, como todas as culturas, sustenta aspectos eróticos e tanáticos. Entre os aspectos eróticos, podemos consignar o maior e mais rápido acesso ao conhecimento global, quase impensável há poucos anos, do qual resulta uma conscientização cada vez maior da inexistência de verdades definitivas e completas, conscientização que contribui para destruir os dogmatismos estéreis e para promover o respeito ao novo e ao diferente. São aspectos tanáticos a violência, a superficialidade, a





pouca qualificação dos valores transcendentais e a importância excessiva que se outorga ao poder e às possessões visíveis.

O ideal do nosso tempo é um ser poderoso, capaz de conquistar tudo o que se propõe através de técnicas muitas vezes irracionais e mágicas. Valorizam-se a rapidez e a eficácia em todos os âmbitos, oferecem-se cursos rápidos para qualquer coisa, busca-se uma vida perfeita e sem sofrimentos mediante cirurgias múltiplas, produtos extraordinários para se obterem a saúde e a beleza, técnicas de auto-ajuda, autoconhecimento e autocontrole que desconhecem a individualidade.

Resumamos: imagem perfeita, completa e exitosa, isto é a *completude narcisista*. Evita-se mencionar tudo o que testemunhe o limite, a castração. Como poderíamos chamar, do ponto de vista de uma leitura psicanalítica, a nossa sociedade atual? Poderíamos denominá-la *falocêntrica* ou *fálico-narcisista*, porque categoriza, em todos os âmbitos, o poder visível.

Já dizia Lacan: “*O falo é o representante da falta*”. E hoje a falta obtura-se a partir do poder, da potência viril, da riqueza, mediante, enfim, a abundância dos estandartes narcisistas.

Piera Aulagnier denomina *sujeito ideal* a uma entidade diferente dentro do superego, que dá conta dos valores predominantes procedentes do contexto sócio-cultural. O sujeito ideal de nossa cultura seria aquele que sustenta a completude narcisista. Poderíamos afirmar que nossa cultura promove, qualificando a falicidade, os homens e as mulheres fálicos, que mantêm resolutamente suas fantasias de poder: poderem ser eternamente jovens, brilhantes e poderosos, loucura de homens e mulheres completos, sustentados por um imaginário hermafrodita.

Sabemos, como psicanalistas, que a castração, se não é velada, é impossível de ser vivida; mas sabemos, também, que, se não acedemos a ela e prepondera a onipotência, a resultante é a morte psíquica e/ou física, real ou metafórica. Basta ver os excessos de todo tipo que hoje se afirma, frivolumente, não encerrarem perigo algum: esportes e exercícios exagerados, dietas, cirurgias estéticas múltiplas, ingestas de drogas, para assinalar apenas o mais relevante.

Se nossa tarefa tem como norte o acesso à castração, nosso trabalho vê-se dificultado pelo ideal social, que potencia o demoníaco atrativo da completude, sempre à espreita em algum canto do psiquismo. A psicanálise foi e será combatida porque “traz a peste” com sua busca da verdade. Freud a trouxe no século das luzes, quando se idolatrava a razão, falando da primazia do inconsciente. A ele coube lutar contra a repressão excessiva, a nós cabe fazê-lo contra a violência que traz em si a proposta cultural onipotente de que são testemunhas as patologias hoje predominantes.

Temos de ser muito ágeis e muito rigorosos. As mudanças são muito rápidas, e não podemos entender nossos pacientes sem um olhar lúcido sobre nossa cultura.





Elisabetta Gennari de Rocca

Freud ensinou-nos que a subjetividade humana é gerada no seio de uma cultura e que, por sua vez, não há cultura sem formação de subjetividade. Na formação da subjetividade e no trabalho psicanalítico entram sempre em jogo os valores, a moral, o desejo e as relações com aqueles que acompanham o desenvolvimento. Em primeiro lugar a família, sempre imersa em um *habitat* social e, além dela, a sociedade toda.

Parece-me importante que nos detenhamos em dois aspectos de nossa sociedade pós-moderna que constituem obstáculos para o exercício de nosso trabalho de analistas. Refiro-me ao ataque ao processo do pensamento e ao aniquilamento do sentido da história, o que se convencionou chamar “a queda da história”.

Com respeito ao *ataque ao pensamento e à sensibilidade humana*, diremos que o meio nos bombardeia com estímulos excessivamente rápidos e intensos, tanto agressivos como eróticos.

Sabemos que os estímulos percebidos transformam-se em representações e que, a partir delas, surge a elaboração, cujo resultado é a razão reflexiva, que permite ao sujeito chegar à autonomia e conquistar um certo domínio de si. Se a intensidade e a rapidez dos estímulos é excessiva, a representação será confusa, e as representações caóticas e escuras não podem dar origem a um pensamento claro. Sabemos, também, que o mecanismo de representação dura toda a vida, e que somos, portanto, constantes captadores de estímulos. Os estímulos sobrepostos não podem ser claramente representados e geram representações confusas, cuja resultante final é o caos e o vazio, tão presentes nas patologias atuais. Hoje o vídeo, o cinema e a televisão apaixonam o público, e a leitura, informador privilegiado de nossa geração, perdeu adeptos. A televisão sustenta a proposta e o desejo de saber tudo e sabê-lo rapidamente; a ilusão da satisfação imediata patentiza-se no *zapping*, que é um automatismo quase generalizado. A descarga sexual dos adolescentes, via internet, tem cada dia mais adeptos, o que é grave, porque os afasta dos conflitos que as relações objetivas lhes propõem e favorece o isolamento e o narcisismo patológico.

A cultura pós-moderna não é só uma questão filosófica, afeta, na prática, todos os campos, inclusive o psicanalítico. Se não estivermos atentos, nosso trabalho pode impregnar-se dos ideais vigentes e correremos o perigo de valorizar, nos pacientes, a rapidez e a eficácia, em vez de qualificar como progresso da cura o acesso à liberdade e à autonomia, a capacidade de suportar a frustração da espera que todo projeto válido requer. Nomear a castração simbólica, falar da dor e do limite, acompanhar o paciente na travessia destes fantasmas, nunca foi fácil e o é muito menos quando a oferta ilusória de tratamentos rápidos e fáceis está ao alcance da mão.

O outro ponto em que quero deter-me é a *degradação do sentido da história*.

Freud expôs a importância da reconstrução da própria história para se poder chegar às verdades essenciais do homem: história pessoal, familiar, transgeneracio-





nal e história da cultura à qual se pertence. O sentido da história foi muito valorizado pela modernidade: o modernismo constituiu uma experiência histórica capaz de revisar-se a si mesmo e construiu ideologias e práticas que mudaram o curso das coisas. O passado e o futuro eram duas idéias centrais, havia conflitos com o passado e pensava-se no futuro como meta, como espaço no qual poderiam realizar-se as mudanças que melhorariam o mundo. Os ideais de liberdade e igualdade e o conceito de autonomia tinham plena vigência. Hoje, proclamou-se o fim da história e a morte das utopias, e nossa época propõe uma aceleração caótica, que, carente de metas, leva à busca ansiosa do prazer imediato, valorizando só o presente e despojando de sentido o futuro. Daí a futilidade da história.

De onde surge tudo isto? Os profetas do horror proclamam catástrofes futuras: a aids, a poluição ambiental, o perigo nuclear, as guerras, as crises econômicas, o desemprego e sabe-se lá quantos males mais. Estas profecias incrementam os sentimentos de impotência e a culpa patológica: se fomos tão desastrosos, a ponto de prepararmos um mundo onde não se pode viver para as gerações vindouras, se estamos ante a expectativa da desaparecimento de nosso planeta, ou, o que dá no mesmo, da vida humana sobre ele, quem pode pensar no futuro? Hanna Segal, referindo-se ao holocausto nuclear, assinalou o efeito demolidor destas profecias que tiram do homem a esperança de perpetuar-se através de sua descendência. Se é assim, só resta viver o momento.

Sabemos, por certo, que a culpa patológica depende da estrutura do indivíduo, mas estes aspectos da cultura tendem a incrementá-la. E aparecem, como duas polaridades inseparáveis, a negação da morte e a negação da vida. A história, concebida como a possibilidade do homem de compreender o passado para construir o futuro, transformando seus aspectos destrutivos, tende a desaparecer. E, do ponto de vista da culpa patológica, alimentada pelos anúncios de futuras catástrofes, descrê-se da possibilidade reparatória, perde-se a esperança e desaparece a possibilidade de projetar-se ao futuro.

A estruturação do aparelho psíquico, que se apóia nos avatares da história do sujeito, tem um primeiro nível, o mais primitivo, ligado aos caminhos iniciais da pulsão, que depende dos primeiros contatos, das primeiras relações objetivas. Aqui o cultural intervém só indiretamente, na medida das influências do social sobre a mãe e sua função.

No nível ligado à história do período da sexualidade infantil, nos avatares do complexo de Édipo e da angústia da castração, o cultural intervém muito. As diferentes épocas mostram distintas modalidades predominantes no que se refere à criação das crianças. Hoje as crianças entram cedo em contato com outros objetos, além dos primordiais; as creches aceitam crianças de quarenta e cinco dias, o contato com os





Elisabetta Gennari de Rocca

adultos é muito maior que em nossa geração; e as crianças compartilham mais a vida dos pais quando estão juntos, porque a mãe está mais tempo ausente do lar. O trabalho feminino, por outro lado, leva as crianças precocemente a instituições onde se estabelecem contatos pessoais múltiplos.

O terceiro nível histórico, muito ligado à cultura, está intimamente relacionado com a moral e a ética próprias de cada época. Depende dos valores vigentes, particularmente no que diz respeito à sexualidade. A revolução sexual trouxe mudanças notáveis dos comportamentos eróticos, no plano do casal e da amizade entre homens e mulheres.

A psicanálise seria impensável, se verdadeiramente se concretizasse a nulificação da razão histórica, porque está essencialmente enraizada nela.

O acesso à liberdade e à autonomia individual requer um pensamento reflexivo, ponderado e claro. O ataque ao pensamento e à sensibilidade e a desvalorização da história são realidades fáticas que exigem de nós uma atenção particular e uma reflexão mancomunada, porque constituem verdadeiros desafios para o desempenho do nosso trabalho. □

Referências

- AULAGNIER, P. (1975). *La violencia de la interpretación*. Buenos Aires: Amorrortu, 1991.
BLEICHMAR, S. *El narcisismo. Estudio sobre la enunciación y la gramática*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1981.
FREUD, S. (1914). Introducción al narcisismo. *Obras Completas*. Amorrortu.
GREEN, A. *Narcisismo de vida, narcisismo de muerte*. Buenos Aires: Amorrortu, 1970.
LIPOVETSKY, G. *La era del vacío*. Barcelona: Anagrama, 1986.
STERNBACH, S. Fin de siglo, ¿fin del psicoanálisis?, *Revista de la Asociación Argentina de Psicología y Psicoterapia*.
VATTIMO, G. La sociedad transparente. Barcelona: Paidós, 1986. *Grupo*, Nº 1, 1994.

Tradução de **Ana Luiza R. Antunes**

Revisão técnica de **Luiza Amaral**

Elisabetta Gennari de Rocca

Sarmiento, 566

1879 Quilmes – Buenos Aires – Argentina

ccarcamo@topmail.com.ar

© Revista de Psicanálise – SPPA

70 □ Revista de Psicanálise, Vol. VII, Nº 1, abril 2000





Aceleração, simultaneidade, globalização, transformação sócio-econômica no fim do século: seus efeitos psíquicos

José Cukier, Buenos Aires*

O autor justifica metapsicologicamente alguns dos males sociais de nossa época. O vazio interior, a desconsideração nas relações humanas, a aceleração do viver diário, a drogadição, entre outros. Desenvolve a relação entre os vínculos familiares simbióticos, a ausência materna e a falta da função paterna na organização psíquica da criança, estimulada pelas novas formas de trabalho que privilegiam a eficiência e advêm em acúmulo pulsional, falta de matiz afetivo e indiscriminação na constituição da sensorialidade. Aborda o problema da identificação primária e a vinculação entre a falência da mesma com os vínculos de ter sobre os de ser, o problema da quantidade pulsional não tramitada, a aceleração e a indiscriminação na constituição do tempo. Postula que as situações de mudança se acompanham de violência como expressão da sufocação pulsional necessária, para alcançar novas complexidades e a necessidade de aceitar a fecundação pelos novos pensamentos.

* Membro Efetivo da Associação Psicanalítica Argentina. Presidente da Sociedade Argentina de Psicologia Médica, Psicanálise e Medicina Psicossomática, da Associação Médica Argentina.

Revista de Psicanálise, Vol. VII, Nº 1, abril 2000 □ 71





Introdução

“O grande problema cultural de nosso tempo é a despersonalização da vida humana. Hoje o homem está submetido a poderes cada vez mais anônimos, cada vez mais desumanizados. É necessário voltar a uma cultura orientada para a busca do rosto pessoal. Somente onde há rosto há responsabilidade” (Olegario Gonzales de Cardenal). Nesta comunicação tentarei dar conta da metapsicologia de algumas configurações próprias de nossa época, produto da globalização e da quase simultaneidade das comunicações, e que incidem na constituição do psiquismo de cada um. O vazio interior, as patologias psicossomáticas, a aceleração do viver cotidiano, o alheamento no trabalho, a drogadição, o mau trato corporal, o uso especulativo do próximo e a entronização do dinheiro, a violação do humano em geral, a perda e a tergiversação dos valores humanamente desejáveis – e a enumeração poderia continuar – aparecem como os males do nosso século. Na nova condição cultural, predomina a imagem sobre a cultura letrada, o imediatismo sobre a memória, a reflexão e a elaboração, a experiência sobre a razão, a incerteza sobre as certezas. Nos psiquismos individuais influi a cultura e, a partir desta, a ideologia dominante. Mas esta afirmação é válida, se temos em conta que a eficácia depende não só do social, mas do processamento intrapsíquico. As relações interpessoais têm como meta principal processar a realidade pulsional e só secundariamente obedecer às exigências da realidade externa e do superego. É evidente a importância do discurso do contexto; mas existem no psiquismo operações de produção de significado que têm orientações necessárias, que estão além da contingência vivencial, a partir de uma lógica que reordena o percebido. As relações, então, não são nem em sentido único, nem de moldar-se, nem de causalidade circular ou de influxo recíproco. São de um sentido complexo, em que cada uma gera a sua exterioridade seguindo as leis do psiquismo. Os estímulos, as vivências acidentais, são eficazes, se articuladas com a individualidade dos processos pulsionais e a necessidade do esforço psíquico que conduz à autoconstrução de processos anímicos (Freud, 1915e, 1923b). Nossa “aldeia global” é regida pelo critério da simultaneidade. As noções de tempo, velocidade e espaço, por obra das comunicações modernas, foram reduzidas a um extremo tal, que domina o critério mágico de que “se pensa, se deseja e se tem”. Este tipo de lógica opera com o critério da simultaneidade correspondente ao auto-erotismo e só tem vigência nos processos de pensamento, nos quais o desejo e a satisfação alucinatória são simultâneos.





Algumas noções prévias para esclarecer o campo

O problema da quantidade

O aumento da quantidade pulsional e/ou de estímulos exteriores não tramitados impede a discriminação de matizes e qualidade, o ritmo vertiginoso é intoxicante para o psiquismo. Freud (1926d) diz que, na infância, são característicos o desvalimento motor e psíquico. Ante a situação traumática, frente à qual o ego está desvalido, coincidem o perigo externo e o interno. Aqui se liga desvalimento com situação traumática, seja pelo fato de o ego vivenciar, em um caso, uma dor, por acumulação de quantidade que não cessa, ou, em outro, uma estase de necessidade que não pode encontrar satisfação. A situação econômica é, em ambos, a mesma. O desvalimento motor encontra sua expressão no desvalimento psíquico. Quando ocorre estancamento, com restos da pulsão não ligada, nem descarregada, o ego, passivo ante a pulsão, padece afetos automáticos e não desenvolve matizes. Não há projeção, nem objeto, nem circunstância que sejam investidos. Neste caso, um fragmento do próprio corpo sempre presente, se presta para a afecção somática. Quando grandes quantidades de excitação irrompem no aparato psíquico e a quantidade supera a possibilidade de ligação, fica abolida a consciência. Para que surja a vivência, a tensão que irrompe deve ser suportável. Certamente que gritar implica uma tendência expulsiva que tende a aliviar o aparato mental, mas a dor produzida pela irrupção, ainda que não sentida pela falta de matiz, é anterior. A libido narcisista se desprende em um esforço por realizar um contra-investimento, que ocorre automaticamente e conduz a um empobrecimento pulsional global. Freud substitui o conceito de “descarga interna” pelo de “hemorragia interna”, que alude a um estado de passividade e de inércia do ego real primitivo. A energia de reserva que se perde é energia do ego destinada à realização de ações específicas. As perturbações nas pulsões de autoconservação derivam de uma tentativa de defesa ante uma ferida narcisista. Devido à hemorragia de autoconservação, a capacidade desintoxicante e trófica vai sendo desgastada. A quantidade termina por arrasar a possibilidade de comunicação verdadeira e consolidação de vínculos, devido à urgente necessidade de descarga de cada um. Com a quantidade, as pessoas perdem individualidade e tornam-se somente números.

Breves reflexões sobre o tema do número

Nas origens da cultura, o número é logicamente anterior à letra. Na história da escrita, o número foi empregado sucessivamente de duas maneiras: primeiro, para expressar quantidades e, logo, para datar, caso em que se privilegia a função da história de certos indivíduos e grupos. Este segundo uso do número inclui a temporalidade e a identificação. Na medida em que, em nossa cultura atual, os números são usados





José Cukier

com fins contábeis e não de identificação, as relações tendem a transformar os outros em números sem nome na memória alheia. Perdem-se os nomes e com isso a possibilidade de ter-se acesso a uma identidade. As relações são somente, em sua maioria, “contatos”. Circula-se de um espaço a outro, estabelecendo “conexões”. Espaços e tempos regidos por frequências, números, ritmos, interesses e ganhos. Os vínculos regridem a vínculos narcisistas em que o próximo costuma ser manipulado como auxiliar (Freud, 1921c). As relações não são de “ser como” (identificar-se com o ideal), mas de “ter e usar a” (vínculo possessivo e de desconsideração). Em tais regressões e vínculos, evidencia-se a eficácia da pulsão de morte.

O problema da aceleração temporal

O tema da temporalidade teve múltiplas alusões em Freud: a relação entre filo e ontogenia, a teoria da fixação pulsional, a regressão pulsional e do ego, a vinculação entre repetição e lembrança, a temporalidade inferida na construção, as fases da evolução libidinal, a estratificação sucessiva das imagens mnêmicas, a articulação na fantasia entre passado, presente e futuro. Freud, na carta de 6 de dezembro de 1896 a Fliess, fala-lhe da estratificação dos rastros mnêmicos, que experimentam uma reordenação como uma forma de transcrição. Freud (1900 a) refere-se à articulação das imagens por simultaneidade (passividade e atividade), analogia e causalidade. O critério de simultaneidade implica não só um enlace de imagens mnêmicas, mas uma forma de tramitar a necessidade urgente de descarga pulsional. A inscrição lógica por simultaneidade significa uma organização no tempo, com uma sincronia comandada pelo aparato psíquico e originada na vivência de satisfação. Há simultaneidade entre desejo e satisfação, indiscriminação entre objeto, contexto e sujeito. Acompanha-se de uma inversão da causalidade, que implica atribuir como causa do interno o externo. Isto tem como requisito necessário a projeção. Freud (1916 a) refere-se à qualidade do transitório. Diz que o valor do belo depende do esgotamento para sempre da beleza da face humana. O que dá valor às coisas é o caráter evanescente no tempo. Em “O Ego e o Id” (1923b), assumia que Eros, por oposição à pulsão de morte, tem por fim complicar a vida e, na página 41 da S.E., diz que “[...] a pulsão de destruição é sincronizada segundo regras, para fins da descarga, a serviço de Eros [...]”. Em “Uma nota sobre o bloco mágico” (1925 a), supõe que o funcionamento descontínuo da percepção constitui a base da idéia de tempo. Em “Três ensaios...” (1950d), refere-se ao puxar rítmico do lobo da orelha, ou o mamar rítmico e que, para a produção de uma sensação prazerosa, interessa a qualidade do estímulo, particularidade na qual está contido o fator sexual. Em “Além do Princípio...” (1920g, p.63 da S.E.), “[...] a série prazer-desprazer aponta a mudança de dimensões de investimento dentro da metade do tempo [...]”. No “Projeto de uma psicologia... (1950 a [1887-1902]),





postula que, com um certo investimento, mostram um ótimo para receber o período. Em “O problema econômico do masoquismo” (1924c, p.155, da *S.E.*), relembra que o prazer e o desprazer não podem ser referidos ao aumento ou redução de uma quantidade, mas que talvez seja o ritmo o ciclo temporal das alterações “[...]”. A descontinuidade é fundamental na produção anímica do tempo e advém do movimento pulsional de investimento periódico e desinvestimento posterior. Com o investimento surge a consciência, e a consciência desaparece quando o investimento se interrompe. Dinamicamente, então, o fluxo e refluxo libidinal, que geram a descontinuidade, precisam de dois lugares diferentes, como pré-requisito, por exemplo, a tensão advinda das relações intercelulares. Assim, a complexidade estrutural preserva a célula da morte tóxica em seu próprios dejetos e estimula a complexidade, que deriva em tensão, que deriva em fluxo, que deriva em ciclo, que marca o tempo. Quando aumenta a quantidade do fluxo por tramitação insuficiente da mesma, o ritmo acelera-se, e, com isto, deixam de marcar-se as diferenças de tempo, quer dizer, a descontinuidade fundamental. Sobrevêm o estancamento, a intoxicação pulsional, a falta de ligação psíquica e a descarga. Na consciência há um registro duplo, o pulsional como afeto e o registro mundano como impressão sensorial. Na constituição intrapsíquica do tempo, é importante a velocidade. A velocidade e suas diferenças geram a passagem da lógica da simultaneidade à analogia, em que impera a palavra. A aceleração dos ritmos produz o encurtamento dos ciclos, o aplanamento e a diminuição do espaço temporal entre estes, com o que “tudo é igual”. Acompanha-se de sentimentos de tédio, fastio, que procuram como paliativo “o ter” diverso e acelerado. Os objetos mundanos são rapidamente expulsos sem serem desfrutados e transformados em dejetos, semelhante ao gerado pelo acúmulo pulsional. A autopercepção da aceleração cria a sensação relativa de que as coisas passam de forma mais lenta em relação ao próprio tempo, com sentimentos de impaciência. A menor capacidade de ligar a pulsão por falta de introjeção do cuidador original provoca o acúmulo e a intoxicação que estimula a descarga, e esta potencializa a já produzida por perda do ritmo. A exterioridade molda o conflito interior, e hoje tudo é bom se é instantâneo. Usa-se, joga-se fora e acumula-se lixo, comprometendo-se a ecologia. Realidade externa e interna coincidem. A ecologia e a economia intrapsíquica estão oprimidas por dejetos não processados que têm efeitos tóxicos.





Efeitos individuais da globalização

A família hoje. Vínculos interindividuais. Organização psíquica.

Matiz afetivo. Sentimento de si.

Na instituição familiar é possível observar-se o resultado dos esforços intrapsíquicos e interindividuais para processar as triplas exigências: as instintivas, as da realidade e as derivadas das tradições. Naquelas situações em que claudica a possibilidade de tramitarem as exigências pulsionais por déficit ou ausência materna, estas, segundo as hipóteses freudianas, tornam-se tóxicas. O verdadeiramente tóxico é a pulsão, e isto ocorre quando o ego inerte ante ela não pode manejá-la nem de forma motora, nem psíquica (Freud, 1895b, 1898a, 1912f). Quando ocorrem estes estancamentos libidinais, surgem afetos transbordantes cuja angústia automática Freud descreveu (1926d). Em todos eles prevalece a mesma característica: a magnitude dos processos pulsionais estancados é de tal ordem, que transborda a possibilidade de que a consciência registre os estados afetivos correspondentes. Ocorrem emoções cuja intensidade impossibilita captar a tonalidade psíquica, as variedades de matiz (Maldavsky, D., 1990). O ego real primitivo da criança fica oprimido pela pulsão e impedido de adquirir consciência da vitalidade dos processos pulsionais e do núcleo da própria existência. A consciência inicial de sentir-se vivo fica interdita, quando quem se ocupa da criança carece de empatia ou ternura. A família é a encarregada de oferecer a sustentação para promover a fratura no id e diferenciá-lo do ego, facilitando a inscrição do matiz afetivo na consciência como conteúdo da mesma. A impossibilidade de sentir-se vivo resulta da falência nas primeiras relações objetivas. Pode-se tentar supri-las com estímulos espúrios tais como as adições, o consumo acelerado, o incremento de operações econômicas ou o trabalho crescente, sem freio. O ter é usado na forma de pseudopulsão para buscar o afeto não sentido e substituir a ausência do sentimento de ser. As funções falhas ou não surgidas, do ego real primitivo, buscam ser substituídas por drogas que podem ser classificadas segundo as funções que tentam suprir: substituição do sono (barbitúricos); manutenção do estado prazeroso basal (ansiolíticos e antidepressivos); perturbação da motricidade voluntária (cocaína); percepção e afetividade (maconha, ópio, LSD, anfetaminas). No pólo inferior da escala estão as adições ao trabalho, à honra, aos esportes, ao êxito fácil e à dor (via acidentes, por exemplo), como uma tentativa suprema de recuperar o sentimento de estar vivo. O matiz afetivo deriva da introjeção do suporte materno, e o sentimento de si é um conjunto caleidoscópico que reúne diversos matizes afetivos, produtos da identificação. Provê um bem estar básico que sustenta o sentir-se vivo, a captação da própria vitalidade e da alheia e a capacidade para estar só (Winnicott, 1958). O matiz afetivo, embora seja um produto intrapsíquico, requer para sua constituição o enlace





com um outro diferente, de forma que o matiz é representante do encaixe da pulsão e da realidade.

Estancamento pulsional

Freud faz uma observação: o estancamento pulsional desdobra-se habitualmente nas relações interindividuais e, em particular, em certas práticas sexuais, como o *coitus interruptus* ou a ejaculação precoce (Freud, op.cit.), em que um dos participantes não alcança a consumação voluptuosa e, ao contrário, conserva um grau de tensão sexual que se torna tóxica. Tais vínculos podem estender-se às relações entre diferentes membros da família além do casal. Mantém-se o critério que Freud descreve: um dos integrantes alcança uma descarga voluptuosa, na condição de que outro conserve a tensão pulsional que se torna tóxica. São expressões desses tipos de descarga gritos, pancadas, socos, estalos bruscos de discursos evacuativos, alternando com momentos de indiferença hostil. Nestes vínculos intoxicantes entre membros de uma família, alguns têm uma função dupla: a) como lugar em que se descarrega um excesso de voluptuosidade, b) como couraça de proteção anti-estímulo. Diz Freud (1920g) que se pode considerar a neurose traumática comum como o resultado de uma extensa ruptura da proteção que defende o órgão anímico contra as excitações. Esta hipótese justifica a denominação de couraça anti-estímulo à função de um membro ou um grupo em relação a outro que se encontra transbordado. Por exemplo, um filho funciona para uma mãe como uma droga, digamos, com uma função ansiolítica que a protege. A mãe torna-se intranquã frente à ausência de seus filhos e somente se recupera na presença desses. O filho adquire o significado de droga frente a esta mãe adita, a qual, por sua vez, pode-se constituir como modelo de identificação de tipo aditivo. Costuma-se afirmar, com razão, que, no começo da vida pós-natal, para o recém-nascido, a mãe cumpre duas funções anteriormente citadas: de escudo e de lugar para a descarga de um excesso pulsional. Logo ocorre uma progressiva aquisição de tais funções pelo ego infantil e simultaneamente uma maior diferenciação desta díade interindividual.

Função paterna

A ausência de uma função paterna conspira contra tal diferenciação. Nossa cultura estimula esta ausência com a falsa promessa de “pertencer” e alcançar metas impossíveis de satisfazer. Ante a falta do terceiro que imponha a separação, mãe e filho continuam operando com o suposto de uma unicidade orgânica, mas, além disso, com funções invertidas, e o filho é tomado por sua mãe como lugar para a descarga de seus processos tóxicos. Nessas famílias parte-se de um suposto: pertencer à mesma confere o direito de tomar o corpo do outro como próprio, segundo se eviden-





cia, por exemplo, nas situações de maus-tratos infantis. O filho, e, em particular, seu corpo, não constitui um bem social, senão um patrimônio pessoal, sobre o qual é possível operar segundo se queira. A falta de uma função paterna reordenadora é substituída pelo despotismo. A ausência permite a manutenção de uma simbiose patológica prévia. Esta constelação permite a confusão e um enlace narcisista entre os membros do grupo que opera como defesa contra o reconhecimento das perdas. A constelação psíquica dominante privilegia o narcisismo e rechaça uma lei que regule os vínculos imediatos, com uma característica específica quando predominam os processos tóxicos. Esta característica singular que rege a indiferenciação pode ser enunciada com a seguinte frase: “*Carne da minha carne, sangue do meu sangue*” (Maldavsky, DD., 1991a).

O corpo nas patologias psicossomáticas. Os ritmos

Quando Freud analisa o corpo como fonte pulsional, formula um critério de decomposição em partículas. Estas estabelecem entre si vínculos baseados na existência de elementos comuns e diferenças específicas. Portanto, a união entre tais partículas cria uma tensão oposta à pulsão de morte. Neste nível, o encontro com o diferente preserva do aniquilamento, porque, se tais partículas vivem rodeadas por seus próprios dejetos, morrem irremediavelmente em um processo tóxico. Somente pode-se conservar a vida, se esta transcorre entre produtos secretados por partículas diferentes. Freud conjecturava que também era necessária uma couraça de proteção ante os estímulos externos ao corpo e também a possibilidade de expulsar para fora do organismo aquelas excreções que no interior se tornaram tóxicas, para logo interpor ante elas a mencionada couraça. Poderíamos dizer que, se falha o critério expulsivo ou a couraça anti-estímulo, um setor do organismo passa a funcionar como depósito potencialmente explosivo das toxinas em geral. Em determinados momentos de um grupo, opera-se uma lógica em que os vários integrantes constituem partes de um único corpo, como se estivessem todos unidos por um cordão umbilical, e um dos integrantes ou vários alternadamente ocuparão o lugar de couraça ou o lugar em que ocorre a descarga. O agente graças a quem se consegue sustentar este critério está constituído por um erotismo despertado com exagero. Este, em vez de investir a exterioridade, pode tomar o corpo como objeto. Pode-se pensar que, em cada aparato psíquico, existe um momento primordial em que o ego ainda não se desprende do id e em que a libido investe os órgãos e logo emigra para as zonas erógenas. Quando, em um movimento regressivo, toma o corpo como objeto, a exterioridade que lhe corresponde é de natureza rítmica. A esta importa não a qualidade do estímulo senão a frequência, a captação de ritmos indica a indiscriminação inicial. Vai sendo produzida uma articulação entre ritmo, número, ganho, típica de doentes psicossomáticos de





Aceleração simultaneidade, globalização, transformação sócio econômica no fim do século. Seus ...

quem se diz que “fazem números” como uma tentativa de recuperar seu próprio ritmo. O ganho que obtêm, costumam pagá-lo com saúde (com uma “libra de carne”) e, na busca desse plus de ganho (“mais valia”), o preço é a saúde. Em tais ocasiões muito arcaicas do desenvolvimento libidinal, certas atitudes familiares, intrusivas ou de abandono, promovem o mesmo efeito: despertam grandes intensidades voluptuosas, em lugar de registros sensoriais da exterioridade. Quando acontecem estes processos sensuais exagerados, a erogeneidade não se liga à sensorialidade, mas investe órgãos e funções corporais (ponto de fixação de afecções psicossomáticas e adições). Estes, por oposição à sensorialidade, nunca se ausentam, motivo pelo qual a voluptuosidade pode não ter limite. A falta de limite determina a dificuldade para gerar espaços mentais onde se desenvolvam a fantasia, o pensamento e, com isto, a possibilidade de gerar projetos. Predomina o critério da instantaneidade, a satisfação imediata com incremento da quantidade, que gera, dada a urgência de descarga, a impossibilidade de estabelecer vínculos duradouros. A libido pode ser descarregada através de crises convulsivas, pancadas, violência indiscriminada; pode buscar fixar-se em objetos não frustrantes como as adições (nestas últimas, por sua vez, sustentado por modelos identificatórios, como disse anteriormente), ou buscar descarga através de situações traumáticas como os acidentes (por falta de possibilidade de simbolização). Na medida em que não se constitui uma sensorialidade investida, não podem desenvolver-se projetos exteriores à própria família, então as dimensões de tempo e espaço formam um conglomerado indiscriminado. Nestes grupos, por falta de uma função paterna reordenadora, pode-se produzir acúmulo pulsional em seus membros. A falta de limite resulta em tomar o corpo do outro como próprio (mau-trato corporal). Na interação indiscriminada, uns descarregam em outros de forma alternada, ou, às vezes, os papéis se cristalizam: um dos membros é objeto de descarga e escudo anti-estímulo para outros membros. Por sua vez, aquele pode buscar sua descarga via doença somática, acidente ou perversão.

Momento evolutivo e função falha ou abolida

Em alguns casos, existe uma coincidência marcante entre as relações interindividuais e alguma destas organizações intrapsíquicas, mas em outros casos esta diferença é grande. No entanto, ainda cabe destacar que muitas das vivências infantis só a posteriori, ao surgirem fases mais estruturadas da organização do ego, se tornam incompatíveis entre si, mas já não como vivências senão como imagens mnêmicas, e isto faz que seja impossível para o ego tanto o questionamento da contradição quanto a fuga. De fato, os paradoxos se transformam em eficazes, à medida que o pré-cons-





José Cukier

ciente se organiza como estrutura com suas própria leis, quer dizer, na fase fálica, mas, sobretudo, a partir da latência e da adolescência. Na etapa anal retentiva, estabelece-se a linha divisória entre neurose e psicose (Freud, 1916,17). A analidade secundária vincula-se com o complexo do semelhante. Freud (1950 a [1887-1902]) sustenta que o ego, quando percebe, analisa e decompõe até criar um complexo (falamos de um ego correspondente à etapa anal secundária). O complexo do semelhante discrimina-o por sua comparação com o eu e contém elementos constantes, invariáveis, que constituem o núcleo, e elementos transitórios, variáveis, que constituem o predicado. Os predicados podem ser de dois tipos: qualitativos, que se referem a estados, e funcionais, que se referem a movimentos. Pelo predicado, próximo e ego são idênticos; pelo núcleo, o outro e o eu são diferentes. Os traços são irreduzíveis aos traços do outro, assim o traço é o núcleo do eu. Quando o outro não tem núcleo diferente, predomina a identificação primária, e não se reconhece como a um outro. Quando os predicados são idênticos, é possível a identificação total com o outro. Durante o erotismo oral, sob o predomínio dos afetos, o outro e o eu são uma massa unificada pelos predicados qualitativos. Antes da etapa anal secundária, o outro, psiquicamente, não tem status de permanência e de irrevogabilidade como logo terá. Neste período a criança é mais vulnerável à influência do meio, pode ser confundida, inoculada e transformada pelas influências que exercem o meio mediado por seus cuidadores.

O ego real primitivo, constituição e falhas

Freud (1915c, 1917d, 1923b, 1925h) considera o ego real primitivo, o ego prazer purificado, o ego real definitivo, o superego ideal do ego. O primeiro ego tem como função distinguir entre dentro e fora. O estímulo perceptual pode ser eliminado ou recuperado mediante uma ação, já o pulsional exige tramitações e ações específicas (Freud 1930a). Inicialmente é a mãe, ou a família, ou aqueles que estão encarregados do cuidado da criança, que, com empatia e ternura, funcionam como couraça anti-estímulo. Regulam com sua presença as incitações dos estímulos mundanos e qualificam os estímulos pulsionais endógenos. A ausência materna deixa o ego primitivo oprimido pela pulsão e os estímulos externos. Em consequência produz-se a abolição do matiz afetivo. Este é indispensável para estabelecer-se uma diferenciação no id e abre o caminho à separação do ego. A pulsão, carente de ser processada, não pode abrir caminho na consciência como qualidade. Somente lhe resta a descarga com critério puramente orgânico. A perturbação na constituição e no funcionamento do ego real primitivo como estrutura inibitória implica que as alterações internas não sejam regidas pelo princípio da constância, mas pelo da inércia própria da pulsão de morte. O ego da criança, majoritariamente abandonado pelo domínio de exigências culturais (ausências devidas ao trabalho para sustentar o consumismo, ou trabalho





para satisfazer necessidades de subsistência, ou devido a uma distribuição injusta da riqueza, etc.), sofre de uma invasão de quantidade. A experiência, de passiva, é transformada em ativa pelo ego, mediante a agressão e a destruição (Freud, 1931b). A interferência no desenvolvimento do ego real primitivo faz-se evidente no desenvolvimento patológico dos demais egos. Então, falha no ego prazer o juízo atributivo (aquele que distingue se algo é bom ou mau, útil ou prejudicial); no ego real definitivo, o juízo de existência; e, no superego, o juízo valorativo e ético. A interferência no juízo do ego prazer impede discernir se algo está de acordo com a autoconservação ou é ameaçador à própria existência. Quando se constitui o superego, a perturbação do fragmento que discrimina prazeroso de desprazeroso culmina com a constituição de um superego sádico que impõe ao ego um gozo masoquista.

O ego individual

Em que consiste um pensamento inconsciente? A definição mais precisa aparece em Freud (1923b) como o deslocamento da energia anímica em direção à ação. Quer dizer, libido que circula até ser convertida em atos (ou em ligações intrapsíquicas e não somente em motricidade ou em percepção). Este processo é puramente interno (Freud, 1915e). O deslocamento libidinal, do qual deriva o pensar inconsciente, envolve representações segundo diferentes lógicas que somente podem expressar-se pela palavra. As lógicas que regem os critérios de deslocamento entre representações correspondem à simultaneidade e passividade, à simultaneidade ativada (contigüidade), à analogia e à causalidade, hipóteses que seguem o sugerido por Freud (“Carta 52”, 1896, 1900a). É também conveniente lembrar que, para Freud, o inconsciente é heterogêneo: está constituído por representações-coisa, derivadas de vivências e por pensamentos inconscientes, que se deslocam de uma a outra destas representações segundo diferentes critérios de concatenação, até alcançarem a consciência através da mediação da palavra. Convém esclarecer que Freud (1912-13) distingue, fundamentalmente, dois processos puramente internos, duas classes de atos psíquicos: desenvolvimento do afeto e dos pensamentos. Os primeiros, que reeditam vivências, consistem em processos de desinvestimento que chegam à consciência sem necessidade de mediações. Os pensamentos inconscientes implicam deslocamentos pulsionais e, para alcançar a consciência, exigem, às vezes, processos complexos. Sua definição é similar à do desejo, como processo de investimento pulsional, e têm, portanto, um requisito: a constituição de dois espaços psíquicos, já que somente a partir de então ocorrem os deslocamentos pulsionais e se estabelecem diferentes nexos entre eles. À medida que o pré-consciente se torna mais complexo, o ego pode expressar com maior precisão as características do pensar inconsciente. Hierarquizar o conceito de pensamento junto com o de afeto, ambos atos puramente





José Cukier

internos, implica, pois, considerar o aparato psíquico não somente como derivado das vivências, não só como um derivado do perceber com suas representações. Considerá-lo assim, somente como inscrições, é pensar o aparato como uma tábua rasa. De um modo mais fundamental, é produzido a partir de uma série de operações que o constituem, que ordenam o representar pela eficácia de certas leis, certos critérios estruturantes. O pensar inconsciente põe de manifesto a insistência da pulsão por alcançar uma qualificação sensorial que supere o mero vivenciar e seu representar conseqüente. O deslocamento da pulsão parece motivado por uma frustração, pela ausência de um estímulo satisfatório. Ante esta frustração, uma parte da energia transmuta-se em processos de investimento, em um afeto desprazeroso, e o resto mantém-se como processo passível de investir, e daí o deslocamento, sustentação do pensar inconsciente. Talvez desta exigência pulsional, que transcende as possibilidades oferecidas pelo vivenciar e o perceber (nos quais, no entanto, encontra às vezes seu suporte qualificador inicial), derive uma posição que em cada indivíduo ocorre ante o surgimento de uma argumentação logicamente mais complexa, que reordene antinomias prévias e supere certos opostos. Enquanto o ego põe obstáculos a partir do conhecido, desde o pensar inconsciente se dá razão à palavra ouvida ou lida. Esta razão, esta crença, é anterior a qualquer compreensão crítica e põe de manifesto a insistência da pulsão por alcançar uma qualificação cada vez mais refinada e específica via palavra. Seguindo esta linha de idéias, podemos afirmar que as diferentes lógicas que vão regendo o pensar inconsciente constituem conquistas psíquicas. Se os pensamentos inconscientes consistem em deslocamentos da libido no caminho para a ação, os juízos interpolam-se precisamente neste caminho. Assim, uma vez constituído o aparato psíquico, entre o pensar inconsciente e a ação podem entremear-se o juízo de atribuição do ego prazer purificado, o juízo de existência do ego real definitivo e, por fim, outro juízo de atribuição proveniente do superego. O juízo atributivo pode conduzir a uma afirmação de que um objeto é bom ou útil, e o processo culminaria então na decisão de incorporá-lo, de fazê-lo próprio. Esta incorporação dá-se sob a forma de um processo psíquico, a introjeção, que não exige do aparato uma mudança na estrutura, mas que engloba o objeto na já existente, o inscreve no psíquico. Já a identificação impõe uma modificação psíquica mais profunda, um maior esforço de trabalho para acomodar-se às propriedades supostas (produzidas) no objeto. A identificação surge de uma exigência interior, promovida pelo pensar inconsciente. Freud (1950/1887-1902) sustentou, no Manuscrito N, que a identificação é um “modo do pensar” correspondente ao outorgar e não um modo de apropriação superficial de um objeto. O pensar inconsciente, identificatório, cria, por uma duplicação masoquista, uma modelagem do ego ao que está colocado como objeto. Esta nova ação psíquica, a identificação, constitui um ato puramente interno, um pensa-

82 □ Revista de Psicanálise, Vol. VII, Nº 1, abril 2000





mento. As diferentes lógicas que regem o pensar inconsciente constituem conquistas psíquicas diferentes segundo o momento evolutivo. Os processos de evolução da complexidade psíquica têm algo em comum: cada novo pensar surge nos interstícios lógicos do pensar prévio, devido às impossibilidades internas com que este se enreda, e o novo pensar é empurrado pela necessidade psíquica de expressão dos processos pulsionais com um maior grau de refinamento. O pensar prévio, por sua vez, fica degradado à categoria de um mero representar. É conveniente analisar de que forma se introduz o pensar cultural no ego. Consideramos que o mesmo se introduz como um imperativo categórico, quer dizer, sob a forma de uma ordem constituinte do superego, ordem cujas razões não são explicitadas, porque é impossível que o ego as entenda. Precisamente, o imperativo categórico é o tipo de estrutura da frase contida no superego, e, logo, quando o ego consegue conquistar a compreensão das razões por que a frase foi dita, o pensar correspondente passa a estruturar o pré-consciente. Neste caso, a concordância com o superego tende a substituir a obediência cega do ego ao superego, cujo ideal tem a ilusão de realizar. Em princípio, os imperativos categóricos costumam provir dos pais ou equivalentes, mas logo são atribuídos a figuras cada vez mais distantes, desde os educadores até os autores com quem o contato se reduz ao escrito, à “palavra do ausente”. De forma tal que estudar os tipos de pensar com que opera o pré-consciente não difere excessivamente da análise da constituição dos tipos de superego. Desde o primeiro, derivado do desinvestimento pulsional correspondente à declinação do complexo de Édipo, até o ponto final (às vezes não realizado), em que os valores e ideais são meras abstrações, impossíveis de saturar ou de alcançar em uma vivência imediata. Podemos discriminar diferentes tipos de superego, logicamente sucessivos: totêmico, mítico, religioso, das cosmovisões e científico-ético. Destes derivam diferentes tipos de pré-consciente. Vejamos os pensamentos pré-conscientes desde o ponto de vista formal.

A) Pensamento totêmico

Apoiando-nos em Freud (1912-13, 1921c, 1927c, 1930a), este ideal implica conservar uma ilusão de unidade. De compreensão totalizante, de superposição do ego à suposta realidade, uma manutenção do animismo. O ideal do ego de tipo totêmico corresponde a uma representação-grupo da amplitude do clã, de um conjunto de famílias. A relação entre o totem e o grupo é espacial, o âmbito do tabu contrapõe-se ao cotidiano, que adquire sentido em outro lugar. O totem é acessível à visão dos membros do grupo, mas com proibição de contato, perdendo-se a possibilidade de oferecer-se como objeto da erogeneidade tátil. A temporalidade é circular, como as estações do ano. A diferença entre o ideal e cada ego individual pode ser paga através de atos mágicos (vestir-se com a pele ou plumas do animal totêmico). A desmentida





José Cukier

do juízo que distingue entre o ideal e o ego é, praticamente, a norma. Conseqüentemente se conserva uma certa convicção da própria grandiosidade.

B) Pensamento mítico

O ideal mítico implica uma separação entre animal e humano e, além disso, distingue dois tempos: o da façanha heróica, origem do grupo, e o do cotidiano. A oposição entre ideal e o ego não é somente de tipo espacial, mas também temporal. O espaço mítico costuma superpor-se, na aparência, ao espaço do grupo que sustenta este tipo de crença, mas está distribuído com outra lógica, quanto aos investimentos de objetos e lugares, como, por exemplo, certos âmbitos em que irrompe a produção do sagrado. O tempo do mito não é o de um passado, mas o de um presente honrado e sustentado pelas gerações posteriores do grupo supostamente gerado pelo herói. Esta oposição entre duas temporalidades (o presente mítico renovado pela passagem de sucessivas gerações de indivíduos) deriva da eficácia psíquica deste tipo de lógica, que Piaget (1942) descreve como inteligência das operações concretas. O tempo do mito expressa-se lexicamente como presente épico, quer dizer, aquele que alude a um corte na sucessão, na trajetória fixada pelo destino, e perpetua esta mudança para as gerações surgidas a partir de então. Este presente épico implica um tipo de imortalidade que se sustenta graças à lembrança constante exigida do grupo. Isto significa uma menor dependência da percepção do objeto visual (vigente em relação ao totem) e sua substituição por uma imagem. A temporalidade é a da imortalidade, a qual é sustentada pela memória (pela alma) de um povo originado graças ao herói. A diferença entre o ideal e o ego é menos superável, porque os requisitos para alcançar a categoria de herói já implicam um esforço pessoal e um reconhecimento social dificilmente alcançável. Portanto, para cada indivíduo, a desmentida do juízo que distingue entre o ideal e o ego torna-se mais custosa. O suposto grupo, como conseqüência do mito, é mais amplo que o constituído pelo pensar totêmico. A representação-grupo própria do pensar mítico possui um maior grau de abrangência, reúne algo assim como um conjunto de clãs, em um vínculo de camaradagem. Na origem do grupo é colocado um líder com traços humanos, ainda que separado do restante da comunidade já não em termos espaciais, senão temporais.

C) Pensamento religioso

Aqui o ideal é a divindade, possui um caráter altamente abstrato. O grupo que lhe corresponde é a comunidade, o tempo é eterno, e a espacialidade é o infinito. O grupo reúne em seu interior os seres humanos, mas não abarca certos grupos que têm o reconhecimento empático ou por sua pele, condição social ou outros motivos. A estes se lhes nega, portanto, a carta de cidadania consistente na identificação empáti-





ca. O comum a todos eles é sua falta de fidelidade, ainda que entre eles alguns possam ser resgatados para a comunidade e outros fiquem como condenados. Dentro da temporo espacialidade terrena, contraposta à divina, aparecem duas características: o caráter mortal e a limitação espacial. Uma combinação com o pensar mítico permite distribuir santuários na terra, lugares sagrados aos quais os fiéis dirigem os passos de sua peregrinação com a finalidade de expressar sua devoção religiosa. Implica uma passagem da inteligência, das operações concretas às mais abstratas e ocorre durante a puberdade.

D) Pensamento da cosmovisão

É parecido com o anterior, mas sem divindade, com a possibilidade de conflito. Este se resolve pela luta na mesma sociedade, com a possível reunião dos contrários. Entende a humanidade em sua universalidade. A representação-grupo correlativa do emprego de um ideal a partir de uma cosmovisão não difere muito da correspondente à recém-descrita, sobretudo quando a divindade é entendida em termos mais elaborados e complexos. Poderíamos dizer que a representação-grupo, a partir da cosmovisão, alcança a extensão da humanidade em sua universalidade. Talvez a diferença relativa à representação-grupo da religião consista sobretudo em que a representação correspondente à cosmovisão introduz em si mesma a possibilidade de conflito, da luta no seio da sociedade, ainda que tal conflito se resolva teleologicamente, com a visualização de uma futura reunião dos contrários. À diferença da eternidade de uma divindade, surge a intemporalidade e a espacialidade de uma idéia, inclusive daquela que se apresenta em termos dialéticos.

E) Pensamento científico-ético

A representação-grupo correspondente à colocação dos ideais científico-éticos implica considerar a humanidade em termos fragmentários, a partir das determinações sociais e econômicas. Parte do suposto de que, entre seus setores, se desenvolvem permanentemente conflitos e transações provisórias. Por outro lado, existem transações entre um tipo de pensar e o logicamente posterior, assim como regressões a um anterior. Entre as transações podemos identificar, por exemplo, os santos (correspondentes ao pensar mítico no interior do pensar religioso). Igualmente, existem histórias que expressam como um pensar logicamente mais complexo superou outro mais elementar, como ocorre nas lendas gregas em que um herói derrota, subjuga ou aniquila um monstro, que é uma mistura de animal e humano. Na história da humanidade, por outro lado, as coisas parecem ter ocorrido de outra maneira. A crescente complexidade social engendrou diferentes conflitos, em que certos grupos subjugaron violentamente outros e precisaram de certas lógicas mais refinadas para pode-





José Cukier

rem pensar relações sociais mais complexa. Foram sugeridas por gênios, que extraíram da sensualidade uma lógica mais elaborada, e logo algum líder político impôs pela violência aquilo que outro propôs somente pela palavra. Há produções mistas entre ideais menos complexos e outros mais abstratos como formações transacionais. Cada tipo de pensar e de valor mais complexo não dissolve o anterior, o menos elaborado, mas entra com ele em relações múltiplas: o inclui, de diferentes maneiras, como ocorre com as ideologias, as cosmovisões, que podem integrar em seu interior um mito ou podem entrar em contradição com ele. Igualmente, um grupo de caráter mítico pode acolher em seu interior grupos de tipo totêmico, ou ficar subsumido em representações-grupo mais amplas, com o que aludimos ao problema das relações intergrupos, sejam no ego, seja entre diferentes egos. Também encontramos histórias de como um tipo de pensar logicamente mais complexo acolheu, nos processos sociais, os menos elaborados. Por exemplo, existem lendas gregas de como um herói aniquilou um animal mítico (a Medusa, a Quimera), além da história judaica que relata como Moisés impôs as Tábuas da Lei ao povo que adorava um bezerro. Em geral podemos constatar o seguinte: o último derivado de um tipo de pensar e o primeiro pensar do seguinte tem como destino o aniquilamento, e somente ficam versões secundárias derivadas da forma original. Por exemplo, na história de Moisés, relata-se o aniquilamento não só do bezerro, mas também das primeiras Tábuas da Lei. O fato de que se gerem representações-grupo cada vez mais complexas exige o desenvolvimento de certas funções intrapsíquicas, que se referem a um operador que conduz o ego de um tipo de configuração social mais simples a outra mais elaborada. Este é o papel dos líderes, cuja eficácia social se revela sobretudo quanto à introdução do ego no grupo gerado miticamente e, mais adiante, naqueles sustentados pelo emprego de uma divindade ou uma cosmovisão como ideal. Na adolescência, o valor psíquico de um líder mostra-se particularmente relevante em relação com a constituição de uma representação-grupo mais genérica, na qual o ego do jovem tem como destino inserir-se para desenvolver vínculos de amor e trabalho. O vínculo com os outros apresenta-se primeiro como relação do ego com as representações e somente depois com pessoas do meio. Neste contexto, consideramos útil descrever mais amplamente o conceito de líderes. Este conceito dos iniciadores foi mencionado por Freud fragmentariamente em vários trabalhos (1905e, 1908e, 1910h, 1918 a, 1928b). Trata-se de representações pré-conscientes, que têm o valor de uma transação entre os desejos edípicos, do narcisismo, por um lado, e a imposição de introduzir-se em contextos extra-familiares e laborais, por outro. O líder laboral oferece uma transação entre a necessidade de trabalhar e o temor a seguir o destino do pai, com quem a criança se decepcionou ao perceber que não é o soberano. Existem, além disso líderes na linguagem compreensiva e líderes na atividade sexual. Nestes últimos, pode-





mos distinguir entre aqueles que estão ligados com a mecânica do coito e outros que estão ligados ao gozo.

O problema da identificação

Freud afirma que, no início, somente há pulsões parciais, que são satisfeitas de forma auto-erótica, autônomas umas das outras. A operação psíquica que engendra um ego a partir deste estado de dispersão erógena é a identificação, e ocorre uma síntese das pulsões parciais, desenvolve-se uma nova “ação psíquica”. A identificação parece estar relacionada com esta ação psíquica, puramente interna e tem um valor de síntese, de articulação entre as diferentes pulsões parciais. Tal unificação erógena parece promovida pelo empurrão das necessidades, das pulsões de autoconservação e os investimentos libidinais narcisistas dos órgãos em que se registram as grandes necessidades. Tais identificações primárias interessam ao ser, ao sujeito do ego, e seu desenvolvimento implica que este ego alcance o sentimento de si. A identificação primária ocorre em um vínculo com um objeto colocado (por projeção) na posição de modelo ou ideal para o ego, o qual pretende configurar-se de acordo com aquele. Se o ego supõe alcançar este objeto, ocupa a posição de sujeito, a qual se acompanha do desenvolvimento de um sentimento de si. No modelo ou ideal, naquilo que deseja ser, o ego encontra uma promessa de sua própria configuração futura. Os traços e ensinamentos das pessoas que rodeiam uma criança se tornam eficazes na medida em que constituem suportes sensoriais que correspondem às exigências projetivas da mesma. A eficácia psíquica dos estímulos contextuais em um ego em constituição deriva de que tais estímulos se encontram com um movimento projetivo, interrogativo quanto ao próprio ser, que provém do ego. Posteriormente esses estímulos se incluem na identificação. A falta da identificação egóica com os processos pulsionais, devido à ausência do contexto que o facilite e estimulado pela cultura atual, leva a uma mistura, com indiscriminação eu-não-eu. Há uma falta nuclear de matiz afetivo. A ausência da função paterna converte-os em *Self made men*, com uma fuga evolutiva para adiante, com aparente empatia, precária identificação, escassos recursos para responder à tripla exigência (realidade, superego, id). Disfarçam sua fraqueza com um sobreesforço especulativo e tornam-se aditos a personagens que lhes dêem dados, números. Sustentam-se pelas forças do ter, do poder econômico, do poder político, do poder científico, mas a mercê do outro que lhes coloca em perigo a precariedade do edifício identificatório e a quem devem aplacar. A fachada de sobre- adaptação, a mentira, o desenrolar de uma fachada ante outro que tenha poder, o sentimento contratransferencial de falsidade que registra o interlocutor (isto é, que





José Cukier

não resiste a perguntas que questionem a essência de suas argumentações), o retraimento com fachada de conexão, o mutismo encoberto por um discurso sem consistência, todos eles se observam, enquanto fenômeno, como falta de vitalidade. O fato original de estar desconectado dos processos pulsionais cria um sentimento de estar desarraigado, de falta de “raízes”. Quando o ego não pode ser ativo frente a um objeto por ausência ou falha do cuidador, para não transbordar ante a pulsão, cede ao outro a posição de sujeito e ocupa a posição objeto. Assim evita ficar transbordado mediante a identificação com o sujeito projetado no outro ativo. O ego, projetando-se no outro, consegue participar da onipotência deste, desde uma posição masoquista. A posição do sujeito deriva de uma identificação primária com um modelo ideal (Freud, 1921c). Quando o ego cede à posição sujeito ativa, outro tem a identificação primária, e com isto a onipotência pode aproximar-se do ideal. A identificação com esse sujeito é uma pseudo-identificação. É ambígua, “como-se”, imitativa, protética, frágil, substitui uma identificação primária, com sentimento de não ser autêntica. Precisa sustentar-se em fundamentos espúrios, baseados no ter tão exaltados em nossa cultura globalizada.

Idéias, questionamentos e perspectivas.

O novo. Conceito e fundamentos teóricos. O que é o novo?

É uma nova compreensão, a partir da qual o psiquismo percebe algo que não via antes. (Daqui para a frente, as afirmações entre aspas e reticências, são minhas). Freud (1918b) lembra que ao homem dos lobos se apresentou uma imagem do intercurso sexual de seus pais. Emergiu, então, a antiga concepção segundo a qual o lugar do corpo da mulher que recebia o membro era o ânus... mas então sobreveio o novo... o discernimento da diferença entre os sexos. Freud, (1924b) diz que o mundo exterior governa o id por dois caminhos um dos quais é o das percepções atuais. Destas é sempre possível obter “novos”. Freud (1923b) nos lembra que, para o ego, a percepção do novo cumpre o papel que, no id, corresponde à pulsão. Freud (1914a) refere-se a uma carta recebida em 1911. A pessoa que a mandava contava-lhe que, durante muito tempo, estivera convencida de haver perdido um dedo, até que começou a contar. Esta pessoa via, mas o ver era contrário a uma convicção. Então vê-se não o que se percebe, senão o que se pensa. Vê-se algo quando este algo obtém significado a partir da vivência e adquire caráter de novo. Freud (1904e) assinala a importância do vivenciar contingente na produção do novo. Este deriva da articulação do visto, do ouvido e do vivenciado. Também o novo pode produzir-se na ausência do vivenciar, como uma fatalidade do desenvolvimento, como, por exemplo, o sentimento de





culpa (1930 a), a transformação do familiar em estranho (1919h), o desaparecimento da desmentida (1927e), a coerção do prazer no jogo com as palavras (1905c), a decepção dos pais (1914f), o desaparecimento da desestimação (1918b), o surgimento de afetos como neoformações e como reproduções (1926d). O novo psíquico tem dois setores. Um é universal, primordial, instintivo – não pulsional –, disposicional, que, estimulado, se transforma em compreensão. Produz-se imperativamente e não depende da aprendizagem (1910c, 1915b, 1916-7, 1918b, 1933 a). Outro setor do novo vincula-se às aquisições culturais e ao desenvolvimento crescente dos ideais e dos tipos de pré-consciente desenvolvidos acima. A interpenetração cultural que gera a simultaneidade da globalização tem os líderes como emissários do novo cultural. Novas idéias, informações, tecnologia, ciência, arte, alimentos, vestimentas, indústrias, novas culturas empresariais e do trabalho (somente para citar alguns exemplos) são introduzidas por modernos “adiantados”. Estes, ainda que muitas vezes sejam corruptores, são esperados e aceitos, se coincidem com o momento do desenvolvimento intrapsíquico. Reitero que incluem o conceito “do novo”. Isto é, a capacidade psíquica de uma compreensão que antes a mente não tinha e que é gerada pelo incessante empurrar pulsional. A função anímica gera contradições e diferenças e logo as projeta e capta no mundo sensível. A criação “do novo” frente ao que já está dado gera, cada vez que mostra sua eficácia, um rasgão, uma catástrofe, da forma como descreve Freud em “Sobre a conquista do fogo” (1923a). É que os processos pulsionais precisam ser postergados, porque somente assim pode alcançar-se uma conquista anímica e cultural. E logo retornam como catástrofe anunciada. Finalmente o novo é projetado e para retornar desde a exterioridade. Este pensar é capital no desenvolvimento da cultura e da tramitação anímica aos processos pulsionais. Este novo pode sofrer as seguintes vicissitudes:

1. – ser aceito, como uma maior complexidade inevitável que tem a ver com o ser e conquistado para ser assimilado ao ego. 2. – pode ser rejeitado, desestimado, ficar fora do ego, exilado e não se chegar a lógicas mais complexas. Neste caso, o ser, então, tem uma falha em sua identificação primária e com isto fica fraturado; o narcisismo desmorona. Desde este vértice, as culturas locais desestimam as novas e estas as locais. Cada um, com violência, expulsa o outro. A saída seria aceitar o líder com seu pensamento, deixar-se fecundar por sua marca, que torna mais complexas as próprias estruturas. As letras conferem um nome e, com ele, a possibilidade de se chegar, mediante a identificação, à condição de sujeito. O número interfere nesta possibilidade. E o mundo globalizado, tal como é concebido até agora, sustenta os números de caráter mercenário não aptos para a identificação. As culturas que nos chegam têm um caráter especulativo. Pensam em números, obtêm ganhos e extraem diferenças à custa de novos territórios. Sublinho o dito anteriormente, que, “na histó-





José Cukier

ria da humanidade, a crescente complexidade social, engendrou diferentes conflitos em que certos grupos subjugarão violentamente outros e precisaram de certas lógicas mais refinadas para poder pensar relações sociais de maior complexidade". A anedota bíblica acerca de como Moisés e os seus impuseram ao povo judeu os dez mandamentos sobre a adoração do bezerro põe de manifesto que a última expressão de uma lógica e a primeira que substitui a anterior ficam igualmente aniquiladas. É possível que, nesta história bíblica, se dê a articulação entre três tipos de ideal e, conseqüentemente, entre três tipos de representações-grupo. Um deles é totêmico e relaciona-se à adoração do bezerro, o outro é religioso como o que pretendia impor Moisés. O terceiro é mítico, intermediário entre os dois, e correspondia ao investimento de um herói como líder, talvez o próprio Moisés. Sua ausência determinou a regressão de uma organização mítica para uma totêmica, e seu retorno impôs um passo à produção de um ideal religioso. Em relação com a destruição da última formação de um ideal e a primeira do seguinte, parece tratar-se de uma necessidade inerente ao vir a ser psíquico, como conseqüência da elevação de algo ou alguém desde a categoria do cotidiano até um lugar diferente como ideal. Por outro lado, nestas propostas mais complexas de pensar o social, foi necessária a produção de textos escritos, seja sob a forma de hieroglifos, seja de silabários de complexidade crescente. Hoje a maior complexidade é expressa pela nova linguagem, a computacional.

Há uma violência que faz parte da mudança, que não se pode poupar. Não diria inevitável. Mas há uma violência...

Tradução de **Maria Cristina G. de Vasconcellos**

Revisão técnica de **Viviane Sprinz Mondrzak**

José Cukier

José E. Uruburu, 1426, 9A

1114 – Buenos Aires – Argentina

Email: jose@cukier@infol.ba.ar

© Revista de Psicanálise – SPPA

90 □ Revista de Psicanálise, Vol. VII, Nº 1, abril 2000





Painel: Psicanálise e Cultura*



* Painel inaugural das atividades científicas do ano 2000 da SPPA, realizado em 23/03/2000.





Atenção montador
a página **92** é branca





Algumas questões atuais entre psicanálise e cultura*

*Cláudio Laks Eizirik***, Porto Alegre



* Trabalho apresentado em reunião científica da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre em 23/03/2000. Algumas das idéias aqui expostas foram apresentadas previamente, em Sessão Plenária do XVII Congresso Interno e XXXVII Simpósio da Associação Psicanalítica Argentina, Buenos Aires, 06/11/1999.
** Membro Efetivo da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre.

Revista de Psicanálise, Vol. VII, Nº 1, abril 2000 □ 93





Nos últimos anos, uma crescente reflexão vem ocorrendo dentro da comunidade psicanalítica acerca de que repercussões a chamada pós-modernidade introduz ou parece introduzir na nossa prática. Ao mesmo tempo, a consciência de uma crise da psicanálise ou de uma crise dos psicanalistas ou de uma crise sócio-econômico-cultural afetando a prática da psicanálise é de recorrente discussão dentro de nossas instituições locais, regionais e internacionais. Várias medidas, tanto ao nível de reflexão quanto ao de ação, têm sido adotadas de forma consciente, e alguns resultados concretos vêm sendo observados. Dentre elas, a instituição, em 1997, do Comitê de Psicanálise e Sociedade da Associação Psicanalítica Internacional, comissões similares em grande número de sociedades e a própria iniciativa da Federação Psicanalítica da América Latina de organizar seus Congressos do ano 2000 sob o tema geral “Psicanálise e Cultura : entre o divã e a comunidade “.

Estudando as relações entre a psicanálise e a cultura, sugeri que enfrentamos atualmente quatro desafios principais: 1. As modificações das correntes filosóficas e culturais da atualidade e suas influências sobre a psicanálise como disciplina, num momento em que se valoriza o fragmentário, a complexidade e se questionam as meta-narrativas, ou seja, grandes teorias explicativas; 2. O desafio da perspectiva hermenêutica à tradição científica empírica da psicanálise, estimulando uma discussão sobre o status epistemológico de nossa disciplina, uma ciência natural/ uma hermenêutica/uma disciplina específica em sua metodologia? 3. Críticas à psicanálise como disciplina e profissão elitista; 4. O distanciamento das preocupações existenciais e com a subjetividade, que se observa na sociedade contemporânea, e o foco numa relação coletivista e pragmática com a realidade, o que leva à busca de soluções rápidas, fáceis e de supostos resultados “cientificamente” demonstráveis (Eizirik, 1997).

Como conseqüência, nossa presença na cultura contemporânea, em muitos países, apresenta menor impacto e importância do que em épocas anteriores e nos convida a uma reflexão da qual não estão ausentes sentimentos de perplexidade, temor e nostalgia. Uma questão incômoda passa a rondar muitas mentes, talvez num momento ou noutra aflore ou apenas se permita rastejar em nossa mente grupal inconsciente: será a psicanálise ainda relevante para a nossa cultura?

Para refletir sobre esta questão, poderíamos imaginar o movimento psicanalítico como um grupo artificial estruturado, como a Igreja ou o exército descritos por Freud em “A psicologia das massas”. Se o fizermos, não é difícil reconhecer que o primeiro período, o do esplêndido isolamento e os anos que o seguiram, foi caracterizado por uma grande idealização da psicanálise, de seu poder explanatório e de seu quase onipotente e onisciente criador, “de fato, a mente de nosso século”(Bloom,





1994). Tal apreciação aparece também num levantamento abrangente realizado pela Revista *Time* em 1999 sobre as grandes mentes do século. No número dedicado aos cem principais cientistas e pensadores, Freud é a figura da capa, analisando Einstein. Tal reconhecimento não deixa de ser uma expressão também de uma certa ambivalência, pois a mesma revista, poucos anos atrás, anunciava em sua principal matéria a morte da psicanálise.

Apesar de algumas dúvidas e críticas, a visão predominante era cheia de esperanças e altas expectativas. Freud e sua nova ciência podem ser vistos como o objeto em que milhares de ideais do ego eram colocados. Ele era o Comandante-em-Chefe. O exército psicanalítico lutou muitas batalhas, conquistando, uma após a outra, cidades, universidades, departamentos de psiquiatria, psicologia e ciências humanas, mas, principalmente, muitos milhares de corações e mentes. Em parte devido aos efetivos resultados das análises, em parte pela excitação que a nova disciplina produziu na cultura e em parte devido às expectativas mágicas que criou, este período pode ser visto como o suposto básico de dependência proposto por Bion.

Mesmo após a morte de Freud, a idéia forte por ele deixada continuou a agir como um ideal do ego. Mesmo morto, Freud continuou a ser esse ideal do ego. Em cada sociedade ou grupo de estudos, é possível identificar um ou dois líderes principais que, agindo como Freud fizera, foram os ideais do ego de suas comunidades. Mas, desde o início, como sabemos, os membros desse movimento não evidenciavam, entre si, o tipo de amor que Freud sugeriu estar presente no exército ou mesmo na Igreja. Dois mecanismos parecem ter sido empregados com intensidade nesse período: a projeção dos conflitos sobre os inimigos externos, para defender “a causa” e o reforço da idealização do líder ou da disciplina em si. Eis o suposto básico de luta e fuga em ação.

Se considerarmos agora o atual estado de coisas, face a esse mal-estar na cultura psicanalítica, que age às vezes como um exército sem líder, às vezes como uma igreja que não pode introjetar e encontrar conforto nas palavras mágicas de seu Deus, partes ou setores da comunidade psicanalítica buscam abrigo em lugares aparentemente mais aprazíveis ou, quem sabe, mais reassuradores (por exemplo, a psiquiatria biológica, outras formas de psicoterapias ou versões diluídas de psicanálise). Uma das mais difíceis questões a nos desafiar é o extraordinário dispêndio de energia psíquica através das intermináveis disputas internas em muitas de nossas instituições. Gostaria de sugerir que, no centro desta questão, está justamente um dos pontos mais importantes da “Psicologia das Massas”, o que se refere à ilusão.

Acreditamos na ilusão da onipotência e da onisciência nos primeiros 50 ou 60 anos e talvez na ilusão do amor compartilhado. Agora Freud está sendo acusado, por alguns, por ter-nos oferecido tal ilusão. E uma maneira de expressar tal acusação é





comportar-se como um exército sem líder ou uma religião sem fé. Podemos seguir nessa analogia, lembrando que Cristo foi traído, negado e sacrificado. Num certo sentido, algo semelhante pode estar acontecendo com Freud e suas idéias, como resultado das desilusões correntes.

Vejo tal conduta em duas posturas aparentemente opostas : num extremo através da atitude dogmática de propor que tudo está em Freud e nada mais foi desenvolvido depois e no outro em rejeitar maciçamente os valores centrais do corpus freudiano para a nossa teoria e prática atuais, substituindo-os por outro autor ou escola, que se torna então o Freud da moda, como se todos não tivessem sua freudiana origem comum.

Apesar dos intensos esforços conjuntos para manter a psicanálise viva e ativa, tanto como uma disciplina quanto como uma instituição, penso que é possível reconhecer essa relação ambivalente com Freud e suas idéias seminais como um fenômeno generalizado na comunidade psicanalítica. Um sintoma dessa ambivalência é a atitude ambígua de muitos analistas com suas instituições regionais e locais, parecendo que um dos esportes favoritos de alguns é criticar a IPA ou suas instituições, como se não fossem eles próprios o tecido vivo das mesmas. Outros sintomas comuns são as rivalidades, as invejas, o narcisismo, os falsos dilemas (pesquisa versus atividade clínica), posições dogmáticas, infrações éticas, etc.

Ao mesmo tempo, apesar de toda a crise, não é no mínimo surpreendente observar que a psicanálise se mantém viva e ativa, cresce em publicações, multiplica-se em encontros, congressos, simpósios, expande sua inserção com a cultura, encontra formas de participar dos sistemas de saúde, que suas idéias continuem a atrair mentes interessadas em ir além do concreto e animar-se a explorar e desenvolver sua subjetividade? Um exemplo recente: “*A leitura dos sonhos abre caminho a processos narrativos que incorporam várias línguas, conjugam lugares, aproximam culturas, congregam épocas, misturam expressões vulgares com relevantes encadeamentos teóricos. Joyce realiza o que os textos de Freud sugerem ... Finnegans Wake exige interpretação. O romance faz do leitor analista*” (Schüler, 1999). Outro exemplo de como as idéias psicanalíticas são consideradas para contextos mais amplos está numa revista francesa que, em sua matéria de capa, aborda a recente situação política austríaca em que um pequeno aprendiz de Hitler preocupava a Europa, abrindo o texto desta forma: “Cem anos após A ‘Interpretação dos Sonhos’, o pai da psicanálise poderia deitar em seu divã um paciente de porte: seu país. E interessar-se menos pelas neuroses do que pela globalização” (*L’Événement*, fev. 2000, p.7).

Seria tudo isto o resultado de uma ilusão que dura cem anos? Dentro do movimento pendular que nos faz oscilar entre o mágico e o lógico, as mais recentes pesquisas das neurociências propõem possíveis localizações cerebrais para o incons-





ciente ou evidenciam, com metodologia impecável, que situações traumáticas infantis estão relacionadas com doenças mentais graves, como a esquizofrenia ou os transtornos afetivos, confirmando as proposições freudianas longamente postas em dúvida pela psiquiatria biológica.

Talvez o que tenha terminado seja o poder ilusório da psicanálise. Ele ainda sobrevive nos consultórios, através das idealizações transferenciais, felizmente fenômenos transitórios na maior parte dos casos, vencidas as quais a relação analítica nos permite obter os notáveis resultados terapêuticos que cada analista com alguns anos de ofício pode comprovar. Mas como teoria, como disciplina, como instituição, estamos agora desafiados a sobreviver através de fatos, demonstrando que a palavra interpretativa que comunica significados da experiência emocional é um excepcional veículo de mudança psíquica (Rocha Barros, 1998), bem como estudos de efetividade e um permanente diálogo com os outros saberes.

Na atual condição pós-moderna, as ilusões já não são tão bem-vindas, nem a confiança na autoridade passada. A busca de uma teoria geral unificadora, a visualização da psicanálise como uma metateoria com um forte poder explanatório são parte dessa perdida ilusão. O mesmo vale para um sistema de formação analítica de aplicação universal, que não leve em conta as diferenças culturais, os fatores históricos de cada região e suas realidades sócio-econômicas. E o mesmo se pode dizer da visão que considera a psicanálise como o único e verdadeiro tipo de tratamento, desprezando suas possibilidades, alcances e limitações, estas bem maiores do que supunham nossos pioneiros.

Complexidade, fragmentação, ceticismo, direito às diferenças, crescentes demandas sociais... Não é este o estado atual da psicanálise como uma disciplina, um sistema de formação, uma instituição, um grupo de diferentes teorias abrigadas sob um mesmo e imenso guarda-chuva que leva um único nome?

No início de um novo milênio, nosso desafio é abandonar nossas ilusões e demonstrar à cultura em que vivemos que, embora tenhamos tentado atender sua sede de ilusões em outras épocas, nossa pretensão atual é constituir um grupo predominantemente de trabalho, que não se une por um amor idealizado, mas por uma firme determinação de desfazer ilusões, as nossas próprias, as dos nossos pacientes e as que teimosamente prevalecem em nossa cultura.

Isto posto, talvez uma simplificada, fragmentária e reducionista tentativa de refletir sobre nossa relação com a cultura em que nos inserimos e de algumas consequências desta relação para o movimento psicanalítico, cabe agora indagar-nos: de quanta realidade estamos saturados? A que nos levam essas tentativas de entender e acompanhar esse cambiante panorama cultural?

Penso que estamos, como sempre, face a um duplo perigo: ou nos enclausura-





mos em nossos consultórios e instituições e buscamos a solipsista realização de um método analítico puro ou nos voltamos para uma desesperada tentativa de acompanhar a realidade externa e forçar a cultura a aceitar-nos de qualquer maneira, não importa à custa de quantas concessões.

Por mais que estejamos embebidos de realidade, o mundo em que se move a psicanálise é predominantemente o mundo interno. Nosso reino é o reino da fantasia, nosso poder transformador tira seu extraordinário vigor exatamente do trabalho contínuo, incessante e interminável com a fantasia inconsciente. Por mais que devamos estar atentos e ativos ao mundo externo, nossa vocação básica, o que nos define como atividade humana é o trabalho dentro do marco central da relação transferencial.

A crescente presença da realidade externa dentro de nossos consultórios assume diferentes roupagens, dentre elas: graves patologias mentais em outros membros da família do paciente; dificuldades financeiras que não permitem ou dificultam a manutenção de uma frequência adequada de sessões; grandes distâncias entre o local de trabalho dos pacientes e os consultórios em centros urbanos de trânsito congestionado; desemprego; violência social; violência dentro da família; oferta de alternativas terapêuticas mais rápidas e supostamente mais eficientes; ofertas de psicanálises diluídas ou formações sumárias na mídia, com linguagem sedutora que acaba provocando descrédito no método e em suas inevitáveis e rigorosas exigências, confundindo potenciais pacientes. São apenas algumas expressões da realidade contemporânea, que penetram de forma ostensiva ou velada na relação transferencial e podem acionar respostas contratransferenciais e levar a que nos identifiquemos com essas preocupações e temores.

O risco de tal identificação é justamente o conluio com o paciente, que pode impedir o exame, a análise e a sua busca de saídas ou alternativas para essas questões externas ameaçadoras. Por mais doloroso que possa parecer, e por mais que o analista se identifique com o sofrimento “externo” do paciente, porque afinal todos compartilhamos uma realidade ameaçadora, sua real função é buscar a fantasia inconsciente, ir atrás de suas ressonâncias históricas, indagar-se acerca do que poderá estar sendo revivido, em suma, construir junto com o paciente uma compreensão da dimensão inconsciente e transferencial de suas experiências.

O que estou propondo não é um desconhecimento, uma negação ou uma desmentida da realidade externa, senão uma dupla atitude de reconhecê-la, aceitar sua existência e os problemas que provoca e, logo em seguida, ir em busca das fantasias por ela evocadas ou que com ela se relacionam ou que a ela subjazem. Penso que desta forma podemos exercer a função analítica com o rigor que o método nos exige e recomenda, a despeito das dificuldades do contexto em que nos inserimos.

Do ponto de vista de nossa relação com a cultura, Kernberg (1998) formulou





de modo preciso o que penso ser a razão maior da crescente demanda por reinserção cultural: necessitamos trabalhar na interface com a cultura para compartilhar e produzir conhecimento e para proteger a intimidade da relação analítica.

No prólogo de seu último livro publicado em vida, Borges, de modo característico, faz duas afirmações aparentemente contraditórias: “*A ninguém pode maravilhar o fato de que o primeiro dos elementos, o fogo, não abunde no livro de um homem de oitenta e tantos anos. Uma rainha, na hora de sua morte, diz que é fogo e ar; eu costumo sentir que sou terra, cansada terra*” (p.13). Mais adiante: “*Ao cabo dos anos, observei que a beleza, como a felicidade, é freqüente... Seria muito raro que este livro não entesourasse uma só linha secreta, digna de acompanhar-te até o final...*” (pp.13 e 13) E, desmentindo sua advertência inicial, Borges nos oferece, a seguir, uma coletânea de quarenta textos cheios de fogo, ar, água e terra, chamada *Os Conjurados*.

Embora, às vezes, algumas realidades de nossa cultura ou de nossas instituições façam nos sentirmos cansada terra de cem anos, o trabalho com a fantasia inconsciente nos proporciona, com certa freqüência, momentos de beleza e felicidade. O exame da fantasia inconsciente que entesoura infinitas linhas secretas e seu desvelar compartilhado com nossos pacientes mantém, alimenta e fecunda o incomparável fascínio da psicanálise. □

Referências

- BION, W.R. (1961). *Experience in Groups*. New York: Basic Books.
BLOOM, H. (1994). *The Western Canon*. New York: Harcourt Brace.
BORGES, J.L. (1995). *Los Conjurados*. Madrid: Alianza.
EIZIRIK, C. L. (1997). Psychoanalysis and Culture: Some Contemporary Challenges. *Int. J. Psychoanal.* 78:789-800.
FREUD, S. (1921). Group psychology and the analysis of the ego. *S. E.* 18: 65-143.
KERNBERG, O. (1998). *Comunicação pessoal*.
L'Événement du Jeudi (2000), n.14, 17 au 23 février.
ROCHA BARROS, E. (1998). Entrevista. *Revista de Psicanálise da SPPA*, vol. V, n. 2
SCHÜLLER, D. (1999). Introdução. In: *Joyce, J. Finnegans Wakes/ Finnicus Revém*. Livro I. Porto Alegre: Ateliê Editorial.
Special Issue. *Time*. (1999) March, 29.

Cláudio Laks Eizirik

Marquês do Pombal, 783/307
90540-001 – Porto Alegre – RS – Brasil
E-mail: ceizirik@ez-poa.com.br

© Revista de Psicanálise – SPPA





Atenção montador
a página **100** é branca





Considerações sobre o caráter onírico da narrativa joyceana

Donaldo Schüler, Porto Alegre*



* Escritor. Doutor em Letras.

Revista de Psicanálise, Vol. VII, Nº 1, abril 2000 □ 101





Para compreender o século XX, teríamos que considerar o conjunto das transformações que se operaram neste século e o modo como se relacionam. Mereceriam atenção a filosofia de Nietzsche, a pintura de Salvador Dalí, o cinema, a música serial, Marx, Freud, Jakobson, Lévi-Strauss, a teoria do caos, os fractais, o hipertexto...

Para não incidir em generalidades, centramos a reflexão em um dos monumentos que definem o século XX, o *Finnegans Wake*, de Joyce. Apanharemos alguns aspectos do caráter nebuloso, vago, onírico do segundo capítulo de *Finnegans Wake* que o distanciam do romance da prosa documental do século XIX. Estudos nos diferentes campos do saber e das artes poderão oferecer-nos um panorama da época em que nasceu e se desenvolveu a psicanálise.

A pergunta pela origem (*gênesis*), que abre o segundo capítulo, parodia o *Gênesis* bíblico. Neste havia uma voz definida, a do criador, garantia da objetividade do mundo. A voz criadora e seus atos antecedem o nascimento do homem. Ao abrir os olhos, Adão depara-se com um universo pronto, entregue a seus cuidados. O mundo abre-se em cenário para suas ações. A perspectiva do narrador de *Finnegans Wake* é outra. Desamparado de voz criadora, freqüenta mundos estranhos. As trevas se adensam à medida que mergulha nas origens. Nomes há, mas não se sabe a que se prendem. Fora de dicionários, de gramáticas, de frases que lhes fixem o lugar, nomes vagam como coisas, como fragmentos de coisas.

O *Talmud* judaico comenta o *Pentateuco*, que inclui o *Gênesis*. Se o *Gênesis* já se distancia dos fatos, a interpretação talmúdica, o texto que reflete sobre outro texto, estabelece distância ainda maior. Que dizer de *Dumlat*, *Talmud* lido da direita para a esquerda? Do *Gênesis* ao *Talmud*, ao *Dumlat*, ao *Finnegans Wake*, saltamos de texto a texto em gradativa perda da referencialidade. A prática discursiva constrói cadeias sígnicas em busca de novos sentidos.

A nomeação adâmica e esta! A primeira: precisa, luminosa, fixa, de quem sabe. Esta: fluida, flexível, flácida, flébil. Contaminada pela morte. De quem sabe que não se entra duas vezes no mesmo rio. O nome define o indivíduo, o indivíduo se define no nome. Penso em nomes próprios. O nome próprio, por compreender um só indivíduo, insere-o na sociedade, no tempo e no espaço. Dos portadores de nomes próprios sabe-se quando nasceram e quando morreram. Não saber com exatidão a data do nascimento ou da morte inquieta. O nome comum, que designa indivíduos da mesma espécie, pode abarcar milhões. *Finnegans Wake*, na tendência de converter nomes próprios em comuns, imprecisa a abrangência dos nomes. A modificação do nome dá-lhe, entretanto, oportunidade de peculiarizar a ação. É como se o fluir em que estamos inseridos devesse afetar os nomes. Sendo fluido o que se nomeia, nomes





próprios e comuns encontram-se na confluência do geral e do particular. O Adão bíblico deu nomes aos seres, e Deus os sancionou. O resultado foi um mundo fixo. Em *Finnegans Wake*, nomear é renomear, processo sem fim.

O mundo se apresenta como grande sala de espetáculos. Somos atores e espectadores, vemos e somos vistos, falamos e somos ouvidos. Alteram-se títulos, grupos e personagens, mas o enredo é sempre o mesmo. Poucos são os actantes (pai, mãe, filhos, filha, cronistas, fregueses), os atores é que são inumeráveis. O narrador espera que reconheçamos os actantes em cada um deles. Indagar eruditamente pelas origens não é tudo. A origem presentifica-se também no que vemos. Seja a aparência inconsistente, inconsistente, fluida, HCE se apresenta, entretanto, no presente. Ele é nosso Napoleão. Não nos limitemos aos três imperadores que com este nome se sucederam na França com atuação mais e menos ampla na Europa, na América e em outros continentes. Pensemos num Napoleão – esqueçamos os históricos, o I, o II e o III – pensemos num Napoleão eNésimo, símbolo de todos os que em qualquer setor, lugar e época mandam, e veremos HCE atuante. Observamos Napoleão e sentimos Napoleão em nós. Documentos falsos não há. Todos falam do nosso ancestral comum. As diferenças são apenas tópicas. Os abrigos podem ser guardados no vestiário. As pessoas distribuem-se pelos diversos ambientes em que se divide o prédio. A diversidade não rompe a catolicidade, a reunião do que é diverso num corpo só. Também os que conversam no hall participam do todo. Tudo é vago. *Nightpots* (vasos noturnos), memória que guarda inquietantes experiências noturnas, transformam-se em *nightplots*, *varsos nocturvos* (o noturno é turvo), narrativas da manhã. Processo lento, nebuloso, confuso, expresso no palavreado do narrador.

Lilith, a misteriosa companheira de Adão, ausente no *Gênesis*, mas discutida na literatura rabínica, devolve-nos ao Jardim do Éden. Intérpretes judeus do primeiro livro da *Bíblia* vêem várias fases na formação de Adão. Na primeira aparece um Adão andrógino, a segunda corresponderia a um Adão zoofílico que, embora conheça os animais, não se reconhece em nenhum deles. Lilith, a Lua Negra, com características animais e diabólicas, aparece na tarde de sexta-feira, já contaminada pela noite. Desprezada por Adão, o criador lhe dá, enfim, Eva, que Adão reconhece como igual. Lilith permanece, entretanto, como sedução diabólica, temida e desejada. Nietzsche evoca Lilith ao recordar a prostituta que o contaminou quando jovem. Na reelaboração joyceana do mito, aventa-se a hipótese de as duas moças do parque se reduzirem a Lilith. Desdobrada em duas, Lilith reúne a Fauna e a Flora (*Faun and Flora*), a pureza e a corrupção, este e oeste. *Não podemos passar sem elas*, diz o narrador. Lilith é a sombra, o interdito, o reprimido a povoar os sonhos. Sedução e sentimentos de culpa provocados por ela marcam HCE e a humanidade.

A conversa sobre Lilith se dá longe das esposas, de homem a homem. A espo-





Donaldo Schüler

sa (Eva) encarna a ordem. Visto que Lilith ameaça a ordem, Eva e Lilith se repelem. Lilith contamina os machos e os empurra doentes para as sombras (*malers abushed keep black, keep black – black se sobrepõe a back*). O parágrafo em que se fala de Lilith – vil, velada – é exemplarmente obscuro, contém palavras truncadas de uma língua artificial (*vollapluck*).

Diz o texto que havia um certo *quidam* (um fulano) em outros tempos (*quondam*), um *Cad*. Quem é ele? Um jovem oficial (do francês, *cadet*), um representante da nova geração, hostil à anterior? Não desprezemos hipóteses. Não procuremos reduzi-las a uma só. Nem nos apressemos. Ainda nos restam centenas de páginas prenhes de pistas. Estejamos advertidos, no entanto, de que, em lugar da síntese, derivaremos ao inumerável. O que é *pipe*? É o objeto que o cadete porta? É flauta, cachimbo ou arma? É flauta, cachimbo e arma, além de outras acepções que o vocábulo suscite. Se vemos no objeto cilíndrico uma flauta, temos no cadete um bardo. Se *pipe* nos inclina a cachimbo, o cadete assumirá feições de investigador. Se queremos que *pipe* seja arma, o cadete aparecerá como agressor. Não custa convir que o cadete seja tudo isso e muito mais.

Estamos no parque. Em que parque? Os planos se sobrepõem como nas pinturas de Salvador Dali. Incidentes do passado mítico se misturam com acidentes da vida cotidiana. Helênica esta narrativa não é. Será hebraica? A indefinição hebraica, afetada, de fato, pelo infinito, avança até às concepções cosmológicas de Giordano Bruno, caro a Joyce. A assistência divina, que dava consistência aos fatos bíblicos, está perdida. Conseqüência: aparições diabólicas indefinidas, questões desconcertantes. O estranho vem com ares luciferinos.

O cadete, ao se aproximar de HCE, pergunta-lhe as horas. Ainda que banal, a abordagem deixa HCE atônito. Por quê? A que horas no cronômetro cósmico estamos? Encontramo-nos, ademais, simultaneamente em vários períodos. Os estratos temporais se embaralham.

Reflitamos sobre o tempo. Na antigüidade grega o tempo era medido pelos astros. Proverbial é a Aurora dos dedos de rosa que na *Odisséia* anuncia o dia. A ação heróica é delimitada pelo nascer e o pôr-do-sol. O que cabe no percurso solar é muito variado. A ação de alguns dias exige centenas de versos, o poeta resume outros em poucas palavras.

A tragédia grega mantém-se na tradição homérica, concentra a ação no período iluminado pelo sol. Como a noite corta a atividade, a tragédia costuma comprimir o que se passa no palco no espaço compreendido entre um e outro crepúsculo. Mensagens, conversas e debates ficam encarregados de recuperar acontecimentos distantes para aclarar o que se passa aos olhos do espectador.

Para Aristóteles, o tempo é medido pelo movimento da esfera em que estão





incrustados os astros. Habitado a refletir no que se mantém dentro de limites, considera a tragédia, em virtude da concentração temporal, mais perfeita que a epopéia.

Nas reflexões de Santo Agostinho, o tempo físico, como o concebiam os gregos, some. Não se pode, pensa, atribuir ser ao tempo, pois o futuro ainda não é e o passado já não é. Resta considerar passado e futuro como aspectos do presente. A falta de ser não isenta o presente. No momento em que pretendemos apanhá-lo, ele já não é. Interiorizado, o tempo vive como memória e como expectativa.

Na tradição agostiniana, Kant define tempo e espaço como formas do conhecimento. Por exigência do seu próprio modo de ver, o homem temporaliza e espacializa o percebido. O tempo sustenta intuições. Não é derivado da experiência, mas só na experiência o tempo aparece. Declara-o *a priori*.

Bergson, contemporâneo de Joyce, denuncia a inteligência científica como falseadora da realidade por distribuir em unidades espaciais o que de fato é contínuo. Tempo real é o da duração real.

Entenda-se, nessa divergência de concepções temporais, a perplexidade de HCE diante do desejo do estranho de situar-se no tempo. Uma pergunta banal desencadeia reações imprevisíveis numa inteligência minada pela dúvida.

Tentemos entender a reação de Lacrainha por outra via. Como Earwicker (associemos ao nome a palavra alemã *Wecker*, despertador), HCE é o próprio tempo. Sendo fonte do saber cronológico, dele é a função de despertar. HCE mostra-se, entretanto, mais complexo. Vela e desvela. Produz e se encerra em larga e longa letargia. Agredido pela pergunta, responde, mas fornece informação incerta. As badaladas foram doze? A afirmação é dele. Por quê? Ele as contou? Deseja enganar? Não sabe? Sabe imprecisamente? Está perturbado? Brumas diurnas, noturnas. Bradam, britam, brotam. Brumas de mitos e ditos. Névoas de névoas voam, nadam, lutam nutam. Sejam os motivos quais forem. Não haverá nunca coincidência entre pergunta e resposta. Toda resposta encerra reserva inesgotável de silêncio. Quem responde cai, quem revela erra. Toda pergunta, por ser irrespondível, agride, desestabiliza, fere. Nenhuma resposta é inocente, explode como uma granada (*shrapnel*), abriga em seu bojo esferas mortíferas. A resposta, em vez de aquietar, suscita outras perguntas, inquieta. A guerra desencadeada pela troca de perguntas e respostas não tem fim. A pergunta é uma arma contra a qual não há defesa. HCE sai ferido. Da chaga escorre o sangue que humaniza, fecunda. Cad poderia ser máscara mítica de Ra, o deus Sol egípcio. As horas lhe interessam por orientar as divisões do dia e por se dirigir à sua própria extinção à noite.

HCE, desprendendo-se de precisões objetivas, afunda-se em conflitos interiores. Não cabe perguntar se o estranho tinha ares agressivos, se portava arma. O narrador focaliza o que HCE sentiu. O relato se atém à interpretação de signos verbais e





Donaldo Schüler

visuais, não ao fato em si. HCE avaliou a importância letal (*nexally*) da pergunta noturna (*noxally*). Sentindo que o tempo mina a vida, a imaginação encarrega-se de dramatizar o incidente com gestos de agressão e armas. O estampido da pergunta desencadeia associações noturnas: a idéia da morte, da punição. A acusação não vem de fora. A aproximação do jovem, entendida como agressão, desestabiliza. À agressão, HCE responde agressivamente, consulta o relógio como se lançasse mão de uma granada.

O estranho vem com características satânicas. Não que ele as traga objetivamente. O diabo bíblico tem a função de denunciar. Leva ao supremo Juiz denúncias até contra o justo Jó. Sentindo-se culpado, HCE cria o antagonista. A pergunta do estranho soa-lhe como pergunta de juiz. Como a resposta pode incriminar o interrogado, concentram-se no estranho os papéis de assassino, juiz e algoz.

Pode-se entender o estranho como um dos filhos de HCE? Por que não, se foi ele quem o gerou? O estranho é um dos filhos ou é uma síntese de ambos? Como agressor, o estranho é Shem (réprobo, diabólico). Como divulgador, o estranho é Shaun. Em ambos os casos, o estranho lembra o Cam bíblico, o filho que descobre a nudez do pai e a divulga. O estranho sai das brumas do sonho, entra sorratamente no jardim e como a serpente edênica provoca a queda.

Sentindo-se culpado e como não conta com ninguém que o defenda, HCE se defende a si próprio. O estranho é suficientemente sagaz para perceber sob a defesa o reconhecimento da culpa. Culpa do quê? Não do ato, ver o que viu, mas do sentimento provocado pela visão: a atração. A visão o chama para fora de si, apresentando-lhe como atrativo algo que não seja ele mesmo. Atos punitivos podem ser o produto da insatisfação do culpado consigo mesmo. Ao andrógino não faltava nada. O Adão seduzido por fêmeas zoomórficas ou por Lilith já não é auto-suficiente. A sedução abre ferida mortal em quem se quer pleno. Dói-lhe o golpe desferido contra a plenitude narcísica.

A defesa desgraça Earwicker (Lacrainha). O mundo interior se sobrepõe ao exterior. O sentimento de culpa não é necessariamente resultado de uma infração. Ao contrário do que se verifica no conto popular (Propp), há em *Finnegans Wake* consequências sem causa definida. Suponhamos que o sentimento de culpa tenha produzido o crime, o acusador, o tribunal, o juiz.

A falta que inquieta Lacrainha aconteceu antes. Forças que não sabe dominar o levam ao lugar em que sentiu momentos de angústia e de prazer. Isso afeta a narrativa. Versão modificada da cena do parque já tivemos no episódio da Princepaquera no capítulo primeiro. E muitas outras nos serão oferecidas.

O conflito interior perturba a visão de Lacrainha. Aos olhos dele, o estranho se apresenta como *carryin a overgoat under his schulder – com a capra às custas*





(35.13). Em *overgoat* aparecem sobrepostos: *coat* (abrigo) *goat* (bode, cabra) e *God* (Deus). Nossa proposta de tradução é *capra* (capa + cabra). Em *schulder*, combinam-se *shoulder* (costas) e *Schuld* (culpa em alemão). Fundimos costas e custas em português. Como se vê, HCE projeta sobre o estranho suas próprias inquietações. Deposita a culpa, parte dela, nas costas dele. Um dos primeiros ensaios da iconografia cristã mostra Cristo com um cordeiro às costas. Provido de uma capa de cabra, o jovem se *cristifica*. Como tal, ele reflete a imagem do bode expiatório, o que lhe dá características divinas. Eu e outro, fora e dentro, acusado e acusador já não se distinguem. O texto visualiza os torvelinhos que rodopiam no peito de Lacrainha. Para a consciência culpada, cada palavra é denúncia, até a consulta inocente.

O estranho, bode expiatório e sacerdote que empunha a arma do sacrifício (agressor), adquire feições de confessor. O confessor é aquele sobre quem é depositada a culpa a ser levada para longe e extinta. O estranho é bode expiatório, sacerdote e confessor conforme as exigências do culpado.

A perturbação emocional de Earwicker está expressa no seu tartamudear. Elege para local de juramento a estátua de Wellington, que se ergue em rigidez fálica no parque da queda. O caráter dúbio do general que derrotou Napoleão já foi demonstrado. Sendo Earwicker como Wellington uma das manifestações de HCE, Earwicker, ao jurar, não sai de si mesmo. Não há autoridade a invocar além da sua. Ele é o seu próprio monumento para a perda e para a redenção.

A experiência onírica passa pela elaboração literária de Swift e de Stern. Este último, um dos autores freqüentados por Machado, praticou a análise interior (*check-self*). A literatura deforma, embora esplenda como meio adequado para preservar o que de outra forma estaria perdido. Que saberíamos dos conflitos das origens, se textos não falassem de Adão, de Eva, de Lilith, dos filhos do casal edênico, de Noé com sua família, salvos do dilúvio universal? O que se passou no parque é agora posto debaixo do nariz (*nose* em *diagnosing*) a fim de que seja detidamente examinado para se chegar a um diagnóstico. Literatura é conhecimento (gnose). Não se exija dela fidelidade a fatos, pois o que ela tem a oferecer são verdades humanas.

O estranho, chamado agora de Gil Pasma (*Gaping Gil*), ganha ares de escritor, de investigador com a atenção voltada a erros alheios (*errthors*: errors + others). O que Gil Pasma ouviu no parque é posto debaixo do nariz (*diagnosing*) para ser detidamente examinado. A informação acústica passa pela trompa de Eustáquio, conduto que une os ouvidos ao nariz. Entre parênteses fazem-se considerações sobre o homem de Heidelberg, o homem da razão universitária, de quem descendemos. Os filhos do homem de Heidelberg, graças à hipófise pituitária – que, entre outras funções, controla o crescimento – já saíram da puberdade, embora ainda não se tenham desprendido da ética do homem da caverna. Aproximemos do nariz a palavra





Donaldo Schüler

mannleich, composta de dois substantivos alemães: *Mann* (homem) e *Leiche* (cadáver humano). Parricidas assassina o homem de Heidelberg para se reconciliarem com os sentidos, a que a razão universitária voltou as costas. Caim, que surpreendeu o pai ébrio e nu, simboliza os parricidas, agressores de HCE, personificado em homem de Heidelberg. Entramos na ambigüidade da linguagem e do comportamento humano. O modo cortês com que o jovem se despede do homem idoso oculta sentimentos hostis.

As características diabólicas do estranho se evidenciam em sua familiaridade com a morte e os mortos. O *Taskmaster* (36.27) do parágrafo anterior converte-se em *Tyskminister* (37.8). *Tysk*, alemão em dinamarquês, deixa-nos nas imediações do homem de Heidelberg. Alargam-se as oposições: deus – diabo, vida racional – vida carnal, homem antigo – homem novo, pai – filho. No campo de luta disseminam-se cadáveres que fecundam a terra para regenerar a vida.

Não se exclui a luta literária. Se *ildiot* acoberta Eliot, feita está a denúncia ao autor de *The Waste Land*, cujos recursos teriam sido roubados de Joyce. Se assim é, Joyce comparece como pai, vítima de parricídio. O parricídio alimenta, fecunda, movimenta a literatura e a história.

A imunda boataria sobre a confissão de HCE no parque faz-se canção. Quem é o autor? Dentre prováveis autores, soam os nomes de Vico, Dublin, Finn. O narrador pronuncia-se por Husty, nome que não exclui ninguém. Husty compôs um *rann*, antiga poesia céltica de caráter satírico, que abalava até a segurança dos nobres. *Rann* é ainda uma ave canora, um trogloditídeo (escreve-se *wren*, mas lê-se *rann*, grafado assim por Joyce).

Meninos costumavam sacrificar um *wren* no dia de São Estêvão para ser conduzido numa vara pelo povoado. Como na ave sacrificada se depositavam as culpas dos homens, o trogloditídeo encarna HCE, o bode expiatório. Por coincidência, no folclore brasileiro, o uirapuru, um trogloditídeo que, depois de sacrificado e preparado pelo pajé, é usado como talismã para trazer fortuna e felicidade aos que o buscam.

O capítulo começou com a gênese do nome e termina em canção. Entre esses extremos avança o processo da produção. Hosty lança-se no abismo de si mesmo, sem fundo, rumo ao silêncio, rumo à matriz de tudo o que se diz, conduzido pela vocação do vácuo. Na queda amparam-no palavras. Florestas de palavras. Na floresta medra *Finnegans Wake*. Sem palavras já teríamos alcançado o fim. A canção é uma etapa próxima ao início da queda. Criação é queda. *O felix culpa!*

Houve época (veja-se a epopéia homérica) em que a memória externa, representada pela voz dos aedos amparados pelas musas, soava reveladora, emergia como a própria expressão da verdade. A balada de Estour A. Tim Pano se distancia dessas comunidades venturosas, animadas por latrias aos antepassados, modelos de feitos





Considerações sobre o caráter onírico da narrativa joyceana

ousados. Em lugar de palavras autorizadas, temos boatos e cantos construídos sobre boatos. Sem emissor definido, o boato, que vem de todos e de ninguém em particular, assemelha-se ao nevoeiro. Fantasmagóricos são os corpos, os dos acusadores e o do acusado, como se ainda não existissem ou nunca tivessem existido. O boato não se fundamenta em lei, não comove o tribunal, não cultiva denúncia clara. A morte extinguiu protagonista e boateiros. Resta o boato, barreira entre a vida e a morte, *mistificação da visibilidade*, névoa e único lugar de acesso. O boato proíbe enxergar o fato.

Estamos na caverna (boatos, sono, sonho e morte), território do *varso nocturno* (*nightplot*), substituto da memória. Embora Platão indigitasse como imperfeito nosso instrumento de comunicação, construía diálogos destinados a desativar noções vagas. Os textos platônicos combatem sombras. Em *Finnegans Wake* sombra é tudo. Sombra de sombras. Discursos sobre discursos, corrosão da visibilidade. □

Donaldo Schüler

Rua Congo, 270
91380-070 – Porto Alegre – RS – Brasil

© Revista de Psicanálise – SPPA



Atenção montador
a página **110** é branca





Freud e a cultura ou em busca de uma certa racionalidade...

Elias M. da Rocha Barros, São Paulo*



* Membro Efetivo da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo.

Revista de Psicanálise, Vol. VII, Nº 1, abril 2000 □ 111





A abordagem psicanalítica da mente humana está colorida pela idéia de movimento, de busca. O aparelho psíquico se constitui em resposta à pressão exercida pela pulsão, uma força que impele ininterruptamente para a ação, e que, no âmbito do mundo interno, promove a constituição de representações. Ao nível do id, o afeto é irrepresentável, ali ele existe num estado de busca de representação. (“*Il en quête de représentation*”, nos diz Green). Neste movimento de busca, o afeto se associa à representação de coisa no inconsciente e, para ser elaborado, transformado, necessita conectar-se à representação verbal e, desta forma, torna-se pensável, isto é, entra na esfera da racionalidade. Este é o modelo básico freudiano, e creio que poderia dizer que este desenho básico nunca foi negado por Klein ou Bion.

Eu diria que, metaforicamente, a temática desta reunião sobre psicanálise e cultura – e de muitas outras dedicadas a temas como psicanálise e crise, psicanálise e comunidade – é resultado de uma busca de representação consciente para sentimentos que nos tomavam sem encontrar uma visualização adequada.

Eu estou inclinado a sugerir que estamos respondendo a alguns sinais prevalentes na cultura contemporânea e suas implicações para a própria concepção de psicanálise que poderiam ser sumarizados como constituídos pelas seguintes características, entre outras: um predomínio da irracionalidade que assume diversos disfarces para torná-la mais palatável, tais como um ataque ao universalismo do conhecimento em favor de um particularismo, por exemplo, tudo é relativo, cada caso é um caso, todo conhecimento é subjetivo, nada pode ser provado objetivamente), um ataque sistemático a tudo que parece universal e que se opõe ao particular (por exemplo, discursos condenando o colonialismo cultural e atribuindo nosso atraso cultural e nossa tendência imitativa a formas de colonialismo cultural), um ataque sistemático a toda forma de autoridade (tudo tem que ser *re*-descoberto, *re*-criado), uma busca da satisfação imediata, da gratificação instantânea em contrapartida a compromissos mais profundos (o “ficar” entre adolescentes mais e mais ocupa o lugar do “namoro”, o “team work” substitui, apresentado como a contrapartida moderna, o trabalho individual; tudo aquilo que é rotineiro torna-se objeto de desqualificação, na empresa moderna, a boa aparência, a juventude, a ousadia fazem com que a experiência acumulada durante toda uma vida passe a ser vista como um obstáculo ao desenvolvimento), em suma, as relações superficiais tornam-se a característica básica da presente organização do trabalho, são valorizadas e idealizadas, sob o manto da modernidade que é atribuída ao “team work”, a globalização torna-se sinônimo de hamburger em detrimento do churrasquinho, coisa do passado, comida de caipira. No campo da psicanálise temos vários exemplos destas práticas, todas apresentadas como o supra-sumo da modernidade e do avanço do conhecimento. Por exemplo, toda ênfase





que passa a ser dada à subjetividade do analista em detrimento de uma impossibilidade de qualquer contato com qualquer objetividade. O mundo interno torna-se uma mera criação subjetiva, o significado da experiência emocional comunicada através da interpretação, que pretende ancorar-se numa certa concepção de mundo interno que assume o caráter de um mundo psíquico vivido como tendo uma existência real, é substituído por uma concepção de interpretação que passa a ter um valor pragmático. Deste ponto de vista, conceitos psicanalíticos são concebidos como metáforas úteis para descrever a realidade psíquica, mas não se referem a nada que tenha uma existência concreta vivida como tal. No contexto desta perspectiva, o discurso do paciente torna-se uma forma de narrativa, e a psicanálise passa a oferecer ao paciente uma nova narrativa que o liberta da repetitividade da narrativa prevalente e que lhe dá “mais liberdade”.

Creio que vou limitar meus exemplos aos já mencionados, pois temo que, se continuar, começarei a receber pedradas. Temo que muitos de vocês já estejam pensando: quem teve a infeliz idéia de convidar este monstro pré-histórico, este psicanalista que está defendendo idéias pré-históricas?

Em defesa do Diretor Científico da Sociedade de vocês, tenho a dizer que não estou sozinho nestas críticas e que eu os adverti desde o início que a irracionalidade assumia disfarces plausíveis. E são plausíveis, porque cada um destes exemplos contém uma certa dose de verdade. O irracional assenta-se no constructo que existe por trás de cada uma destas concepções e não nas frases que as expressam.

Como testemunhas de defesa do Diretor Científico e para salvar a minha pele e minha reputação, gostaria de convocar, no terreno da psicanálise, Marcia Cavels, Jorge Ahumada, Glen Gabbard, David Bell, Otto Kernberg e André Green, que sistematicamente têm-se dedicado a criticar estas posições. No terreno da sociologia, convocaria Antony Giddens, Michel Rustim, Richard Sennet, no terreno da Business Administration convocaria, além de Sennet, Mark Granovetter, que diz que, nas modernas redes sociais institucionais, predominam as “forças das ligações sociais frágeis”, como no “team work”, voltado apenas para a consecução de tarefas específicas. No terreno da filosofia, chamaria em minha defesa Sérgio Rouanet e Roger Scrutton, José Artur Gianotti e mais alguns teóricos que vêm dedicando suas vidas a denunciar a sociedade do espetáculo.

Limito-me a estes nomes e não aprofundarei os detalhes desta análise, porque meu interesse não é o de defender-me, mas sim de convidá-los ao debate, aprofundar as controvérsias. Enfatizo que, quando falo em controvérsias, minha intenção não é a de resolvê-las, mas de aprofundá-las. Sou de opinião que um autor se constitui como tal não pelas respostas que dá aos problemas aos quais se dirige, mas pela problemática que cria, que traz à luz. Não importa saber se as respostas dadas por Melanie





Klein são as mais corretas, não é por suas respostas que ela se constitui como autora, mas pela problemática que ela levanta, que, depois de levantada, nunca mais poderá ser esquecida por qualquer outro autor.

Gostaria de ilustrar meu ponto de vista citando o seguinte texto: “*Ocorreu em nossos países uma nova forma de colonialismo, com a importação de uma cultura alheia à nossa própria região {...} [Cumprir] avaliar criticamente os elementos culturais alheios que se pretendem impor do exterior. O desenvolvimento [...] corresponde a uma matriz endógena, gerada em nossas próprias sociedades, e que portanto não é possível importar [...] Precisamos levar sempre em conta os traços culturais que nos caracterizam, que não alimentam a busca de soluções endógenas, que nem sempre têm por que coincidir com as do mundo altamente industrializado.*” (Os grifos são meus)

Esta passagem mencionada por Sergio Paulo Rouanet (1993), filósofo e ensaísta brasileiro preocupado com os rumos da cultura e com o significado da modernidade em nossa civilização latino-americana, foi retirado de uma resolução aprovada por um grupo de intelectuais latino-americanos reunidos na Guatemala em preparação para a III Conferência de Cúpula da região a realizar-se em El Salvador.

Essas idéias expressas nesta resolução podem ser aplicadas à nossa produção cultural psicanalítica? Poderia nosso descontentamento com nossa produção psicanalítica ser melhor entendido, se examinássemos como a questão do nosso desenvolvimento cultural está expressa na resolução da Guatemala?

Embora todos os intelectuais latino-americanos possam concordar com o comentário “*Precisamos levar sempre em conta os traços culturais que nos caracterizam, que não alimentam a busca de soluções endógenas, que nem sempre têm por que coincidir com as do mundo altamente industrializado*”, eu ainda questionaria a visão que sustenta que nossa falta de originalidade é fruto de uma cultura colonizada.

A existência, na América Latina, de um mal-estar com relação à nossa produção psicanalítica que é caracterizada como sendo fruto de imitação e mera cópia de idéias européias, especialmente britânicas e francesas, equivale a um diagnóstico que aparece em nossas reuniões científicas e que se assemelha muito à conclusão do simpósio da Guatemala.

Nossa produção é cópia da européia? Se constatarmos que sim, isto seria resultante de uma mentalidade colonizada? Quais os fatores que dificultam (ou impedem) o desenvolvimento de um pensamento psicanalítico distinto do europeu?

A ideologia do nacionalismo cultural contém, a meu ver, uma série de proposições implícitas que me parecem discutíveis. Sugere, por exemplo, que a falta de produção psicanalítica local e de reconhecimento externo pela pouca existente não é algo interno a nossas culturas e nada tem a ver com relações de poder geradas e





mantidas em nossas sociedades latino-americanas, mas é deslocada para um conflito com uma entidade externa.

A teoria que sugere a existência de uma oposição entre cultura colonizadora e cultura colonizada adota, implicitamente, uma perspectiva a-histórica para abordar o problema. A meu ver esta postura ideológica empobrece a análise da situação com a qual nos defrontamos.

O discurso do nacionalismo cultural tem um significado diferente no século XIX, nos períodos prévio e posterior aos processos de independência das nações latino-americanas, quando era necessário forjar uma identidade nacional num universo dominado por populações pertencentes a várias etnias e proveniente de meios sociais muito diversos.

Este mesmo discurso, no momento atual, me parece deslocado, na medida em que encobre uma outra questão mais central como procurarei sugerir.

Proponho que partamos de uma outra perspectiva para considerar a problemática da chamada importação de pensamento psicanalítico, que, por ser supostamente importado, nos transforma em meros imitadores, de um outro ângulo.

Sugiro que o mal-estar do qual sofremos poderá ser melhor compreendido a partir da análise de como as sociedades de consumo tratam o conhecimento original. A partir daqui passo a me utilizar da análise de Alfredo Bosi (1992) em relação à questão cultural.

A este respeito diz Bosi (1992): “A mudança de um pensamento inovador em linguagem esquemática, abstrata, e satisfeita de si mesma, é um dos problemas mais angustiantes da difusão da cultura em uma sociedade de consumo. Pensadores como Adorno e Umberto Eco aprofundam o tema da institucionalização das vanguardas: a crítica se transforma em mercadoria que vira moda, e é diluída pelo abuso verbal, integrando-se afinal na boa consciência dos bens pensantes... perdendo, enfim, o alvo modificador do status quo” (p.317).

Gostaria de problematizar alguns pressupostos que estão contidos no tema proposto para este trabalho para o qual fui convidado e relacioná-lo com o mal-estar presente na América Latina em relação à sua produção intelectual e, mais especificamente, com o pensamento psicanalítico.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para examinar a maneira como a resolução tomada na Guatemala equaciona o problema de nossas limitações culturais, tomando como caso particular a relação de nosso pensamento psicanalítico com os centros produtores de modelos conceituais.

Penso que não podemos ignorar as circunstâncias que presidem a introdução, assimilação e desenvolvimento do pensamento europeu em nossa região e na própria Europa. Particularmente na França e na Inglaterra, introduz um viés a-histórico que





nos impede de entender as características de nossa produção (ou ausência de produção) local.

Esta abordagem a-histórica não me parece casual. Estou sugerindo que o a-historicismo é uma das características que marca nossa maneira de assimilar e nossa maneira de nos relacionarmos com o conhecimento produzido nos centros mais avançados geradores de modelos conceituais. E é também responsável pela falta de percepção que temos daquilo que é novo e gerado entre nós. O a-historicismo nos bloqueia nas duas direções e é próprio da sociedade de consumo. Perdemos nosso contacto com nossa história cultural, com a idéia de processo.

É diferente consumir um hambúrguer, contextualizando-o como uma iguaria folclórica, que caracteriza a cultura norte-americana, que pode até ser muito gostoso e que se insere numa determinada época da história dos Estados Unidos, ou consumi-lo a-historicamente como um progresso em relação ao nosso churrasquinho. No primeiro caso estaríamos saboreando um pedaço de uma história, compreendendo um tempo que já se foi e sua transformação num eterno presente. Através do hambúrguer que já não se chama mais hambúrguer, mas MacDonalD, poderíamos compreender como opera a sociedade de consumo, como ocorre o progresso humano, como a humanidade se apropria de um passado idealizado e, ao mesmo tempo, consumirmos algo gostoso. No segundo caso, estaríamos apenas nos tornando norte-americanos, assumindo uma identidade que nos glorifica e permite que triunfemos sobre os “brasileiros”, que, como sabemos, são um povo atrasado.

Gostaria de retornar à perspectiva proposta por A. Bosi para analisar a questão da polaridade entre produção criativa de idéias originais e imitação.

As sociedades de consumo tendem a simplificar brutalmente o conhecimento acadêmico, transformando-o rapidamente em técnicas de uso rotineiro prontas para serem consumidas, e este tratamento o distancia dos esquemas conceituais que o geraram e serviram de fonte de inspiração. Neste contexto, grupos tornam-se proprietários de certas idéias psicanalíticas, que são simplificadas pelo uso a que estão submetidas e servem para instituir e legitimar seu domínio, segregando grande parte da comunidade psicanalítica do acesso às formas mais avançadas da produção psicanalítica inovadora. Idéias e teorias tornam-se simplificações, meras técnicas a serem aplicadas e, naturalmente, os setores segregados tendem a ver as idéias provenientes de outros centros culturais utilizadas desta maneira como exóticas e *alheias ao nosso meio*.

Por exemplo, a teoria da identificação projetiva e sua fenomenologia inspirou as pesquisas kleinianas nos últimos anos e contém um enorme potencial de gerar novos conhecimentos e avanços na técnica psicanalítica. No entanto, quando esta se torna uma *griffe* a ser oferecida para consumo e passa a legitimar o poder de um setor





de uma sociedade psicanalítica, ela passa a instrumento de dominação. Neste contexto é natural que a comunidade submetida e excluída da reflexão que gera a teoria da identificação projetiva tenda a se voltar contra a corrente que é caracterizada por esta teoria (no caso a kleiniana) e contra seu local de origem que passa a ser visto como colonizador. Ao grupo dominante interessa manter a idéia de que a verdadeira oposição se dá entre sociedade colonizada e sociedade colonizadora, pois desta forma se protege de ser responsabilizado pela paralisia do pensamento que toma conta dos setores submetidos. Neste caso não é a teoria da identificação projetiva que coloniza, mas seu uso. Por outro lado, os centros mais avançados e geradores de teorias raramente fazem algo para destruir a idealização da qual são objeto, pois não se interessam pelos rumos do conhecimento por eles gerados na América Latina.

Bosi (1992) comenta: *“Pode acontecer que idéias e correntes de opinião, nascidas fora da nação dependente, se enxertem em situações carentes de modelos conceituais. À medida que estas idéias vão sendo adaptadas ao movimento que as acolheu e as solicitou, a mundialização da cultura toma formas novas e singulares. [...] As idéias trazidas de fora deixam de ser inertes dependendo da correlação oportuna de forças que as adotou. Filtradas por novos receptores, passam a animar, às vezes por longo tempo, as instituições que nelas se inspiram”* (p.364).

Luiz Meyer (1991) faz uma rica análise das condições na quais podemos perder ou ganhar originalidade com a adoção de modelos conceituais gerados fora de nossa cultura. Sua análise baseia-se na noção de estilo. Estilo é definido como “o aspecto constante da forma de expressão de um indivíduo ou grupo” (p.333).

Diz ainda o autor: *“Dissemos (acima) que o confronto ou contravenção se dá contra uma forma canônica; que não é porém neutra ou vazia. Deste modo a oposição criada funciona como tentativa de desvelar o que o objeto original ainda conserva de latentemente expressivo: mais de um pensador pode pensar (e diferentemente) o mesmo pensamento.”*

“A contravenção, o desvio, não podem entretanto ser gratuitos. Não é suficiente alardearmos a posse de vasto repertório de idéias originalíssimas: é preciso articulá-las como linguagem, ou melhor, torná-las linguagem organizada que possa ser contrastada com aquela já existente e atuante no sistema expressivo. Isto implica em acuidade perceptiva, isto é, não só em conhecimento daquilo que impulsionou a transgressão, mas implica, e basicamente, na capacidade de captar a inteligibilidade do sistema contra o qual a contravenção tornou-se necessária” (p.335).

Este processo de captação e de decantação das fontes de inspiração dos modelos conceituais ocorreu em alguns países da América Latina e não ocorreu em outros. Nos centros onde houve uma metabolização dos modelos conceituais originais, criou-se um espaço para a geração de um pensamento original.





Negar o aporte dos modelos conceituais gerados fora da América Latina implica a negação do caráter universal do conhecimento e da razão, uma das idéias mais inspiradas do iluminismo.

Rouanet (1993), comentando os dissabores pelos quais passa a razão, usa a metáfora de uma excursão que a coruja, símbolo da razão iluminista, decide fazer pelo mundo e diz que, se ela lhe pedisse sua opinião, desaconselharia a viagem. Diria, em resumo: “*que em toda a parte ela está sendo acusada de ser um pássaro etnocêntrico, que quer transferir para o mundo inteiro hábitos que só valem nos bosques europeus, é um pássaro totalitário, que quer impor seus pios crepusculares a todo o resto da floresta, silenciando os gorgeios polifônicos que vêm de centenas de pássaros diversos, cada um com suas cordas vocais próprias, com sua plumagem inconfundível e com seus ritos amorosos característicos*” (p.46).

A postura radical contra toda e qualquer imitação que transforma a busca da originalidade num dever ignora que, sem imitação e aprofundamento contínuo de uma tradição, não poderia existir uma cultura criativa como a européia ou norte-americana.

Em nome de uma liberdade de pensar que valoriza o espontaneísmo e confunde originalidade e criatividade, estamos arriscados a produzir o esdrúxulo e assim, em nome de uma liberdade de pensar, estaríamos nos impedindo de pensar.

A defesa da universalidade do saber psicanalítico não implica na negação da existência de problemas em relação à forma como assimilamos o conhecimento vindo de fora e nem numa recusa da existência de particularidades culturais que influenciam a maneira de pensar a psicanálise e que não podem ser ignorados. Sérvulo Figueira (1991) aponta com muita propriedade que: “[...] *as teorias psicanalíticas mais abstratas são universais, mas que as técnicas concretas sofrem o impacto das culturas locais, a elas tendo que, de um modo ou de outro, se adaptar*” (p.113).

Em muitas reuniões e fóruns analíticos dos quais tenho participado aqui e no exterior, comecei minha intervenção buscando encontrar um paradigma comum para as diversas escutas analíticas. Sabemos todos que a psicanálise não dispõe de uma teoria unificada da mente humana e, talvez, nunca venha a dispor, mas acredito que tenhamos paradigmas mínimos sobre os quais podemos concordar. São estes paradigmas que permitem o diálogo entre analistas. Analistas das mais diversas vinculações teóricas podem ser, concomitantemente, muito diferentes e muito iguais. Os analistas são diferentes como pessoas, no estilo de trabalho e nas respostas que privilegiam ângulos diferentes, quando interrogam o sujeito psíquico na tentativa de entender sua descontinuidade, mas, acredito, compartilhamos todos um paradigma mínimo comum.

Fábio Herrmann, em uma discussão propiciada pelo *Jornal de Psicanálise* de





1996, número 54, sobre o tema “Ainda Somos Freudianos?”, disse que: “*o verdadeiro problema é chegar a ser freudiano, no sentido forte do termo, ou seja, chegar a produzir psicanálise com a liberdade e amplitude que Freud produziu, é antes de tudo uma meta, não um ponto de partida. É um lugar que quero buscar, não um lugar em que se escolha permanecer; é um objetivo: chegar a ser freudiano.*” Luiz Meyer, ainda neste debate, retomou a questão do Fábio, comentando que, na filosofia, começamos com Platão, não porque seja histórico, mas porque ele deve ser problematizado e enfatiza a pergunta: “*se ainda temos com nosso objeto de trabalho esta relação ‘reinventiva’...*”, respondendo que, provavelmente, não.

Em debate do qual participei recentemente sobre a crise da psicanálise, enfatizei, seguindo de perto uma intervenção de Leo Rangel, que a psicanálise não tinha mais o caráter de conhecimento revolucionário, por não ter sido capaz de manter sua inspiração inicial e terminava o século como um campo de conhecimento carimbado como conservador, velho e pouco atraente.

Em nossa comunidade há uma abundante produção de material escrito, mas, creio que concordamos todos, muito pouco desta produção serve para criar uma *tradição de pensamento psicanalítico* e para tornar-se inspiração para o desenvolvimento de linhas de pesquisa conceitual ou clínica. Minha impressão é de que a dificuldade de se criar uma tradição investigativa em nosso meio psicanalítico se deve, entre outros fatores, a uma falta de reflexão sobre nosso paradigma psicanalítico básico. Experiência clínica tanto em termos quantitativos como em termos de variedade do tipo de paciente não nos falta.

É claro que também existem outros fatores institucionais em jogo, mas tendo a ver a falta de relação refletida destes trabalhos com os paradigmas básicos da psicanálise como fator preponderante.

Quando um pensamento se revela coerente e sua inserção em relação aos paradigmas básicos é clara, o que poderia servir de base para a constituição de uma tradição investigativa, encontra, freqüentemente, uma resistência passiva dentro da Instituição, que o desqualifica pela indiferença e, sobretudo, pelo moto “*não é suficientemente novo*”. Isto nos coloca uma questão sobre o que é o “*novo*”.

A falta de novidade com a qual certas produções são rotuladas é consequência de uma identificação clara do paradigma psicanalítico ao qual pertencem, de sua inserção clara na corrente central da produção psicanalítica mundial. Aquilo que se insere numa tradição histórica, que é contextualizado, não é novo, não é criativo. Neste contexto poderíamos nos perguntar se Picasso, se Cézanne, se Wagner eram criativos. Seguindo este critério, não, pois todos eles se inserem muito profundamente numa tradição histórica e renovam através do aprofundamento do discurso plástico ou musical já existente.





Paulo Duarte Guimarães Filho, entre nós, tem-nos chamado a atenção para um movimento espontâneo que vem ocorrendo na produção psicanalítica mundial, que consiste na constituição de certas áreas de consenso. Paulo menciona, por exemplo, o artigo de Glen Gabbard sobre contratransferência como exemplo de áreas de consenso mínimo.

Daniel Pisa, num artigo recente que trata dos entraves ao progresso da cultura e do pensamento neste fim de século, identifica no apelo desenfreado à transgressão e à contracultura um obstáculo. Ele retoma algo que Harold Bloom já havia mencionado, dizendo que, durante a última década, os departamentos de literatura das universidades americanas só tinham olhos para autores provenientes de minorias nacionais, raciais e sexuais. Teses de PHD só eram aceitas se tratassem de um autor, por exemplo, porto-riquenho, negro, gay e desconhecido. Nestas universidades, durante esta década, não se podia ouvir falar de Shakespeare, Dante, T.S. Eliot ou Henri James.

Pisa sugere que a verdadeira contracultura, não é necessariamente a cultura das minorias, mas a alta cultura, a única capaz de desafiar os preconceitos do senso comum. É no seio da alta cultura que as distinções entre baixa, alta e média cultura se dissolvem, incorporando novos recursos estéticos, venham estes de onde vierem, por onde vierem, borrando distinções de sexo, classe, lugar e hábito. O apelo, naturalmente, não é à submissão, mas a um aprofundamento de idéias que não ignore (e se situe) frente à tradição.

Antônio Cândido, em algum lugar de sua obra, comenta que o pensamento *filosófico* brasileiro será reconhecido como tal no dia em que encontrar fórum nas revistas internacionais, onde, depois de publicado, ninguém mais se lembrará de acentuar a nacionalidade do autor, que se trata, por exemplo, de uma contribuição brasileira. Ou seja, Cândido acentua o caráter universalizante da contribuição nova. A síntese feliz no terreno da psicanálise é aquela que influenciará não apenas nossa sociedade, mas todas as sociedades latino-americanas, européias e norte-americanas. No entanto, seria mais fácil nos constituirmos como uma tradição de pensamento se encontrássemos apoio local para o desenvolvimento de idéias na forma de um debate crítico que procurasse entender de que maneira nossas contribuições se relacionam com os paradigmas básicos da psicanálise. Em geral, tem acontecido precisamente o inverso. As pessoas, nossos colegas mais produtivos, são primeiro reconhecidas fora de nosso âmbito, na universidade, na comunidade, em outras sociedades e núcleos de estudo, para, somente depois, serem consideradas internamente.

Gostaria de mencionar um outro ponto correlato. Freud abordou o inconsciente irracional adotando as bases epistemológicas do iluminismo, ou seja, do racionalismo, ainda que sua contribuição verse antes de tudo sobre os aspectos não racionais





da mente. Além de racionalista, Freud foi um cosmopolita cultural, alguém que conhecia a amplitude da cultura de seu tempo, diante da qual se debruçava para digerir e transformá-la em objeto de reflexão. Este comentário tem por objetivo sugerir que, para um pensamento se desenvolver, ele necessita de um paradigma básico que o relacione com as contribuições anteriores. A contribuição, para tornar-se significativa e integrar uma tradição de pensamento, necessita conter implicitamente ou explicitamente um modelo do aparelho psíquico sobre o qual vai trabalhar. Esta necessidade é fruto de uma exigência da racionalidade que sustenta o edifício psicanalítico. Isto não significa que o autor tenha que adotar qualquer das teorias existentes, nem muito menos que o problema esteja resolvido ao citar e reproduzir algumas das idéias de Melanie Klein, Bion, Winnicott, Green ou Freud.

Freud, ao criar o conceito de inconsciente psíquico (ênfase do psíquico, apesar de parecer um truísmo) e de repressão, mostra o caráter descentrado, descontínuo do sujeito. Na mente humana convivem diversos tipos de racionalidades. Não podemos nos esquecer que mecanismos de defesa são também modos de pensar e, como tal, se manifestam na sessão e na vida. A integração do sujeito é resultado de uma série de compromissos.

O caráter *psíquico* do inconsciente é um truísmo de largas conseqüências. O inconsciente do qual a psicanálise fala não é um negação, mas sim *contra-investimento*. É esta característica que o distingue dos modos inconscientes através dos quais opera, por exemplo, nossa biologia. Em nosso modelo, forças nos empurram para a frente, em busca de representação, por exemplo, e outras forças resistem, criando a necessidade de compromissos, visando manter uma certa integração. Esta idéia foi formulada há várias décadas, no entanto ela ainda contém o frescor de sua novidade, mantendo-se como fonte inspiracional de grande riqueza.

Quero ressaltar que não é simples exercer uma reflexão crítica no seio de qualquer instituição. A tendência natural do grupo é a de estabelecer uma identidade com base numa evitação de qualquer tensão. O confronto que leva à crise é malvisto e rejeitado. Esta tendência se consubstancia na eleição de um líder único que cria o sentimento (ou a ilusão) de que todos somos amados igualmente e de forma justa por ele. A identificação no seio deste tipo de agrupamento ocorre via superego, pois o amor comum ao líder é a única coisa que liga os membros do grupo entre si. O sentimento de coesão é sustentado pela identificação comum ao líder. O líder pode ser constituído por um autor, uma tendência, ou personalidades que o corporificam. Este tipo de grupo, criado artificialmente, trata o crítico ou como líder carismático e o idealiza, ou como uma individualidade esdrúxula, anti-social, inimigo do grupo e destruidor da instituição, aliado natural dos inimigos externos, crença esta necessária para manter o sentimento de integração do grupo. O crítico, aquele que chama aten-





Elias M. da Rocha Barros

ção para os problemas, torna-se um forte candidato ao isolamento. Freud, em *Totem e Tabu*, examina esta questão. Bion aprofunda o exame do comportamento grupal e se refere a esta situação. Em grupos constituídos desta forma, a “ *fusão de superegos cria um estado de mente no qual considerações de ordem moral empurram para fora, marginalizam, a exploração científica, o interesse em conhecer*”. Neste contexto a crítica saudável será vista como falta de polidez, como diz Maria Helena Fontes nos comentários feitos no Fórum do qual participou.

A contrapartida a este tipo artificial de unidade, baseada no não-pensamento e portanto na não-crítica, é o confronto crítico que não ignora as tensões e, ao invés de evitá-las, procura enfrentá-las através do exercício do pensamento. Este confronto leva à crise, mas a uma crise que produz crescimento, aprofundamento. Crescer é aprofundar. A contrapartida é o que Bion chama de grupo de trabalho, um grupo constituído, acima de tudo, por um conjunto de indivíduos distintos, isto é, de indivíduos que não estão identificados uns com os outros e que cooperem na resolução de problemas. Neste tipo de grupo, o sentimento de responsabilidade individual pelo que está sendo examinado e ocorrendo é grande, em contrapartida ao grupo de pressupostos básicos, nos quais o sentimento de responsabilidade individual é negado. □

Referências

- BOSI, A. (1992). *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras.
- FIGUEIRA (1991). A Dimensão Teórica Clínica da Psicanálise no Brasil: Imitação ou Criação? *Revista Brasileira de Psicanálise*, 25: 109-122.
- MEYER, L. (1991). Método, Estilo e Prática da Psicanálise no Brasil. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 25:329-338.
- ROCHA BARROS, E.; ROCHA BARROS, E. L. (1988). O A-Historicismo Deformante na Difusão do Pensamento Kleiniano. In: *Melanie Klein II.*, Petot, J.M. (1988). São Paulo: Perspectiva.
- ROUANET, S. P. (1993). *Mal-Estar na Modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Elias M. da Rocha Barros

Rua Tupy, 579/161, Santa Cecília
01233-001 – São Paulo – SP – Brasil
E-mail: erbarro@attglobal.net

© Revista de Psicanálise – SPPA

122 □ Revista de Psicanálise, Vol. VII, Nº 1, abril 2000





Psicanálise e Cultura: Debate





Joel Nogueira – Em primeiro lugar, eu quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar os três panelistas pelo brilho nas suas apresentações. E, de imediato, levantar uma questão que tem-me preocupado na leitura de temas correlatos ao que foi falado realmente. A essência do objeto da psicanálise, nós temos todos como ponto de partida que é o inconsciente, mais precisamente o inconsciente dinâmico. Uma questão que me ocorre – e eu gostaria de repassá-la a vocês, para um debate – é quanto à necessidade de uma aproximação cada vez maior e mais ampla dos psicanalistas das sociedades psicanalíticas com a cultura em geral. Ora, se o objeto da psicanálise é o inconsciente, ou a psicanálise vai mal em termos conceituais, ou a cultura como um todo está tremendamente *insightizada*, visto que, por definição, teria que haver rachaço da psicanálise, como historicamente sempre houve. Esta é a primeira questão. Em decorrência dela decorre um segundo problema dentro das sociedades psicanalíticas e das sociedades não oficiais psicanalíticas, mas que geram, formam técnicos da área. Isto é, quando ouço um político ou um religioso, ou um político religioso ou um religioso político falando sobre qualquer projeto de educação, ou ligado às áreas da saúde, economia, habitação, fundamentais para o ser humano, eu raramente os ouço falarem no aspecto que me parece essencial: o controle da natalidade. E aí está a segunda questão, que eu acho que decorre da primeira: se nós, como analistas, não precisaríamos pensar um pouco mais na gestação de analistas, para, dentro daquele primeiro pressuposto, evitar um discurso que me parece, às vezes, fácil de fazer, de que a psicanálise é para tudo e serve para todos. Em princípio seria isso e agradeço.

Luiz Carlos Mabilde – Ouvindo vocês, eu me lembrei do seguinte: Hegel falava da astúcia da história e, embora a sua dialética divina não tenha sido bem sucedida em sua Alemanha real, ou seja, os indivíduos não se submeteram a uma cultura central confundida com uma divindade que praticaria o bem, como é conhecido, ele deixou algo de que também me lembrei. É o seguinte: forças desconhecidas das circunstâncias ou das vontades podem subverter os fins conseguidos, quer dizer, a cultura conseguida, atingida, estabelecida, e transformá-los, inclusive, nos seus opostos, como é o exemplo da Alemanha, ou do comunismo búlgaro e, por último, o exemplo mais dramático, porque é o mais individual que eu conheço, que é o Édipo. Ou seja, quanto mais Édipo procurou fugir do seu destino, através dos expedientes culturais de que dispunha, mais o encontrou. E Édipo, na realidade – lembrei-me ouvindo o professor Schüler – é um Édipo que já vem de Platão; o homem de Platão já era conflitivo. Platão concebia um Édipo de forma não animista; era um homem que sentia culpa e não só vergonha como o homem de Homero, e assim o homem foi





prossequindo com sua história edípica. Assim, uma questão interessante talvez fosse pensarmos não só como a psicanálise vai-se portar no século XXI, mas como vai-se portar o próprio Édipo, a situação edípica. Do ponto de vista da natureza biológica essencial do homem, superficialmente tocada pelos aspectos culturais, tecnológicos ou mesmo pela organização social, econômica e política, a impressão que se tem é que o Édipo, que já conta com mais de 2500 anos, vai continuar. Como? Com regressões pré-edípicas seria uma primeira hipótese. A segunda hipótese seria mantendo-se como está, ou seja, com expedientes elaborativos ou não elaborativos. E, por último, uma terceira hipótese: nós teríamos uma cultura em que a situação edípica seria completamente superada. Encaminho à mesa o que acharia dessa questão. Por quê? Porque nós estamos diante, e isso foi citado pela mesa, do tão famoso pós-modernismo, inclusive dentro da própria psicanálise. Quer dizer, esse subjetivismo epistemológico encontra em alguns analistas grandes defensores. Às vezes me parece uma questão que se relaciona aos próprios sofistas, do quinto século antes de Cristo. De qualquer forma, eu acho que um risco da psicanálise é ser apenas uma produtora de teorias, tal como ocorreu com a filosofia. Ainda mais que os próprios psicanalistas, principalmente os subjetivistas epistemológicos, não lembram que a própria filosofia, não encontrando um elemento de observação definido, está-se aproximando cada vez mais do realismo, da realidade. A filosofia inglesa, por exemplo, ao contrário do que muita gente pensa, principalmente o psicanalista, adota cada vez mais uma aproximação ao realismo científico. O risco, pois, é ficarmos só produzindo teorias. Isto abre um espaço para a questão não exatamente de uma pesquisa clínica – como é tão falado em psicanálise e que não me parece a melhor denominação, porque se confunde com pesquisa empírica – mas, vamos chamá-la assim, de uma pesquisa extra-clínica, ou seja, a capacidade de nós recolhermos um material clínico e usarmos instrumentos de verificação quantitativa para testar nossas teorias. Esse sim me parece um campo mais sólido, para não só darmos crédito à clínica como também para nos afastarmos da questão de produzir teorias. Era isso. Meus cumprimentos aos relatores.

Ruggero Levy – De início quero dizer que vou alongar-me um pouco para ter a oportunidade de dialogar com a mesa que nos trouxe contribuições tão inteligentes, especialmente com o amigo Elias Mallet, pois esta é uma boa oportunidade de escutá-lo mais longamente. E vou começar partindo de algo que tu disseste, Elias, embora também queira ouvir o Prof. Schüler e o Cláudio a respeito dessa questão que eu vou levantar, da dificuldade de ser psicanalista nessa cultura atual que faz um ataque à razão. O que me tem preocupado – dediquei-me algum tempo a estudar a temática da simbolização – é que eu acho que, na nossa cultura, além da ausência da crítica, que





Joel Nogueira et ali

salientava o Prof. Schüler, além do borramento das diferenças, existe a tendência, em alguns setores em que há a idealização do virtual e das realidades virtuais, a um ataque ao simbólico e à possibilidade do pensamento simbólico, na medida em que as realidades virtuais se propõem a ser um simulacro do real e não se aterem a sua representação e a sua simbolização. Nesse sentido, a psicanálise, na medida em que propõe justamente o reforço e a estimulação do simbólico e da capacidade simbólica, andaria num terreno desfavorável também nesse sentido. Não sei se é uma preocupação demasiada, mas se esta tendência à substituição da realidade pelas suas realidades virtuais fosse levada a um grau máximo, isso levaria à morte do simbólico, uma morte não no sentido em que falaria o Prof. Schüler – a morte no sentido de nascer algo novo – mas a morte no sentido da destruição da mente, da cultura, enfim. Eu queria escutá-los um pouco mais sobre isso. Muito obrigado.

Elias Mallet – Eu gostaria de fazer alguns comentários esparsos. É muito difícil responder às questões que foram levantadas de forma completa, porque são questões que, cada uma delas, em si mesma, poderia produzir uma reunião como esta. Mas eu comentaria aqui e ali alguns aspectos. Tenho a impressão que a psicanálise, começando um pouco pelo que disse o Joel e depois o Mabilde, promoveu uma revolução naquilo que tange à relação entre o implícito e o explícito. Mas uma revolução muito particular, porque ela passa a falar do inconsciente não como o desconhecido, não como a ausência de algo, ou seja, não como uma negação, mas como um contrainvestimento. Ou seja, a psicanálise traz à tona, essencialmente, a noção de conflito e, como toda a nossa relação com a realidade, é permeada pelo conflito. Uma das possibilidades – que, eu tenho impressão, está muito presente contemporaneamente na cultura – é o perigo de uma banalização de todos esses conceitos, entre outros o do inconsciente, que pode ser tomado apenas como aquilo que não é visto, aquilo que é o ausente, aquilo que é uma negação de uma qualidade, mas que, na verdade, não é o inconsciente psicanalítico. O que nós acentuamos o tempo todo é o inconsciente enquanto um contrainvestimento, enquanto uma força que nos impele. O que a psicanálise basicamente nos traz? É a idéia de que nós, as nossas emoções, não se organizam ao acaso, elas seguem um determinado padrão organizativo, existe uma espécie de forma pré-moldada que dá uma certa organização às nossas emoções, e essa não é imediatamente visível e é dinâmica. A melhor metáfora que eu tenho para o inconsciente é a idéia de uma superfície metálica com diversos pólos de imantação, onde você joga limalha de ferro. Para quem vê de fora, aparentemente houve uma distribuição casual; quem conhece os campos dinâmicos e interação percebe que há alguns elementos que determinam a maneira como essa coisa, aparentemente casual, se distribui. Na verdade, a noção básica de inconsciente hoje está muito associada a essa





idéia de formas atribuídas de significado, que organizam a experiência emocional. Neste sentido, eu volto a uma questão que me impressionou, que o professor Schüller levantou – que é absolutamente verdade – desaparece a noção de conflito e ela passa a ser tida como irrelevante. Por exemplo, nós temos nesse momento vários presidentes de República na América Latina e na Europa que são marxistas declarados e que geram economias absolutamente neoliberais: Ricardo Lagos, Hugo Chávez, Jospin. Poderíamos citar muitos outros, mas isso, aparentemente, não é uma contradição. O que quer dizer não haver contradição? Não há controvérsia, não há reflexão, não há crítica no sentido kantiano de se interrogar a razão até os seus limites. Essa é a grande perda que, tenho a impressão, nós sofremos contemporaneamente. Concordo com você também no sentido de que é preciso pensarmos na questão da geração de psicanalistas. Não é uma questão de reserva de mercado; a gente tem que superar esta questão do ponto de vista apenas de mercado. Temos que pensar que nós estamos transformando a psicanálise em uma profissão pura e simplesmente liberal, com todas as implicações e custos que traz à psicanálise ser uma profissão liberal. Como eu disse *en passant*, cada vez mais nós vemos o psicanalista assemelhar-se a um quadro médio de empresa: ele tem interesses corporativos, uma linguagem própria que define a corporação, que define a filiação, nós temos analistas que se tornam proprietários de conceitos e que passam a usar essa propriedade para atuar um certo triunfo sobre outros grupos. Assim, eu acho que é extremamente importante que nós passemos a uma reflexão mais profunda sobre essa questão da reprodução do psicanalista. Em relação à história, Mabilde levantou vários aspectos, entre eles a questão do Édipo, ligando-a àquela e fazendo a pergunta: “O que vai acontecer com a cultura contemporânea?”, tentando uma analogia com a questão de como se resolve o conflito edipiano. Claro, ele abre diversas avenidas. Como comentários esparsos, eu gostaria de acentuar uns dois ou três pontos. Primeiro, não existe uma única história. Há um conjunto de histórias que operam concomitantemente. Não existe uma linearidade temporal; a cronologia não se reduz simplesmente a uma contagem de tempo linear. A cronologia, não podemos nos esquecer, também é uma relação estrutural, uma forma de uma estrutura se relacionar com outra. Há uma concepção genealógica de tempo, também, que não depende de um tempo linear cronológico. Isso é o que leva Fernand Braudel, por exemplo, a dizer que a História do homem, história com *h* maiúsculo, é a soma de todas as histórias possíveis. Retomando a questão edipiana, o que seria o movimento natural, o objetivo psicanalítico, o projeto psicanalítico contemporâneo? Eu diria que ele está intimamente relacionado com uma busca permanente da superação da situação edipiana e nunca vê a solução pura e simples. Ou seja, nós buscamos o desenvolvimento da possibilidade de sermos – e é aí que nasce o pensamento – ao mesmo tempo os observadores e os partícipes da interação social. O





que é o Édipo? É a possibilidade de criar-se um espaço psíquico onde eu sou, ao mesmo tempo, observador e ator. Onde existe a possibilidade do desenvolvimento de um eu interno, uma possibilidade de uma eu-dade que não toma a realidade como dada, mas a realidade como possível de ser interpretada. Esse é o objetivo básico inclusive do processo psicanalítico. Isso está intimamente relacionado à questão da superação do conflito edipiano e eu acho que ligado ao projeto cultural e à psicanálise. É sobre isso que fala Marthe Robert, quando ela diz que se trata de uma revolução ainda a ser feita. A integração, a maturidade humana é um objetivo a ser atingido, não é nunca um estado dado. E é um estado crítico: ser maduro é poder ser crítico em relação à própria idéia de maturidade. E por fim, tomando o que o Ruggero disse sobre a questão de a virtualidade poder se transformar num simulacro, eu gostaria de acentuar o que me parece ser uma das grandes contribuições de Melanie Klein para a psicanálise: ela opera uma transformação central no conceito de símbolo. Ela não opera isso sozinha, está nada mais nada menos do que se apropriando, ainda que não diretamente, de algumas idéias de Cassirer, mas ela traz isso para o seio da psicanálise. Do que se trata? O símbolo, em Melanie Klein, deixa de ser um envelope condutor de significados para se transformar no próprio órgão do pensamento; nós pensamos com símbolo. E isso implica em acentuar, pelo menos, dois aspectos diferentes do símbolo: um aspecto ligado ao seu caráter representativo – o símbolo está no lugar de alguma coisa –, mas o símbolo também tem um aspecto expressivo, um aspecto que caminha através de uma linguagem evocativa e que, ao apreender formas perceptivas para representar uma determinada experiência, essa forma representativa, ela não é escolhida aleatoriamente, na própria forma existe uma captação de uma expressividade comunicativa presente no símbolo. Então, claro que, quando ele levanta a questão de a virtualidade se transformar em simulacro, nós estamos diante do que o Prof. Schüller também levantou: uma concretização do homem. Nós temos o homem concreto, a experiência *é*; ela é vivida, não é algo passível de ser interpretado e pensado; a experiência serve apenas para ser vivida, ela *é*. É essa, de certa forma, a questão básica que tem sido tratada por Jorge Ahumada, por exemplo, em todos os trabalhos epistemológicos que ele tem trazido. Sei que eu apenas pontilhei coisas aqui e ali; não quero ocupar todo o tempo, gostaria de fazer apenas esses comentários.

Cláudio Laks Eizirik – Vários pontos já foram tocados pelo Elias, mas alguns deles talvez mereçam um pouco mais de reflexão ou comentário. A questão da pós-modernidade foi mencionada aqui claramente pelo Prof. Schüller. Eu penso que a pós-modernidade se constitui numa proposta de crítica não necessariamente completa, nem necessariamente bem organizada, bem conceituada, mas, de qualquer manei-





ra, ela tenta buscar um novo caminho, uma nova maneira de entender, e eu não vejo em que ela seja tão absolutamente ausente ou diferente do que ocorre no mundo psíquico ou do que ocorre na relação analítica. Eu a vejo como uma tentativa de dar um passo adiante nos nossos paradigmas tradicionais. Acho que é algo em construção. Aliás, como disse o Prof. Schüler, uma das coisas mais interessantes é que o romance nunca está pronto, felizmente. A teorização sobre o pensamento, sobre a cultura nunca está pronta, e eu acho que ainda resta observar que tipo de desenvolvimento vão seguir essas idéias ou essa crítica pós-moderna. Isso, de alguma maneira, foi tocado, quando o Mabilde falou sobre as várias possibilidades do Édipo, como evoluirá a situação edípica. Eu penso que ela é apenas uma hipótese absolutamente inverificável nos próximos anos – nenhum de nós vai poder saber como evoluirá, os nossos netos talvez o saibam – mas imagino que ela está evoluindo e vai evoluir exatamente dentro dos três caminhos que ele citou ou talvez de outros, regressões pré-edípicas, mantendo-se como está ou sendo superada. Esse fundamento ético da convivência da civilização que foi estabelecida sobre essa mitologia ou sobre essa construção do Édipo, eu não vejo como ela possa ser abolida sumariamente, mas é possível que novas formas surjam. E uma das coisas curiosas que está-se discutindo hoje é toda essa questão da ambigüidade, toda essa questão das novas sexualidades, toda essa questão das novas propostas de aceitação de formas ambíguas alternativas e assim sucessivamente. Mas a situação edípica está na base disso. São várias expressões. Então, eu acho que nós vivemos em várias histórias, como estava dizendo o Elias, ou em vários mundos ou em várias possibilidades de desenvolvimento. A morte, aliás, curiosamente, a morte privada, pelo menos, ingressou no cenário a partir do século XX, segundo Ariès, depois de haver a morte em geral. Então eu acho que esses desenvolvimentos, essa nova versão da história, a história das mentalidades e as histórias individuais vão nos dando a possibilidade de observar que tipo de caminho vai ter o Édipo. A psicanálise nunca poderá ser apenas uma produtora de teorias. No momento em que ela se transformar apenas em uma produtora de teorias, ela morre. E aí morre, não no sentido do Prof. Schüler, mas morre definitivamente. A psicanálise sem clínica não existe. E quando se fala em uma crise da psicanálise, um dos problemas é este: é preciso ter casos analíticos bem conduzidos, ter adequados procedimentos analíticos, ter pacientes que são analisados com quatro, cinco, três, enfim, um número com alta frequência de sessões, para que, a partir daí, se desenvolvam novas hipóteses, novas teorias. Se não tivermos a comprovação, não vão surgir novas teorias, vamos ser apenas reprodutores do conhecido e não vai haver isso que o Prof. Schüler falou a respeito de que é preciso matar para se apossar e reconstruir, que é um movimento dinâmico que nunca pára. Penso que nós não podemos permitir que a psicanálise se transforme apenas numa produtora de teorias. Esse é um com-





Joel Nogueira et alii

promisso que essa e as próximas gerações de psicanalistas têm. É preciso, é fundamental que haja bons resultados terapêuticos da psicanálise. As pessoas têm que ter mudanças psíquicas, isso é o que vai manter a nossa disciplina viva. Aliás, essa é uma das coisas que, com todas as crises, nunca pára; é só a gente ter uma idéia do maravilhoso trabalho clínico que é feito em todas as sociedades, em todos os grupos, os que fazem supervisão, os que acompanham. É impressionante a qualidade do trabalho clínico psicanalítico que se tem a oportunidade de observar, dos nossos candidatos e de outros locais. Então, há uma criação contínua que é importante. A psicanálise se define na clínica, ela precisa ter isso como uma coisa essencial. E isso se conecta com o que o Joel falou sobre a questão do controle da natalidade, que é um problema realmente seríssimo, que tem que ser discutido. Por um lado, nós não podemos deter a difusão do conhecimento, quer dizer, a psicanálise como teoria não nos pertence mais, não pertence a ninguém, é um bem cultural da humanidade. Ninguém pode dizer que é dono da psicanálise, nós temos as nossas pretensões através da nossa organização máxima, mas a verdade é que há *n* instituições se difundindo. Talvez a questão seja de que maneira essa natalidade psicanalítica pode ser feita com qualidade, de que maneira a gente pode manter o padrão de qualidade que tem-se mantido e que, em vários contextos históricos diferentes, se corre o risco de perder. Eu vejo que muitas das discussões e muitas das reivindicações incluem racionalizações que vão ao encontro da dificuldade de ser analista. O Ruggero falou que, cada vez mais, é difícil ser analista na cultura atual por essas características de borramento de diferenças e ataque ao simbólico. Eu penso que sim, mas penso também que sempre foi muito difícil ser analista e cada vez vai ser mais difícil, porque a psicanálise cada vez está maior em termos de conhecimento, de qualidade clínica, em termos da possibilidade de contato emocional com os pacientes, porque novas gerações de psicanalistas, progressivamente, se tornam melhores que os seus analistas. Eu penso que isso é uma coisa importante, há um desenvolvimento positivo na capacidade analítica. Finalmente, eu queria dizer que vejo todas essas questões atuais, a dificuldade com o simbólico, toda a ambigüidade, toda essa questão da virtualidade como questões a enfrentar. Se nós nos colocarmos naquela postura, que o Elias falou que Freud tinha, se nós realmente conseguirmos nos identificar com Freud – que eu acho a mais difícil das tarefas – vamos enfrentar esses desafios como ele enfrentou os da sua época. Talvez o que emerja seja uma psicanálise diferente, não sei exatamente como, mas uma psicanálise que há de acompanhar os desafios atuais. E é muito interessante, porque nós estamos vivendo uma coisa curiosa através dos *hackers* (os que invadem as redes de computadores). Na semana passada, houve uma onda paranóica que provavelmente vários de vocês conheceram – eu, pelo menos, tinha medo de abrir o meu *e-mail*, porque vinham vírus de tudo quanto era canto do mundo; enfim, era aquela

130 □ Revista de Psicanálise, Vol. VII, Nº 1, abril 2000





coisa louca, todo mundo se telefonava. Eu acho que é muito interessante como essa nova realidade se apropria da linguagem médica tradicional – para os vírus, os antivírus, tem-se que chamar o “médico”, o “médico antiviral”, que chega lá como um “deus ex-máquina” e resolve toda a situação. Acho que temos que nos apropriar dessa nova linguagem, temos que nos apropriar usando o instrumento psicanalítico. É muito difícil, mas sempre foi, e acho que nós vamos conseguir enfrentar todas essas forças desconhecidas utilizando a nossa tradição de 100 anos.

Donald Schüler – Muito bem. Agradecemos a observação de Mabilde sobre Édipo que efetivamente é fundamental. Com o problema também da própria brevidade da exposição, deve-se fazer uma diferença entre platonismo e Platão. Se a gente fala de uma metafísica platônica, efetivamente está-se falando no platonismo e não em Platão propriamente. A sua aproximação do Édipo de Sófocles a Platão me parece pertinente pelo seguinte, inclusive, e isso para refletir o Édipo hoje. Enfim, o que há de platônico no Édipo de Sófocles? É o *telos*, é o fim. Qual foi o equívoco de Édipo? O de antecipar o fim. Se você aproxima, por exemplo, a tragédia de Sófocles ao *Banquete* de Platão, aí a situação fica clara. Inclusive foi o equívoco de Alcebiades, ele procurava o saber em Sócrates. Sócrates disse: “O saber não está em mim”. Ele não diz o saber não existe, “ele existe, só que o equívoco é comigo, você está enamorado de mim, você deve estar enamorado pela idéia do belo e do bem e da justiça que está além de mim”. Então o equívoco é este. Se fizermos, pois, essa aproximação, houve uma antecipação indevida de Édipo, ele buscava efetivamente a mãe – tome-se a mãe como símbolo da perfeição, da justiça, etc. Isso nunca foi negado; isso estava em Aristóteles e outros. E aí entramos na simbolização generalizada. Ela está, por exemplo, na telenovela da Rede Globo, está no *happy end* do filme norte-americano. Quer dizer que, na telenovela, essa que tem uma amplitude mundial, até na China comunista entra a telenovela da Globo, os conflitos – e nesse sentido ele é absolutamente hegeliano – os conflitos entram numa síntese: por mais problemática que seja a existência, ela encontra uma situação pacificadora em que todos os problemas se resolvem. Isto é a mãe? É uma antecipação da mãe? É uma síntese hegeliana? E aí, em termos dessa simbologia generalizada, o que me agrada? Não me agrada a persistência do conflito. Pois bem, então – quanto ao Édipo hoje – eu pergunto se nós não deveríamos matar essa mãe, a mãe hegeliana, a mãe da telenovela da Rede Globo. Enfim, o que eu busco? Aí entramos no problema que tinha sido levantado pelo Dr. Elias, que, se eu efetivamente sou responsável, se eu estou em construção e se não existe um *telos* pré-determinado, o meu futuro é um futuro que eu construo. Isso significa: a mãe é uma mãe que eu estou construindo; eu não busco a mãe, eu construo a mãe. É de se perguntar se não devíamos repensar Édipo assim.





José Carlos Calich – Em primeiro lugar eu queria dizer da satisfação de estar ouvindo a exposição e o debate que me parecem bastante interessantes e enriquecedores. Mas gostaria de trazer algumas reflexões breves, para ouvi-los sobre alguns pontos. A primeira questão que me ocorreu é que, por um determinado ângulo, a psicanálise talvez tenha uma situação não muito diferente daquela de outros aspectos da cultura em geral. Isso no sentido de que existem tentativas de teorização da pós-modernidade e existe o que acontece na vida social de nosso momento atual, o da dita pós-modernidade. Há alguns conceitos centrais na teorização da pós-modernidade, que o Cláudio mencionou de passagem, como o de desconstrução, que, suponho, se baseia, inicialmente, na tentativa de desvinculação dos conceitos de seus referenciais lingüísticos e evolui para a análise crítica levada ao seu extremo, ou seja, muito criteriosa e detalhista. Mas esta crítica, em nenhum momento, até onde eu saiba, apóia-se na idéia da ausência de conflito, talvez até se pudesse pensar no contrário: a existência permanente de conflito. Não me parece haver nela a idéia de destruição do conflito, ao invés de desconstrução. Isto, porém, é o que ocorre muitas vezes na prática. Nessa vem ocorrendo algo que a teoria não está abarcando, ou ocorre um desvirtuamento da teoria. A teorização séria da pós-modernidade não abarca o que a prática tem mostrado: a ocorrência de outros fenômenos que talvez estejam saindo do alcance dos observadores da pós-modernidade ou confundindo-os. Levando isso à psicanálise, nossa teoria psicanalítica evoluiu e muito. A meu ver nós temos outra racionalidade vigente. Não é mais a razão freudiana que está divulgada na nossa teoria atual. Construiu-se uma outra razão, uma outra racionalidade. E acho que é neste sentido que muitas vezes se diz, e penso que se pode dizer, que Freud já morreu. Há uma outra psicanálise sendo exercida, e é uma psicanálise moderna e pós-moderna, que critica saudavelmente, não os ideais e princípios freudianos e nem a identidade freudiana, mas a racionalidade freudiana, que pode ser criticada para evoluir. Não sei se já chegamos no ponto em que devíamos chegar. Provavelmente não. Estamos antes da revolução, como disse Elias, antes da próxima revolução. Mas quero destacar uma dissociação entre a nossa abrangente teoria e a nossa prática. Não só a possibilidade da prática, como a prática exercida, segundo Elias bem chamou a atenção, já em termos liberais médios, na qual não há mais criatividade, não há mais uma preocupação com a verdade de fato, não há mais a crítica, a análise levada ao seu extremo, substituída por uma certa banalização de conceitos. Dentro deste sentido, eu acho que nós estamos completamente inseridos na cultura e este, inclusive, é um mau sentido. Até porque, como disse o Joel, deveríamos estar sendo combatidos pela cultura, porque nós representamos uma força contrária às forças conscientes, e não sendo assimilados pela cultura como, de certa forma, estamos sendo.

Eu gostaria, pois, de saber de vocês como pensar essas duas coisas e como





juntá-las, e o que podemos fazer com a prática psicanalítica, ou mesmo com a teoria psicanalítica, para se encontrar com a nossa prática.

Paulo Martins Machado – Eu ouvi várias vezes hoje aqui a morte de Freud e isso me chamou muito a atenção. O Professor Schüler mencionou “Totem e Tabu”, matéria que estou dando para o 4º ano. Estou me reencontrando com “Totem e Tabu”. Hoje eu estava estudando a repressão, por razões das minhas preocupações, e Freud tem uma frase assim: “Nós precisamos estudar mais isto, isto é muito complicado” (não sou capaz de evocar as palavras exatas). Mas eu acho que não é Freud que nós estamos matando; nós estamos matando a ideologia, nós estamos matando o culto da personalidade, que, aliás, foi destruído na sexta parte do mundo e continua sendo destruído. Ou melhor, quando nós abandonarmos a teoria sexual de Freud, aí sim nós estaremos mortos, mesmo como psicanalistas. O que tem acontecido é que os cultores de Freud não gostaram de que Melanie Klein tivesse dito isso ou aquilo e tivesse levado a psicanálise mais longe. Os cultores de Melanie Klein não gostaram que Bion tivesse dito isso, aquilo, e Meltzer tivesse dito não sei o quê. De maneira que nós sempre vamos encontrar essa barreira dos prosélitos, dos que querem ainda que os deuses caminhem sobre a terra. Talvez a pós-modernidade seja a morte dos deuses – o *Götterdämmerung*¹ – e nós vamos ser mais felizes, certamente. Eu quero cumprimentar o Dr. Paulo Fonseca pela excelência dessa noite de hoje, pela iniciativa de trazer esses colegas e o professor aqui, que nos deu a oportunidade de refletir, pensar, que faz parte do nosso dia-a-dia de psicanalistas. Muito obrigado.

Donaldo Schüler – Efetivamente, eu concordo perfeitamente com a sua intervenção em classificar estes gigantes com ideologias cristalizadas.

Cláudio Laks Eizirik – Esqueci-me há pouco de uma coisa que eu queria dizer a respeito da prática psicanalítica atual e que me voltou à memória com a intervenção do Calich. A realidade é a seguinte: nós estamos evoluindo para uma prática psicanalítica patrocinada pelo Estado. Não adianta, este é o caminho que está acontecendo na Europa, que está acontecendo nos Estados Unidos: os sistemas prestadores de serviço vão, inevitavelmente, pagar e, a menos que haja, aqui no Brasil, uma coisa completamente diferente do resto do mundo, nós vamos ter que entrar nesta desagradável realidade. Então eu penso que a prática psicanalítica atual vai ter que enfrentar esse problema como já enfrentou problemas anteriores. Eu estava me lembrando, enquanto o Calich falava, de uma experiência que aconteceu na Hungria durante a

1. Expressão em alemão que significa “crepúsculo dos deuses”.





época da ditadura stalinista, que foi uma noite longa que atingiu vários países: proibiu-se a psicanálise, não só durante o nazismo, durante o stalinismo também. Na Hungria havia um cidadão psicanalista chamado Imre Hermann que, sozinho no seu consultório, privadamente recebia pessoas, fazia discussões e psicanálise dentro do possível. De modo que, quando houve a redemocratização, a partir das sementes que esse colega lançou – e ele ainda estava vivo – foi reconstruído o movimento psicanalítico húngaro, que hoje em dia é sólido e tem participantes na Casa de Delegado, nas Comissões da IPA e em vários outros lugares. Então eu acho que a prática da psicanálise pode e vai ser feita em quaisquer circunstâncias, em quaisquer catacumbas governamentais, ideológicas ou o que quer que seja. Há um espaço para pensar, eu acho que essa é a idéia básica. Nós temos de oferecer e oferecemos um espaço para pensar. Como vai ser? Se vai ser parte do Estado, se os pacientes vão pagar, se vamos atender de graça, se vai ser um centro de triagem e acompanhamento, não importa. O espaço para pensar está presente e pode ser desenvolvido. Penso que isso é, vamos dizer, uma espécie de profissão de fé que talvez a gente tenha que assumir com todas as dificuldades correntes. E, finalmente, o que o Calich falou sobre a morte do Freud, essa é uma questão extremamente polêmica, porque Freud é um cidadão que só tem 100 anos. Quantos anos tem Sócrates, Aristóteles? São milhares. Quantos anos tem Nietzsche? Quando foi descoberto Nietzsche? Até hoje não se sabe exatamente. De repente está-se vendo essa tradução do *Finnegan's Wake*² com *n* significados, de modo que um leitor na língua de Joyce começa a se sentir desafiado. Assim julgo que ainda temos muito Freud para ler, e, se algumas teorias foram ultrapassadas, a forma de pensar me parece que continua sendo a base do que nós desenvolvemos. Obrigado.

Paulo Fonseca – Eu também teria alguns comentários a fazer, porém já passamos alguns minutos do tempo que eu mesmo propus. Mas eu só queria aludir a uma coisa: que Freud, em “Totem e Tabu”, citado aqui pelo Professor, diz que a coerção das pulsões sexuais e destrutivas é que produz a cultura, e essa coerção também provoca a hostilidade à cultura. Freud, inicialmente, examinava as produções culturais para ilustrar os seus conceitos psicanalíticos e, depois, utilizou-os para contribuir para o entendimento da cultura. Suas teorizações acabaram por ter um efeito na contemporaneidade que colocou, indelevelmente, a psicanálise como parte da cultura. E, quando ele escreveu sobre o mal-estar na cultura, poderíamos dizer que estão descritos nesse texto os elementos para o entendimento do mal-estar na própria psicanálise como cultura. Que exatamente me parecem estar na hostilidade à coerção pulsional

2. Romance de James Joyce.





tanto destrutiva como sexual. Ele diz, por exemplo, que a proibição ao incesto constitui uma mutilação sangrenta, talvez a mais sangrenta mutilação que o homem sofreu na sua vida amorosa. E estamos sempre vendo situações de mal-estar na psicanálise, nas sociedades psicanalíticas, por rebeliões contra essas proibições e contra esses limites. A destrutividade, por sua vez, aparecendo, como Cláudio mesmo lembrou no seu trabalho, como expressões de narcisismo, de discussões intermináveis, dissidências, etc. Assim eu penso que as formulações dadas por Freud para explicar o mal-estar na cultura servem, se não para abarcar todo o entendimento do assunto, para apontar as linhas mestras que nos permitem esse entendimento.

Na minha posse eu anunciei a idéia de trazer como atividade inaugural do ano letivo do ano 2000 esses convidados e esse trabalho de uma proposta preparatória ao congresso da FEPAL. Agora ficou, depois desta noite, um desafio, ao próprio presidente da FEPAL: que o Congresso faça jus a essa noite preparatória. Muito obrigado. □



Atenção montador
a página **136** é branca





Entrevista





Atenção montador
a página **138** é branca





Entrevista com Ethel Spector Person*

Entrevista concedida, em 18/09/97, aos membros da Comissão de Redação da Revista de Psicanálise da SPPA.



* Membro Efetivo da Associação Psicanalítica Americana.



RP – *Dra. Person, queremos dizer que é uma grande satisfação para nós do Conselho Editorial da Revista de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre termos esta oportunidade de entrevistá-la. Há já cinco anos desenvolvemos o saudável hábito de entrevistar personalidades importantes do cenário psicanalítico.*

EP – Estou profundamente honrada por ser entrevistada. Vamos começar pelo começo. Com relação ao meu treinamento profissional, sou psiquiatra e fui treinada no Columbia Psychoanalytic Center for Training and Research, onde fui diretora de 1981 a 1991 e onde também sou professora de psiquiatria na Universidade. Tornei-me interessada em psicanálise bem cedo na minha vida. Quando estava no colégio, li um livro de Freud, provavelmente um dos seus livros mais pessimistas, *O Mal-estar na Civilização*, e ele me disse alguma coisa. Eu decidi ir para a Escola de Medicina, uma vez que era este o caminho na época, nos Estados Unidos, para vir a ser psicanalista. Mudei de idéia várias vezes ao longo da Escola de Medicina. Pensei em ser médica de doenças internas e, depois, pensei em ser virologista. Estou feliz por não ter sido, porque, dados os meus hábitos de laboratório, eu estaria agora, sem dúvida nenhuma, morta por causa de alguma doença viral. No fim, decidi pela psicanálise, que era o que eu havia pensado em primeiro lugar.

É uma profissão que tem sido boa para mim e eu a tenho apreciado. E acho que é uma das melhores profissões que se pode ter, tanto para fazer o bem quanto para apreciar a vida. E ela esquento o pensamento.

RP – *Por quanto tempo a senhora se analisou e com quem?*

EP – Isto vai interessá-los, porque minha análise foi com o Dr. Lionel Oversea. Eu colaborei com ele, subseqüentemente, em um bom número de trabalhos. Era uma tradição: ele colaborou com seu analista, Abram Cardner, e Cardner foi analisado por Freud. Como vocês sabem, todo mundo tem sua própria pequena árvore genealógica psicanalítica. Achei divertido, quando eu estava em Barcelona, ter visto um livro de Andre Arnell no qual ele realmente desenha a árvore genealógica de diferentes analistas. É muito engraçado para mim que isso faça parte do *background*, quem são os fundadores do instituto, da sociedade e assim por diante. De qualquer modo, quebrei o ciclo, até o momento, pelo fato de que não fiz nenhuma pesquisa com nenhum dos meus analisados. Então, veremos.

Se trabalho com pesquisa na psicanálise? Essa é uma pergunta muito complicada. Tenho trabalhado com idéias psicanalíticas. Depende do que se quer dizer com pesquisa psicanalítica. Acho que há o tipo tradicional de pesquisa, na qual alguém





tem um *insight* baseado no seu trabalho clínico. Há pesquisa de campo, sobre as idéias geradas a partir da psicanálise, que se ocupa do resultado, mas que não é em si pesquisa psicanalítica, apesar de ser rotulada como tal.

Está claro o que quero dizer com isto? Desta forma, em outras palavras, fiz muita pesquisa sobre a sexualidade, utilizando conceitos psicanalíticos e vendo se eles eram válidos. Essa pesquisa foi psicanaliticamente informada e não creio que poderia ter sido conduzida por alguém que não fosse analista. Entretanto, ela não era, estritamente falando, pesquisa psicanalítica.

Acho que este tipo de pesquisa é muito, muito importante tanto para as pessoas do campo quanto para as pessoas fora dele, porque essas últimas querem saber como validamos nossas idéias. Esta é uma questão bastante séria, particularmente na época de hoje, quando tantos analistas diferentes, que sentam atrás de tantos divãs diferentes, têm apresentado tantas idéias e teorias diferentes. De modo que precisamos de algum modo de verificá-las externamente, para ver se existem pontos de correspondência com outras investigações a respeito da mente humana e do comportamento humano. Não para que venham a substituir algo, mas para que sejam estabelecidas de alguma maneira.

Eu disse muitas vezes, nesse fim-de-semana, que, infelizmente, a partir da minha própria experiência recente, sabemos que podemos tomar o que é transitório e o que é cultural pelo que é atemporal na psique. O exemplo que mais utilizo, porque está muito próximo do meu coração, é que penso que os primeiros analistas estavam completamente errados com relação às suas idéias sobre a psicologia feminina. Eu vi a mudança, vi a mulher mudando ao longo da minha vida, e isso me mostra que nem sempre se alcança o melhor resultado no divã. Portanto, é muito importante ter esse modelo externo de validação nesse e em muitos outros tópicos.

Os analistas apresentaram, pois, uma tendência de achar, às vezes, o que estava na moda achar. É muito difícil deixar a mente planar imparcial e não ser afetado de uma maneira significativa pelo que se tem lido teoricamente e pelo que está ocorrendo no campo. É por essa razão que respeito muito os esforços para tentar validar algumas das idéias, embora não se possa fazê-lo totalmente. Mas existem boas críticas apesar das abordagens. É assim que eu colocaria.

Uma das trocas que fiz com vocês ontem levou-me a refletir nessa questão de modo bastante significativo. Eu estava pensando se há perspectivas diferentes em relação à questão do tempo do complexo de Édipo e quem está certo e quem está errado. Não creio que essa questão possa ser resolvida através de pesquisa, mas sei qual é o cerne do problema. Se tomarmos a posição mais tradicional, a de Freud, de que o complexo de Édipo é um desenvolvimento mais tardio, ao invés de um desenvolvimento mais precoce, temos a vantagem (única) de podermos observá-lo nas





crianças e validá-lo através de pesquisa externa. Isso não significa que Melanie Klein estaria errada, mas que devemos repensar o que constituiria a validação. Isto é, temos um problema, quando um grupo de analistas vê alguma coisa e outro não, no que se refere a como, em última análise, resolver essas diferenças, se é que são resolvíveis.

Devo acrescentar que, na minha opinião, este não é um *insight* apenas de Melanie Klein. E o fato de que posso não concordar com ela não invalida, de modo algum, o que levo muito a sério, que são suas contribuições e as contribuições do mundo kleiniano, as quais estão chegando na América do Norte pela primeira vez de uma forma séria na última década.

RP – *Por que elas não chegaram antes?*

EP – Ah! Agora você me fez uma pergunta muito complicada sobre a história da psicanálise. Não me encontro na melhor posição para respondê-la; uma das razões é que se tende a ficar com o que se aprende no treinamento.

RP – *Esta é a questão da árvore genealógica?*

EP – Não, não é apenas a árvore genealógica. Também é a exposição que se tem aos principais professores que obtêm bom êxito, que falam, e às principais teorias nos periódicos que se lê na época. Então, parte do problema é geográfico, parte é lingüístico, parte é que as pessoas reagem de alguma forma em relação a controvérsias sobre as quais não têm um conhecimento de primeira mão. Mas saber alguma coisa de primeira mão não é simplesmente ler a respeito, e isto é parte do problema. Esta é uma razão para sermos treinados através do treinamento da análise e da supervisão da análise, porque este é o modo pelo qual as idéias são transmitidas. Assim, ler um artigo fora do contexto não é entendê-lo profundamente. Julgo, pois, que há um intervalo de tempo natural. Também não acho que uma teoria substitua outra; eu as vejo como complementares de várias maneiras, respondendo questões diferentes, que se nos colocam, clinicamente, em épocas diferentes. E penso que se pode ser um analista muito bom dentro de várias estruturas teóricas diferentes.

RP – *Será que a pesquisa poderia nos ajudar a encontrar uma especificidade na eficácia terapêutica da psicanálise?*

EP – Este é o desejo ardente de muitos analistas. Estou convencida de que já foi demonstrado que diversas psicoterapias são eficazes em termos de sintomas universais, em termos de melhorar a qualidade de vida. A questão é a seguinte: pode-se





realmente, através de pesquisa, chegar ao ponto de que há mudança em análise, o que é uma coisa diferente? Com certeza, muitas pessoas fizeram alguma tentativa, incluindo meu próprio Instituto, onde John Webber fez um de seus estudos mais extensos sobre resultado. É preciso que se fale sobre quais categorias e quais medidas serão adotadas. Acho que é um empreendimento muito difícil. Certamente, é o desejo ardente do mundo psicanalítico.

Também acho que parte do problema de validar uma pesquisa é que se pode descobrir que a análise funciona melhor para certas coisas e não para outras. Assim chegamos a uma questão que se refere ao tipo de tratamento que se escolhe para um paciente. Tenho um sentimento muito forte de que devemos avaliar um paciente e fazer um julgamento bastante ponderado sobre o que é mais eficaz.

Com certeza, na América do Norte - e meu Instituto é um dos pioneiros nisto - acreditamos no uso concomitante da análise e de medicamentos antidepressivos. Não os vemos como desfavoráveis. Não sei qual é o sentimento aqui com relação a isto; sei que, em muitos lugares, isso é visto como contra-indicação, assim como ocorreu na América do Norte por muitos anos. Mas nossa experiência tem sido boa e existem bons estudos sobre resultado, referentes ao fato de que uma análise pode “pegar” e florescer com medicação concomitante. Penso que, com alguns pacientes, negar um alívio é algo muito ruim, particularmente se não interfere no curso da análise. Então, este é um ponto muito importante: podemos expandir a eficácia da psicanálise através da sua combinação criteriosa com outras modalidades de tratamento.

RP – A pessoa que prescreve a medicação é a mesma que faz a análise, ou o analista pediria para outra pessoa prescrever?

EP – Eu pediria para outro fazê-lo. Existem aqueles que fariam por si próprios, mas eu preferiria não estar envolvida nos tipos de intervenção que muitos dos medicamentos exigem. Isto é, eu não iria querer o contato físico de verificar pressões sanguíneas, etc. Então, no meu julgamento, eu enviaria o paciente a outra pessoa para a prescrição de medicamentos. Além disso, não são muitos os analistas que podem sê-lo em tempo integral, manter-se atualizados em relação à literatura psicanalítica e também seguir cada geração e geração subsequente de drogas. As drogas se expandem em uma velocidade tal, que você teria de ser um grande especialista em psicofarmacologia, principalmente se você trabalha com uma faixa de idade em que os pacientes têm dificuldades cardíacas ou outro problema médico. Em consequência, eu separaria as funções.

Isto tem sido muito importante, creio, para as pessoas no que se refere a entender o escopo crescente da psicanálise. A resposta nos casos em que usamos farmaco-





terapia tem sido fundamental. Não apenas para a noção de que se pode aplicar a psicanálise a uma abrangência maior de doenças, mas que esta é uma das modalidades que permite que se faça isto. Seria muito difícil se fosse de outra forma.

RP – Para a senhora tem-se colocado o problema de, ao iniciar uma medicação com um paciente, este, às vezes um tipo específico de paciente, ficar satisfeito com os resultados de alívio dos sintomas e abandonar a análise ou, pelo menos, afastar-se um pouco dos seus conflitos internos?

EP – Bem, essa nunca foi a minha experiência. Não a tive nunca. Se alguém a teve, esse alguém não é um missionário, é um analista. Caso o paciente se sentir desta forma, pode-se analisar isto; se o paciente tem múltiplas dificuldades não tocadas pela medicação, ele voltará. Na verdade, penso que os pacientes têm uma maior confiança em você como um analista, porque você é mais compreensivo, está ouvindo o seu verdadeiro sofrimento. E você não tem que possuir a única bola mágica. Julgo que há algo excessivamente grandioso no que se refere ao sentimento de sermos os únicos a podermos aliviar o sofrimento. Bem, aliviamos um tipo particular de sofrimento, mas eu não quereria estar na posição, em relação a um paciente, de ser algo mais do que um tipo de médico. Eu me oporia a qualquer outro papel profissional...

RP – Há o tipo de paciente que quer gratificações do analista, para o qual a medicação, de um modo ou outro, pode ser tomada apenas como uma forma de gratificação, colaborando para o aumento da resistência. O que a senhora acha disso?

EP – Não dou medicação desta maneira. Dou para as grandes depressões, para psicose maníaco-depressiva, para ansiedades esmagadoras e síndrome do pânico. De todas essas coisas eu faria uma análise. Pois não há como se conduzir facilmente uma análise com grandes ataques de pânico. Mas se você se refere a alguém que não tem uma grande depressão e que está pedindo medicação, isto em si é a resistência e você pode chegar a esta conclusão antes de tomar a decisão de medicar, creio eu. Existem também as mágoas de depressão simples, não medico estas.

RP – Este é um ponto de vista, mas alguns autores não concordam com isso. Os franceses, os ingleses...

EP – Mas é claro! O que está totalmente certo! Por isso é muito importante entrevistar pessoas de diferentes lugares, porque você se dá conta de que a psicanálise é entendida de maneiras diferentes. Estou bem ciente disso. Mas, nos Estados





Unidos, às vezes, se um francês chega e tem um paciente com tédio, ou um depressivo importante no divã há quinze anos... estas pessoas nunca leram o *Manual Diagnóstico e Estatístico (DSM)*; eles realmente estão, de alguma forma, negando alívio a estes pacientes, porque a sua atenção final é para a psicanálise e não para o paciente.

Sinto, em primeiro lugar, que devo ser uma pessoa que cura dentro dos limites da minha profissão, que é uma profissão dupla. Eu me identifico tanto com uma psiquiatra quanto com uma psicanalista, mas minha preocupação real é com o paciente e o meu julgamento sempre é o que é melhor para o paciente, não o que é melhor para que eu faça psicanálise. E não creio que meus pacientes tenham sofrido; eu certamente não sofri.

RP – *Aqui somos todos psiquiatras, mas, às vezes, não é assim: existem os psicólogos.*

EP – Bem, acho que este é um treinamento muito importante para os psicólogos e que, se uma sociedade se compromete a treinar pessoas que não têm esse tipo de *background*, ela deve fornecer a resposta durante o treinamento. É muito importante. O que eu faço em Nova Iorque. Há anos tenho supervisionado psicólogos, e uma das razões pelas quais eles me procuram é para falar exatamente sobre estas questões em que se sentem menos confortáveis, porque não têm o *background* psiquiátrico. E me sinto muito feliz em fazer isso; temos trabalhado muito bem juntos.

RP – *São alunos de medicina, residentes de psiquiatria que estão procurando formação analítica, ou são pessoas de outras áreas?*

EP – Isto diverge muito de Instituto para Instituto. Nós dizemos Institutos ao invés de Sociedades. Pelo fato de meu Instituto ficar em um departamento de psiquiatria, nunca tivemos problemas para treinar psiquiatras; contudo, treinamos outras pessoas. Mas não há escassez de psiquiatras. Na verdade, paradoxalmente, um dos resultados da mudança da psiquiatria na direção da psicofarmacologia e dos programas de residência, que passaram a treinar, predominantemente, técnicas psicofarmacológicas, é que, em certos Institutos, tem havido um aumento de treinamento, porque é o único lugar onde as pessoas podem aprender a fazer psicoterapia, para não falar de psicanálise. Em outras palavras, esta importante mudança no departamento de psiquiatria, com uma ênfase muito menor no tratamento psicodinâmico, pode, inadvertidamente, ajudar o treinamento psicanalítico nos Estados Unidos. Pelo menos, isto é verdadeiro em certos Institutos da costa oeste e, provavelmente, da costa leste também. A tragédia, a verdadeira tragédia é o fato de serem poucos os psiquia-





tras que estão sendo adequadamente treinados para fazerem psicoterapia. E é muito importante, creio eu, manter esses laços.

RP – *Em geral, nos Estados Unidos, como é a procura pelo treinamento psicanalítico?*

EP – Acho que estava decaindo, mas agora creio que cresce novamente e exatamente por essa razão estranha. Também depende de que Instituto se fala. Isto é, não posso dizer que está decaindo como um todo, porque há uma enorme proliferação de Institutos fora dos auspícios da IPA e da American Psychoanalytic Association. Isto pode apresentar certos problemas, porque, quando as pessoas se auto-identificam como analistas, você não está em posição de dizer a elas que não são analistas. Estamos em posição de manter padrões apenas para aqueles que pertencem a organizações às quais nós pertencemos. Mas existem muitos Institutos nos Estados Unidos que não têm afiliação nem com a International Psychoanalytic Association (IPA) nem com a American Psychoanalytic Association (APA). Neste sentido, eu teria grande dificuldade de dizer se o número total está crescendo ou decaindo e suspeito que o mesmo seja verdade na América Latina. É claro que deve sê-lo, porque, a menos que haja um policiamento no que se refere ao que seja psicanálise, existem muitos atalhos para alguém poder dizer-se psicanalista. É muito difícil. É uma das razões pelas quais eu acho que a IPA é tão importante, porque ela oferece uma certa segurança de que, apesar de nossas diferenças teóricas, estamos de acordo em relação a alguns conceitos gerais, tais como o que constitui uma análise, o que constitui um processo analítico, o que constitui abstinência, algum entendimento sobre transferência e contratransferência. Estas coisas nos unem, embora teorias específicas possam nos separar. Mas estas coisas que nos unem são muito importantes em termos de proteção do campo.

RP – *Estamos interessados em ouvir sobre sua experiência como editora de periódicos psicanalíticos.*

EP – Bem, eu nunca editei um periódico psicanalítico. Tenho sido editora colaboradora ou editora associada de muitos periódicos. Fundei o *Boletim Informativo (Newsletter)* da IPA e o publiquei por quatro anos, o que foi muito interessante. Editei muitos livros psicanalíticos, incluindo a série para a IPA. O que vocês gostariam de saber sobre isto?





RP – *Como se pode lidar de forma neutra com artigos de escolas psicanalíticas diferentes?*

EP – Bem, a pessoa se educa com relação às escolas. Uma das razões pelas quais tenho sido feliz ao editar a série de monografias para a IPA é que me empenho em conseguir representantes destas escolas diferentes, pelo motivo de que deve haver uma linguagem comum. As pessoas preocupam-se com o que não entendem e é através da edição que podemos fazer isso. Mas você tem de ter um comprometimento absoluto. Se você próprio não for um juiz, um juiz ético, você tem de pedir para alguém que o seja, mas você não pode dizer que, pelo fato de alguém ser *x, y ou z*, não irá publicá-lo. Certamente é um trabalho internacional. Se se trata de um periódico local, que tem interesse específico, este é um direito de quem o está publicando. Mas acho que é muito importante que existam periódicos que publiquem artigos sobre assuntos similares escritos por pessoas com pontos de vista diferentes. Esta é a idéia da série que estou editando. Não foi minha, foi idéia de Bob (Robert) Wallerstein. Começamos com um trabalho de Freud e temos nove ou dez colaboradores, com diferentes crenças, que discutem o mesmo artigo. Mas, no fundo da metodologia deles, há muita repetição, e estou tentando descobrir como reduzi-la e manter as diferentes perspectivas. Tive muita sorte por ter este trabalho, o qual me permitiu aprender um bocado sobre coisas sobre as quais eu não sabia o suficiente antes. Também disponho de um grande conselho consultivo, uma lista de pessoas, de “seniors”, que me sugere os melhores no campo a serem convidados. E uma vez que os convido, estou comprometida. Se um artigo não fez sentido, não segue no trilho, então serei uma editora. Isto é, ele tem de ser consistentemente lógico dentro de alguma estrutura teórica, e esta é a função de um editor: respeitar a estrutura teórica, mas garantir que as idéias se desenrolem de uma maneira que seja legível para outra pessoa. O principal problema que as pessoas têm, revisando periódicos – e acho que é muito importante que os artigos do periódico sejam submetidos sem identificação – é que ficam muito impressionadas pelos nomes famosos e não estão dispostas a rejeitá-los. Por isso acho que esse estudo sem identificação é muito importante. Os “seniors” têm muita dificuldade em serem rejeitados e, freqüentemente, armam uma confusão com relação a isso. Portanto, pelo menos eles devem saber que essa revisão tem sido feita sem saber-se quem está envolvido.

RP – *Finalmente, com respeito ao tópico do Congresso do Chile, “Sexualidade”, a senhora concorda com André Green, quando ele diz que a psicanálise deve recuperar o significado da sexualidade?*





EP – Bem, primeiro decidi levar esta questão a sério e, então, li André Green. Depois, pensando bem, decidi que fico feliz em discutir minhas idéias sobre sexualidade, mas seria impróprio para mim discutir as de André Green sem ele estar presente. Tenho certeza que, de alguma forma, eu o interpreto mal. Eu o acho totalmente interessante, provocante, original e nem sempre concordo com ele, mas pode-se dizer isso e muitas pessoas o veriam. Mas, se eu fosse discutir suas idéias sobre sexualidade, gostaria de discuti-las com ele.

RP – *No congresso anterior da IPA, em Barcelona, em um painel sobre identidade de gênero, o Dr. Leon Grimberg perguntou sobre a utilidade deste conceito, sobre qual a diferença entre identidade de gênero e identidade sexual e sobre o papel das fantasias inconscientes neste conceito. Gostaríamos de ouvir sua opinião a respeito.*

EP – Tenho falando sobre isso o fim-de-semana todo e me sinto feliz em fazê-lo novamente. Todos estes conflitos e transtornos são mediados por fantasias inconscientes, pré-conscientes e conscientes. A diferença é qual parte da identidade da pessoa está sendo impactada. Agora, se você fala dos transtornos de identidade de gênero realmente clássicos, há um principal, que é o transexualismo. É aqui que o sexo realmente é relegado a segundo plano: no transexual primário. O transexual primário é alguém que é tão consumido pela idéia de tornar-se um membro do sexo oposto, por várias razões, que isso realmente tem precedência sobre a sexualidade. Muitos transexuais primários não estão interessados em sexo. Eles têm um baixo índice de histórias masturbatórias. Isto é, eles estão tão perturbados, desapontados com seu sexo, que não sonhariam em tocar seus órgãos sexuais para se masturbarem, porque seus órgãos sexuais fazem lembrar que são do sexo errado. Agora, este distúrbio, embora seja muito raro, estatisticamente falando, é extremamente importante porque levanta a idéia, e aqui são homens – vamos pegar o transexual primário homem – que querem livrar-se do seu pênis. Ora, isto é um grande golpe na teoria clássica sobre o desenvolvimento sexual, em que a ansiedade central deve ser a ansiedade de castração. É muito difícil sustentar que – e houve tentativas –, quando alguém deseja cortar fora seu pênis, isso seja uma maneira indireta de evitar a ansiedade de castração. Isto é um pouco irônico. O que temos de dizer é que existe uma coisa que tem prioridade em relação à ansiedade de castração e que esta coisa é a ansiedade de sobrevivência. Isto ocorre quando a ansiedade de separação é tão grande, que alguém sente que vai estar esmagado sem a proteção de viver na pele do sexo oposto. Penso, então, que isso nos força a olhar diferentes tipos de ansiedade, que podem ter pesos iguais. Neste sentido, acho que este distúrbio de identidade de gênero contribuiu enormemente para





com o modo como conceitualizamos sexo e gênero. Não se trata de minimizar o papel da ansiedade de castração na maioria das pessoas, mas dizer que, em termos de ansiedade catastrófica, se descobre que existem ansiedades de sobrevivência, necessidades de dependência que realmente transcendem o sexo. Este realmente tem sido o ponto máximo desta pesquisa. Nesta área me foi muito útil fazer pesquisa, porque estive com muitas pessoas em situações de entrevistas profundas e tive o privilégio de acompanhar algumas delas por trinta anos. Na verdade, eu escrevo sobre uma dessas pessoas; e faço uma longa referência a seu caso no livro da fantasia. Mas o que se vê, tendo estado com vários transexuais, é que, ao contrário de Stoller, não achei que eram dependentes de suas mães em excesso, o que é um padrão muito mais freqüente em transexuais homossexuais. Todos eles têm uma história de perda precoce, de separação catastrófica. A separação pode ser porque tiveram uma mãe muito deprimida muito cedo na infância, pode ser porque sofreram uma doença importante também cedo na infância, ou talvez porque tenham tido uma mãe negligente. Mas encontra-se uma razão histórica para essa ansiedade de separação, e esta parece ser a motivadora muito mais do que a ansiedade de castração. Ou seja, a pessoa vê o desejo simbólico de ser mulher como uma maneira de vestir a pele da mãe. Não sei se vocês leram *Serial Killers* (Assassinos Seriais), mas devem ter visto *O Silêncio dos Inocentes*, no qual parte da história é realmente vestir a pele de uma mulher. Estas pessoas, os transexuais, não são violentas, mas se trata do mesmo sentimento, de que a força vem do fato de se estar com as roupas de outra pessoa e, então, estar nas roupas de outra pessoa não é suficiente. Você, literalmente, quer estar na pele de outra pessoa. Lionel Oversea e eu realmente postulamos – é uma teoria e muito difícil de provar – que existe uma fantasia de consolidação inconsciente que impulsiona o transvestismo e esse desejo de trocar de sexo. A maior parte dos analistas prefere essa teoria do que aquela de que há uma disfunção hormonal. Pode haver uma predisposição à ansiedade. Isto é, algumas crianças podem ser afetivamente mais propensas a uma ansiedade maior. Assim, uma separação de suas mães pode ser mais catastrófica para elas do que para outra que tem uma constituição genética diferente. Mas um bom número dessas pessoas que são transexuais, os transexuais travestidos, os quais eram heterossexuais em um dado momento, mostraram sua integridade hormonal gerando filhos antes de fazerem operações de mudança de sexo. Seria, pois, muito difícil sustentar que havia neles uma deficiência metabólica importante. Então, esta é, realmente, nossa teoria: pensamos que há uma fantasia reparatória, amplamente inconsciente, e que sua manifestação consciente está no ato de despir, ou melhor, de vestir roupas de mulher, não de despir. E quando se pergunta sobre a sua vida da fantasia, bem, a vida da fantasia é muito tênue. Não se encontra nelas o tipo de fantasia que se encontra em pessoas que atravessaram a fase edipiana normalmente.





Entrevista com Ethel Spector Person

RP – *Muito concreta?*

EP – Sim. Muito concreta. Eu perguntei para um homem qual era a sua fantasia, e ele disse: “O vestido azul.” E eu disse-lhe: “O que, em relação ao vestido azul?” O vestido azul era a fantasia. Então você tem uma fantasia em um nível muito típico, e a vida torna-se o desempenho da fantasia, e estas são as revelações conscientes do que acreditamos ser uma fantasia inconsciente. Desta forma, acho que os analistas fizeram um grande trabalho ao revelar o significado real destas implicações profundas referentes ao modo como consideramos os principais tipos de ansiedade contra os quais lutamos. Assim, não creio que os analistas tenham abolido a ênfase na sexualidade; acho que o que fizemos foi acrescentar outros tipos de ansiedades e conflitos sem abolir a sexualidade. Esta é a maneira como eu colocaria.

RP – *O que você acha de homossexuais tornando-se analistas, trabalhando como psicanalistas, ou indo para o treinamento?*

EP – Bem, alguns dos melhores analistas que conheço tornaram-se gays.

RP – *Antes eles eram analistas e depois tornaram-se gays?*

EP – Eles sempre foram gays, mas estavam tentando não ser gays. Há dois famosos nos Estados Unidos no momento; eles escreveram sobre isso. E temos um problema aqui. Tem-se que olhar para trás. Já disse que acho que, se voltarmos aos anais da psicanálise, descobriremos que uma boa quantidade de pessoas eram gays ou lésbicas, e pelo fato de nunca o terem anunciado, nunca houve nenhum alarido em relação a isso. Acho que, em qualquer cidade grande, se encontrará alguém que nunca se casou, uma mulher idosa, um homem idoso, o qual nunca assumiu que foi perseguido, ou cujo grande amor morreu na Primeira Guerra Mundial e que, portanto, nunca se casou e que, retrospectivamente, se terá tornado gay. Não creio que a profissão psicanalítica tenha tido menos gays do que qualquer outra no mundo. De modo que acho que a questão não é se gays ou heterossexuais, ou homens ou mulheres devam ser analistas. A questão é de se ter entrevistas analíticas honestas, com entrevistadores honestos, que façam uma avaliação da sua habilidade de serem imparciais no seus julgamentos, de serem compreensivos, de terem entendimento e de estarem em contato com seus próprios inconscientes. Acho que se deve usar estes critérios ao invés de um julgamento *a priori* de que, pelo fato de alguém ser gay, ele está automaticamente excluído graças a uma doença. Porque não creio que se possa provar isso e já vi muitas pessoas que superaram as qualificações. Se você fizer uma

150 □ Revista de Psicanálise, Vol. VII, Nº 1, abril 2000





outra pergunta: entre cem gays e cem heterossexuais, haveria alguma diferença? Talvez. Mas acho que se tem de falar com o indivíduo e ver quais são as suas capacidades. Há um analista nos Estados Unidos, que foi diretor do nosso Instituto, que fez um trabalho incrivelmente sério, que trabalhou bem com seus pacientes, que ocupa uma alta posição na American Psychoanalytic Association, que era casado, teve filhos, lutou na análise por anos para resolver sua homossexualidade, não foi capaz de fazê-lo e, finalmente, acredito eu, em um ato de coragem, revelou-se gay. Este analista é alguém que não me parece conflituado, a quem foi sobreimposto mudar sua sexualidade. Mas ele teria sido um analista menos bom se tivesse sido gay desde o início? Acho que não. Existem muitos Institutos nos Estados Unidos que estão treinando gays. No futuro, saberemos melhor os resultados, mas não tenho dúvida de que alguns serão maravilhosos e uns poucos terríveis – o mesmo que ocorre com outros analistas.

RP – *Eles seriam mais apropriados para tratarem de gays?*

EP – Não. Eles serão mais apropriados para tratar qualquer um. Acho que, se se é um analista gay, assim como se se é um analista heterossexual, tem-se que ser sensível a certos tipos de contratransferência. Acho que gays podem ir a um gay, pelo menos, para tentar evitar entender a sua homossexualidade. Assim como acho que mulheres podem seduzir um homem para que evitem compreender sua feminilidade, ou homens podem evitar tomar conhecimento de que têm transferências eróticas, de forma que eles também não tenham que lidar com sua masculinidade. Penso que há toda uma série de coisas que ensinamos sobre transferência erótica, sobre contratransferência erótica. Eu ia fazer uma piada com vocês; vou fazê-la de qualquer modo, agora que somos realmente amigos nesse tópico. Eu ia dizer que, se tivéssemos mais analistas masculinos gays, teríamos menos analistas masculinos tendo casos com suas pacientes.... Nenhuma risada ao redor da mesa! Esta é minha maneira de dizer que, às vezes, cometemos erros terríveis, e que alguém que atua desta forma passou...

RP – *Vou traduzir sua piada. Se nós tivéssemos mais analistas gays, teríamos menos analistas homens dormindo com suas pacientes.*

EP – Vocês podem apagar isso da fita. Temos grandes atuações em cada Instituto analítico do mundo. Costuma ser como a sífilis: os espanhóis diziam que era francesa, e os franceses diziam que era espanhola. E quando se ouve falar de atuação em um Instituto analítico, sempre é o Instituto vizinho, nunca o seu próprio Instituto (risos).





RP – *Também é uma piada: é o seu Instituto, não o meu!*

EP – Estes problemas existem em todos os Institutos, o que quer dizer que, não importa o quão boa é nossa seleção, cometemos erros em termos da habilidade das pessoas para lidarem com suas próprias contratransferências. E esta deve ser nossa preocupação, ao invés de criticarmos um grupo *a priori*, o qual pode ser bem qualificado. São alguns deles, não todos eles. Não mais do que cada psiquiatra está qualificado para ser um analista. E eu confiaria no julgamento de três analistas experientes.

RP – *Mesmo se for para crianças ou adolescentes?*

EP – Por que você acha que um homossexual é uma ameaça?

RP – *Porque na adolescência o indivíduo está-se estruturando, é uma fase importante da estruturação da identidade. E eu penso que seria importante haver papéis mais definidos.*

EP – Nem todo analista tem que tratar todo paciente. Nem todo analista tem que revelar sua sexualidade. Não creio que as pessoas que não lidam bem com sua sexualidade em geral, seja de que tipo for, sejam bons analistas, se eles agem de um modo sedutor com qualquer de seus pacientes. Assim, penso que é um problema geral e não um problema específico. Há muitos heterossexuais que são uma ameaça como os homossexuais.

RP – *Para encerrar, queremos dizer obrigado à Dra. Person pela entrevista e pelas posições firmes que nos demonstrou hoje e ao longo deste encontro.* □

Transcrição e tradução de **Gisele Braga**
Revisão técnica de **Paulo Oscar Teitelbaum**

© Revista de Psicanálise – SPPA





Cem anos de Cinema e Psicanálise





Atenção montador
a página **154** é branca





Comentário sobre o filme *A ostra e o vento**

*Lúcia Thaler***, Porto Alegre

* Apresentado no Ciclo de Cinema e Psicanálise, em 18 de outubro de 1998. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Promoção conjunta da Secretaria de Educação e Cultura e Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre.

** Candidata do Instituto de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre

Revista de Psicanálise, Vol. VII, Nº 1, abril 2000 □ 155





Quero, em primeiro lugar, dizer da minha satisfação em estar aqui e agradecer aos organizadores desde evento, em especial à Comissão de Divulgação da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre, pelo convite que me foi feito. Sem dúvida, este encontro possibilita a união de duas áreas que considero apaixonantes: a psicanálise e o cinema. Meu objetivo será discutir o filme do ponto de vista da psicanálise.

A ostra e o vento provocou-me um forte impacto estético. É um belo filme, com uma fotografia primorosa, que nos mostra imagens da natureza rudes, quase agressivas. Em meu entendimento, a temática principal deste filme são os sentimentos provocados pelo surgimento da adolescência. Assim, a crueza das imagens, a presença vigorosa do vento, das ondas, dos animais representariam o desabrochar da sexualidade de Marcela com toda a força que o caracteriza, pois sabe-se que é neste momento do desenvolvimento que as pulsões sexuais, que estavam adormecidas na etapa infantil da latência, ressurgem com todo o ímpeto. O filme mostraria o conflito interno de Marcela entre crescer e enfrentar os riscos de se tornar adulta ou permanecer uma menina protegida por seu pai.

Assim, esta *ostra* que dá nome ao filme representa a protagonista da história. Ela é esta concha fechada, que possui um interior que pode ser muito valioso e desejável, mas que teme ser aberta e sugada, esvaziada e abandonada. Ela é esta *ostra-mulher* que reluta entre abrir-se ao mundo masculino ou esconder-se em sua casca. Creio que o momento em que sua identificação com a ostra fica mais clara é aquele em que todos os homens estão sorvendo a carne no interior das ostras com grande prazer e ela os fica observando com olhar de asco. Depois chora, quando vê que as cascas são jogadas fora sem consideração e afirma que nunca mais irá abrir as conchas. Quanto ao *vento*, ele é o representante masculino, o amante imaginário, este objeto cortante, sensual pelo qual deseja ser penetrada e amada.

A narrativa do filme não é linear, mas cheia de idas e vindas no tempo: presente, passado e futuro mesclando-se a todo momento. Esta descontinuidade temporal é característica da linguagem inconsciente, da linguagem dos sonhos. Não há temporalidade no inconsciente: presente e passado se misturam. O desenrolar das cenas do filme também poderia lembrar o que se passa numa análise, na qual a associação livre segue em comunicações que podem, a princípio, parecer sem nexos, mas que, aos poucos, vão tecendo uma teia de possíveis significados. Partindo desta compreensão, podemos entender que, assim como numa análise, o que vai sucedendo na tela constitui uma conjunção, uma mescla de fatos reais e de fantasias inconscientes da protagonista.

Penso que *A ostra e o vento* pode ser lido em inúmeros vértices do ponto de vista psicanalítico, mas pretendo privilegiar uma forma de abordagem que justamen-





te permite a superposição destes dois aspectos: um olhar para o que teria acontecido na vida de Marcela e um olhar para seu mundo interno. As imagens que me sugeriram esta possibilidade foram justamente as cenas inicial e final do filme, onde aparece a ilha ao longe, e pude observar que o contorno da mesma delineava o perfil do rosto de uma jovem mulher. Pensei, então, que o filme estaria falando não apenas da história de Marcela, mas também do que ocorria em sua mente. A Ilha dos Afogados (este é o nome da ilha, no livro que deu origem ao roteiro do filme) seria, portanto, uma representação do que se passa na *mente-ilha* de Marcela, com as inúmeras emoções e personagens que ali habitam. Ocorre-me que o nome Marcela pode ser dividido em duas palavras: *mar* e *cela*. Pensei nesta *ilha-mente* que não consegue escapar em meio a este *mar-cela* imenso, profundo, perigoso. Que sensação estaria sendo aí representada? Quem sabe a desta menina que se sente presa de emoções e impulsos dos quais não consegue fugir e que não encontra a seu redor nada que facilite as saídas que seriam saudáveis.

Há várias alusões no filme ao fato de que estamos lidando com forças desconhecidas e poderosas: o marinheiro que sente que algo o está puxando e querendo levá-lo a se afogar; o navio que se solta das amarras; o farol que se apaga; o vento incessante. Ou seja, mostra-se a força da sexualidade que emerge e toma conta da *ilha-mente* e também o perigo de que esta sexualidade seja levada às últimas consequências, de que ela tome conta de todos e não leve em consideração as interdições. No decorrer da narrativa, há vários momentos de tensão em que somos levados a suspeitar que algo terrível aconteceu. Assassinato? Incesto? Este clima corresponderia ao que estaria sucedendo no mundo interno de Marcela: esta vivência de que seus impulsos são poderosos e podem ocasionar algo violento, fora de controle. Mas o que seria esta “coisa” fora de controle? Penso que são os impulsos amorosos e agressivos que compõem a sexualidade: o amor incestuoso, algo irracional, inconsciente e universal.

Creio, portanto, que o filme retrata a chegada transformadora da puberdade e adolescência da jovem Marcela, com todos os temores, ansiedades e violências com que esta etapa é vivida tanto pela adolescente quanto por aqueles que a cercam. Na adolescência, revive-se o complexo de Édipo, que constitui o amor incestuoso do filho pela mãe e da filha pelo pai, com os desejos inconscientes de tomar o lugar do progenitor de mesmo sexo. E os pais revivem seus próprios complexos e problemáticas infantis, quando da adolescência de seus filhos. A verdadeira revolução que o tornar-se mulher representa, tanto para Marcela quanto para os demais personagens, é então retratada pelos acontecimentos que nos são relatados ao longo do filme.

Nas imagens iniciais, aparece o farol em funcionamento e depois apagando-se e logo após o retorno de Daniel à ilha. O farol pode ser um símbolo do desejo de





Lúcia Thaler

Marcela de poder orientar-se, enxergar o que se passa em sua *cabeça-ilha*, para melhor enfrentar seus conflitos adolescentes que começam a emergir. É também um símbolo fálico, um sinalizador do papel organizador da presença masculina no imaginário da adolescente. Daniel está no início do filme, retornando à ilha após uma ausência prolongada, a fim de desvendar o mistério do que se passou, o que fez com que o farol parasse de funcionar, o que aconteceu com Marcela e seu pai. Daniel aqui parece-me também ser um representante de uma *parte farol* da personalidade de Marcela. Ele vem em busca da verdade, do conhecimento, de iluminar o que se passa. Ele fala que, agora, pisando na ilha, passou o medo; que era um “medo de não fazer mais nada”. A meu ver, seria o medo de Marcela de não poder conhecer o que se passa consigo, o que se passa em seu inconsciente e ficar paralisada. Mas a parte Daniel na mente de Marcela resolve enfrentar e conhecer o que se passa em seu interior. Daniel vem para desvendar o mistério e para reacender o farol. Ao longo do filme, ele assume este papel, na medida em que ajuda Marcela a compreender o que se passa com seu corpo, com a realidade; ele também a ensina a ler e escrever e busca contato com o continente, através do conserto do rádio. Como presente, deixa-lhe um instrumento para orientar-se na navegação, que possibilita saber onde se encontra e que, segundo ele afirma, pode auxiliá-la a viajar com sua *ilha-mente*, ou seja, desenvolver-se, crescer. Ele representa, portanto, o que chamamos em psicanálise de pulção epistemofílica ou pulção do conhecimento: o desejo de saber e de crescer de Marcela, de entrar em contato com aspectos desconhecidos de sua personalidade, o desejo de ligar as emoções e as várias partes da personalidade e do corpo.

Através de Daniel, ou seja, do desejo de Marcela de conhecer, vamos aos poucos sendo levados a compreender o que se passou nesta *ilha-mente*. Marcela foi precocemente privada do convívio com a mãe. Vive em um mundo de homens, sem figuras femininas com as quais identificar-se. Sua mãe teria sido uma prostituta, alguém que o pai, José, teria tirado da “sarjeta”. Ela diz que não consegue mais lembrar da mãe, ausência esta que certamente deixou marcas profundas de solidão e desamparo. E a imagem desvalorizada de sua mãe não contribui para que possa encarar o interior de sua “*ostra*” como valioso. No entanto, Daniel e Pepe são figuras que lhe possibilitam tomar contato e buscar alguma forma de identificação com um mundo feminino mais valorizado. Daniel é quem lhe explica o que é a menstruação, e Pepe lhe traz bonecas e vestidos, ensina-a a dançar, encantado com sua feminilidade e exercendo, portanto, um importante papel na aquisição de sua identidade de mulher.

Há várias leituras possíveis para o desaparecimento da mãe. Mas, quem sabe, sua ausência represente muito mais um sentimento de Marcela de possuir uma mãe pouco presente e incapaz de ajudá-la a enfrentar a força de sua vida instintiva e de fazer frente à ameaça de relação incestuosa com seu pai. O incêndio da casa onde





moravam, quando ela ainda era uma pequena menina de 2 ou 3 anos, talvez simbolize a concretização das fantasias edípicas da menina de livrar-se da mãe pelo amor do seu pai; sua raiva e ciúme pelos momentos em que os pais estão sozinhos no quarto e ela está de fora. Assim, Marcela toma o lugar da mãe e assume o papel de dona de casa e de parceira de seu pai. Mas, ao mesmo tempo, sente-se usurpando o lugar da mãe, responsável pela ausência da mesma, o que provoca muitas dificuldades em sua evolução. Vê-se sozinha com o pai, não contando com outras figuras masculinas nas quais depositar seus desejos e nem com a mãe como um impedimento para a concretização de sua união com o pai.

Quando da chegada da adolescência, a relação com o pai que havia transcorrido aparentemente bem, torna-se muito perturbadora, porque, além de não existir a figura da mãe, também não há outro objeto do desejo do pai a não ser a própria Marcela. O pai está só, disponível, e ambos estão presos na ilha. Poderíamos considerar que José está fixado na filha, não deseja outra mulher a não ser ela e, no momento em que a vê mulher e não mais menina, confunde-a com a esposa, a qual também queria possuir com uma exclusividade doentia. Ele não a autoriza a sair da ilha e ir em busca de outros objetos amorosos. Diz à filha que não quer que ela sofra e que o mundo lá fora é terrível; que a criou sozinho, sem a mãe e que assim devem continuar: apenas os dois. Ele também quer ser o único a tomar conta do farol. O único detentor do falo-conhecimento?

José nos é apresentado como alguém que não tolera a presença dos terceiros. Qualquer pessoa que se interponha entre ele e o seu objeto amoroso é imediatamente encarada como um inimigo que deve ser eliminado. Assim, a história parece sugerir que não tolerava a dupla amorosa formada por sua esposa e filha. Os ruídos das brincadeiras delas transformam-se em seus ouvidos em intolerável cena sexual da qual se vê excluído e traído. Da mesma forma, não tolera a amizade de Daniel com sua filha ou o interesse curioso que o jovem Roberto manifesta pela mesma. José propõe, portanto, permanentemente, um controle absoluto e tirânico sobre Marcela e sua infantilização para que não o abandone e troque por outro objeto de amor – o que seria o caminho saudável de seu desenvolvimento.

Uma outra possível forma de entendimento seria a de tomar este pai como um objeto do mundo interno de Marcela, onde estão projetados os desejos dela de possuir o pai de forma intensa e exclusiva. Tendo perdido precocemente a mãe, Marcela liga-se ao pai de forma absoluta, exclusiva, até a chegada da adolescência, quando retornam com toda força os impulsos sexuais. Seriam dela, então, estes sentimentos de posse absoluta do pai. Daí é que se originariam suas sensações de claustrofobia e as dificuldades para conter seus impulsos. Ela estaria presa, ancorada na ilha por estes desejos perigosos e intensos. A criação de Saulo em seu imaginário seria





Lúcia Thaler

um escape fantasioso para conseguir experimentar estes impulsos dirigidos a um outro objeto amoroso. Seria uma tentativa de, simultaneamente, dominar e também manifestar seu mundo instintivo. Saulo seria a projeção de seus impulsos sexuais. As cenas com Saulo evocam o ato sexual e a masturbação, e ela atribui ao “amante” uma volúpia e desejos de morte ao rival que entendo como uma projeção dos próprios desejos e fantasias da protagonista.

No início da vida, existe uma fantasia da criança de que ela e a mãe são, na verdade, uma única pessoa e que se completam e não precisam de mais ninguém para se satisfazer. A criança tem a fantasia de que a mãe não é um indivíduo separado de si. É a chamada etapa do narcisismo. Esta etapa deve dar lugar a um momento em que a criança toma conhecimento de que isto não é verdadeiro. E tal saber advém, principalmente, da noção de que a mãe não precisa apenas de seu filho, mas deseja também o seu parceiro sexual e é desejada por este. Aqui, seria o momento em que aconteceria um corte da relação dual com a mãe, propiciado pelo pai, que entra como um terceiro. Este seria responsável por desiludir a criança, mostrando-lhe que ela e a mãe não constituem um ser completo e inseparável. O pai faria tanto a mãe quanto a criança se darem conta desta separação e da existência dos terceiros.

A partir deste conhecimento, podemos pensar que José falhou em sua função de promotor do corte da relação simbiótica. Ao contrário, parece muito mais funcionar como uma figura materna que necessita da filha como uma extensão de si e que não tolera os intrusos. É aí que entram as outras figuras, especialmente Daniel, mas também Pepe. Daniel, a meu ver, exerce o papel verdadeiramente paterno e interditor na história. É ele que tem a função de corte, de estar sempre lembrando a José, e especialmente a própria Marcela, que eles são seres separados, que Marcela tem outros desejos e necessidades além do pai; que ela deve sair da ilha (relação simbiótica, claustrofóbica) e ir para o continente encontrar novas relações. É ele que lhe dá o diário, também um símbolo da possibilidade de expressar desejos, pensamentos e fantasias, de dirigir-se a interesses externos ao pai. Diário este que, da mesma forma, será o que possibilitará ao próprio Daniel, depois, reconstruir os fatos ocorridos, encontrar as evidências do que sucedeu.

Acho interessante observar como, em vários momentos no filme, aparecem três personagens, sendo que dois ocupam um plano frontal e há um terceiro ao fundo, o que alude, no meu entender, à oscilação, na mente de Marcela, entre crescer e desenvolver-se (admitindo a presença de um terceiro personagem que corte o vínculo dual), ou ficar pequena e grudada na mãe-pai (relação dual).

Numa das cenas em triângulo, Daniel está contando a Pepe que José suspeitava da existência de “um tal de Saulo”, e o outro marinheiro está ao fundo, contando, quase num sussurro, parecendo temer o que ali revelava, uma lenda a respeito de uma





embarcação cuja tripulação misteriosamente desaparecera. Neste relato, a figura mitológica de Medusa é mencionada. Ele conta que “dois valentes”, que não temiam a Deus e a nenhuma maldição, foram verificar o que se passara com aquele navio. A neblina escondeu tudo e, no dia seguinte, quando finalmente o vento se foi, o mar estava vazio: não havia mais nem navio, nem bote e nem marujos. A partir deste fragmento, fiquei pensando na relação da história com esta lenda e com o mito da Medusa. Sintetizando em poucas palavras o mito, Medusa havia sido outrora uma linda mulher de belos cabelos – como Marcela – e que se viu transformada em um monstro com serpentes no lugar de cabelos, garras de javali, mãos de cobre e asas de ouro, por obra do ciúme de Minerva, pois Medusa havia seduzido Zeus, pai e amante de Minerva. Ela viu-se, portanto, transmutada em um ser terrífico e para o qual ninguém poderia olhar, pois quem quer que a olhasse morreria e seria instantaneamente transformado em pedra. Fiquei conjecturando que Marcela vive um drama semelhante ao de Medusa. Ela também seduz uma figura proibida (o pai) e teme provocar a ira da figura materna, que retornaria para castigá-la terrivelmente. Marcela está vivendo um perigo constante em função de seus impulsos incestuosos e está apavorada e excitada pelos mesmos. Ultrapassá-los seria romper a barreira do incesto e enfrentar-se com uma temível vingança da figura materna: ver-se transformada em um monstro. A realidade parece confirmar uma fantasia de que ela pode destruir aqueles a quem ama e de quem necessita, pois sua mãe primeiro e depois Daniel já haviam desaparecido de sua vida. A menção a esta lenda e a este mito fazem-me pensar que o espectador é reportado ao perigo de que estes “dois valentes que nada temem” sejam castigados pelo Deus-superego, caso não reprimam seus desejos sexuais. Por que transformar-se em pedra pelo olhar de Medusa? Ora, sabe-se que se olha para aquilo que se deseja. Portanto, talvez isto simbolize que desejar quem não se deve leva a uma petrificação dos sentimentos. É algo paralizante e mortal. É preciso obedecer às interdições; caso contrário, a tragédia reeditar-se-á e a menina transformar-se-á em um monstro e todos aqueles a quem desejar-olhar desaparecerão sem deixar vestígios. Segundo uma bibliografia que pesquisei (Santos, 1996), Medusa simbolizaria a perversão da pulsão evolutiva, ou seja, ela representaria a estagnação da necessidade de crescer e evoluir. Não pude me furtar novamente ao paralelo, porque o que aparece no filme é que Marcela acaba se sentindo monstruosa por não conseguir evoluir e sair da posição edípica infantil.

Considero que a saída de Daniel de cena e sua posterior substituição por Roberto também têm um significado. Enquanto Daniel é o velho sábio, que ensina as coisas da vida a Marcela, Roberto é o deficiente, o louco. O que será que isto pode significar? Creio que representa que o caminho saudável da separação de Marcela do pai é abandonado. Sai de cena o interditor (Daniel), que é substituído por seu oposto:





Lúcia Thaler

Roberto. Note-se que Roberto tem curiosidades sobre a protagonista, mas, sempre que se aproxima dela, é afastado imediatamente por uma crise epiléptica, pelo pai furioso que o ameaça de morte, caso queira tomar contato. Assim, parece que Marcela não pode mais tomar contato com o que sente, com o que vivencia em seu interior. Este conhecimento tornou-se intolerável. Ou, quem sabe, possa corresponder ao seu próprio enlouquecimento diante de demandas instintivas que não consegue mais administrar. De qualquer forma, está ainda mais só neste momento.

Marcela fica aderida ao pai e não consegue crescer. Ela acaba sem saída e tendo que fazer o pai desaparecer de cena (virar pedra?), uma vez que o perigo de enclausuramento e de incesto é iminente. No momento em que Daniel vai embora da ilha, ela se desespera. O desejo de saber é substituído pelo seu oposto, representado por Roberto, o louco. A fuga para Saulo não mais está se mostrando suficiente para conter seus desejos incestuosos. Assim como as personagens da lenda que o marinheiro relata, Marcela precisa livrar-se da presença de seu pai em sua *mente-ilha*. Talvez este desaparecimento deva ser entendido como algo mais simbólico do que tomado em sentido concreto. O pai desaparece nas águas e com ele também Roberto e a própria Marcela. Será esta uma alusão ao castigo pelo crime edípico, ou muito mais uma alusão a que tais desejos deveriam submergir nas profundezas da mente, do inconsciente (representado pelo imenso mar revolto)? De qualquer forma, mostram que um amor incestuoso não pode ter outro fim que o de sucumbir; não pode realizar-se. E nem deixar testemunhas – como Daniel. Quando Daniel se dá conta do que aconteceu, refere que o farol vai apagar e, quando vai tentar evitar que isto aconteça, acaba morrendo. Isto representaria, a meu ver, a repressão da conflitiva edípica, a necessidade de que toda esta história acabe submergindo no inconsciente e deixando atrás de si apenas o diário, ou seja, fragmentos da verdade que poderão mais tarde, quem sabe, serem desvendados por um outro Daniel (pelo analista?). De qualquer forma, o enfarto de Daniel simboliza o trauma provocado pelo conhecimento da verdade dos desejos inconscientes proibidos. Neste mesmo momento, é mostrada uma cena em que uma das gaivotas irrompe vidro a dentro, ferindo-se e deixando um rastro de sangue. Esta me parece ser uma clara alusão à cena sexual, à defloração. Representaria esta a fantasia de defloração da adolescente por seu pai? Algo que não pode ser conhecido, que não pode deixar testemunhas na sua mente consciente (ilha)?

Novamente, não posso me furtar a uma última analogia com a psicanálise: será que aquilo que os pacientes trazem diariamente às sessões não são estes pequenos fragmentos de um “diário” que está sempre em movimento, para a frente e para trás, incessantemente folheado pelo soprar dos impulsos, das emoções, das vivências atuais que remetem a páginas do passado daquela pessoa? Neste caso, nós, analistas, não deixamos de ser este Daniel que ajuda a encontrar os significados, a dar nome





Comentário sobre o filme *A ostra e o vento*

aos sentimentos, a iluminar o que se passa, a construir uma história que dê sentido à vida daqueles que nos procuram. □

Referências

SANTOS, Marise de Souza Morais e Silva. *Medusa – mito e estados depressivos*. Recife, 11 de dezembro de 1996. (artigo pesquisado na Internet: www.artpage.com.br/marise/medusa1.html)

Lúcia Thaler

Rua Sinimbu, 110/401
90470-470 – Porto Alegre – RS – Brasil
E-mail: luthaler@pro.via-rs.com.br

© Revista de Psicanálise – SPPA

Revista de Psicanálise, Vol. VII, Nº 1, abril 2000 □ 163



Atenção montador
a página **164** é branca





Normas Gerais de Publicação de Trabalhos* **Revista de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre**

1. Os artigos publicados na *Revista de Psicanálise da SPPA* devem ajustar-se ao que se segue:

- a. O artigo deve ser inédito (excetuam-se trabalhos publicados em anais de Congressos, Simpósios, Mesas Redondas ou Boletins de circulação interna de Sociedades Psicanalíticas locais), quanto a publicações científicas de porte.
- b. O artigo não pode infringir nenhuma norma ética e todos os esforços devem ser feitos de modo a proteger a identidade dos pacientes mencionados em relatos clínicos.
- c. O artigo deve respeitar as normas que regem os direitos autorais.
- d. O artigo não deve conter nenhum material que possa ser considerado ofensivo ou difamatório.
- e. O autor deve estar ciente de que, ao publicar o artigo na *Revista de Psicanálise da SPPA*, ele estará transferindo automaticamente o "copyright" para essa, salvo as exceções previstas pela lei, isto é, fica vedada sua reprodução, ainda que parcial, sem a devida autorização da *Revista*.
- f. O artigo não deve estar sendo encaminhado simultaneamente para outra publicação sem o conhecimento explícito e confirmação por escrito do Editor. A *Revista* normalmente não colocará obstáculos à divulgação do artigo em outra publicação, desde que informada previamente. Quaisquer violações dessas regras, que impliquem em ações legais, serão de responsabilidade exclusiva do autor.
- g. Os conceitos emitidos são da inteira responsabilidade do autor.

2. Os originais deverão obedecer às seguintes exigências mínimas:

- a. Serão entregues, em quatro cópias e disquete, à Editoria da *Revista*, cujo endereço é o da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre – Rua General Andrade Neves, 14, 8º andar, conj. 802A – 90010-210 - Porto Alegre - RS.

* Baseada nas normas e recomendações do *International Journal of Psychoanalysis* e da *Revista Brasileira de Psicanálise*.





b. O artigo deverá adequar-se às dimensões deste tipo de publicação. Sugere-se, que, sem comprometer a clareza do texto, sua extensão não ultrapasse as 20 páginas datilografadas, em espaço duplo, em papel formato ofício. Tabelas, gráficos, desenhos e outras ilustrações sob forma de cópias fotográficas devem ser enviadas em duplicatas de tamanho adequado. O conteúdo total de ilustrações não deverá exceder $\frac{1}{4}$ do espaço ocupado pelo artigo; as ilustrações em excesso, se aprovadas, terão seu custo indenizado pelo autor, que será previamente informado.

Solicitamos que os artigos sejam entregues em disquete, observando-se o seguinte: os arquivos devem ser gerados no *Word for Windows* ou formato texto (*.TXT), com a identificação do autor e título do trabalho.

c. Os trabalhos deverão conter, em sua estrutura: Título, Resumo em português e inglês e Referências. A forma de apresentação da discussão dos conteúdos ficará a critério do autor.

d. O resumo deverá ter em torno de 150 palavras e ser capaz de comunicar, ao leitor em potencial, os pontos principais que o autor deseja expressar.

e. O nome do autor deve constar no canto esquerdo, logo abaixo do título, esse indicando a que Sociedade ou Grupo de Estudos pertence, com o correspondente "status".

f. O endereço do autor deverá ser mencionado após as Referências.

3. As Referências deverão incluir os trabalhos estritamente relevantes e necessários, sem se acumular, desnecessariamente, vasta bibliografia. As referências, no decorrer do texto, serão dadas citando-se o nome do autor seguido do ano de publicação entre parênteses, como, por exemplo, Freud (1918) ou (Freud, 1918). Se dois co-autores são citados, os dois nomes deverão ser mencionados, por exemplo Marty & de M'Uzan (1963) ou (Marty & de M'Uzan, 1963). Se houver mais de dois autores, a referência no texto indicará o primeiro, por exemplo: Rodrigues et al. (1983) ou (Rodrigues et al., 1983).

A referência completa das obras citadas figurará na lista das Referências, colocada no final do artigo, lista essa que deverá corresponder exatamente às obras citadas, sem referências suplementares. Os autores serão mencionados em ordem alfabética e suas obras pela ordem cronológica da publicação. (Para as obras de Freud, as datas correspondentes são indicadas entre parênteses na *Standard Edition*). Se vári-





as obras foram publicadas no mesmo ano, deve-se acrescentar à data de publicação as letras a, b, c, etc.

Quando um autor é citado individualmente e também como co-autor, serão citadas antes as obras em que ele é o único autor, seguidas das publicações em que ele é co-autor.

Os nomes dos autores não serão repetidos, mas indicados por um traço.

Os títulos dos livros e das revistas serão grifados, sendo que as palavras mais significativas serão escritas com a primeira letra maiúscula, o lugar da publicação e o nome do Editor serão igualmente indicados. Se uma referência é dada a partir de outra edição que não a original, a data da edição utilizada deverá figurar no final da referência.

Nos títulos dos artigos (e igualmente nas obras de Freud) somente a primeira palavra figurará em letra maiúscula. O título do artigo será seguido da abreviação grifada do título da revista, do número do volume e dos números da primeira e da última página. Para as abreviações dos títulos das revistas, poder-se-ão consultar os números anteriores ou, no caso de dúvida, citar o nome por extenso.

Nos exemplos seguintes, podem-se observar a utilização das letras maiúsculas, a pontuação, os dados e sua ordem de apresentação:

- BOWLBY, J. (1963). *Attachment and Loss*, Volume 1. New York: Basic Books.
- (1979). Psychoanalysis as art and science. *Int. Rev. Psychoanal.*, 6: 3-14.
- FREUD, S. (1905). Three essays on the theory of sexuality. *S.E.* 7.
- (1914). Narcisismo: Uma introdução. *E.S.B.* vol. 14, Rio de Janeiro: Imago.
- HOLZMAN, P. S & GARDNER, R. W. (1960). Levelling and repression. *J. Abnorm. Soc. Psychol.*, 59: 151-155.
- KHAN, M. M. R. (1960). Regression and integration in the analytic setting. In : *The Privacy of the Self*. London: Hogarth Press, 1974, p. 136-167.
- (1967). From selectiveness to shared living. In: *The Human Dimension in Psychoanalytic Practice*, ed. K. A. Frank. New York: Grune & Stratton, p. 115-122.
- SUTHERLAND, J. D. ed. (1958). *Psycho-Analysis and Contemporary Thought*. London: Hogarth Press.
- WALLERSTEIN, R. S. (1972). The future of psychoanalytic education. *J. Amer. Psychoanal. Assn.*, 21: 591-606.





(Foram propositalmente utilizados os exemplos mencionados no *International Journal of Psycho-Analysis*, com o objetivo de apresentar as Referências brasileiras padronizadas de acordo com as normas internacionalmente aceitas.)

Citações literais: Quando se tratar de citações literais, além de checá-las cuidadosamente quanto à sua fidedignidade, indicar o número da página de onde foram retiradas. As *inserções* que forem feitas no texto original serão indicadas dentro de (), como, por exemplo: “ele (Freud) sugeriu que...”. Itálicos no original serão assinalados, sublinhando-se as palavras no texto datilografado. Ênfase adicional, no texto, também será indicada por sublinhado da parte em questão, acrescentando-se “grifos meus”, entre (), no final da citação. Usar reticências para indicar omissões no texto citado, por exemplo: “considerou-se... que assim foi o caso”.

Nota: O autor que desejar obter separatas de seu artigo publicado deverá, na ocasião em que for informado oficialmente pela *Revista* que seu artigo será publicado, informar à Secretaria da *Revista*. Essa obterá, da gráfica, um orçamento para sua confecção que será submetido ao autor para aprovação.

Procedimentos de avaliação

- Todo artigo entregue para publicação será avaliado através de critérios padronizados por, pelo menos, três membros do Comitê Científico da *Revista de Psicanálise da SPPA*.
- O nome do avaliador será mantido sob rigoroso sigilo pela *Revista*, recomendando-se que o mesmo procedimento seja adotado pelo próprio avaliador.
- Sendo o artigo recomendado pela maioria dos avaliadores, será considerado, em princípio, aprovado para publicação. A decisão final quanto à data de sua publicação dependerá do programa editorial estabelecido.

Artigos que não forem publicados num período de (6) seis meses, a partir da data de sua aprovação, serão oferecidos de volta ao seu autor, para que esse tenha a liberdade de submetê-lo a uma outra publicação.





Revista de Psicanálise

da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre

Pedidos de assinatura:

Encaminhar este cupom para a secretaria da

Revista de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre

Rua Gen. Andrade Neves, 14 conj. 802-A

90010-210 – Porto Alegre-RS

Tel/Fax: 051 224-3340

Valor da assinatura: R\$ 45,00 – Vol. I/1994
R\$ 45,00 – Vol. II/1995
R\$ 55,00 – Vol. III/1996
R\$ 60,00 – Vol. IV/1997
R\$ 60,00 – Vol. V/1998
R\$ 60,00 – Vol. VI/1999
R\$ 60,00 – Vol. VII/2000
R\$ 20,00 – Número avulso

NOME

ENDEREÇO

CEP..... CIDADE..... TELEFONE

(Cheque cruzado, nominal à Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre ou, se o preferir, solicite o envio de um DOC para pagamento bancário).



REVISTA DE PSICANÁLISE

Porto Alegre, junho de 2000

EDITOR: José Carlos Calich
CO-EDITOR: Jussara S. Dal Zot

Comissão de Redação

Anette Blaya Luz
Carmem Emília Keidann
César Luis de Souza Brito
Luisa Maria R. Amaral
Magali Fischer
Patrícia F. Lago
Paulo Henrique Favalli
Paulo Oscar Teitelbaum
Paulo Seganfredo
Viviane S. Mondrzak

Prezado(a) assinante:

É com muita satisfação que estamos anunciando o lançamento do nº 1 do Volume VII/2000 da Revista de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre.

Ele traz, além de capa nova – evocativa de nossa cultura – o conteúdo cujo sumário se encontra no verso deste folheto e com o qual esperamos proporcionar-lhe uma boa leitura.

Para que lhe enviemos, imediatamente, seu exemplar, aguardamos a renovação de sua assinatura, ficando, como sempre, à disposição para qualquer informação adicional.

Atenciosamente

DIRETORIA DA SPPA
e
COMISSÃO EDITORIAL DA REVISTA

ENDEREÇO:

Rua Andrade Neves, 14, c/802
90010-210 – Porto Alegre – RS
Fone/Fax:224-3340
E-mail: revista.sppa@sppa.org.br
Secretria.sppa@sppa.org.br